

INTRODUÇÃO:

“... Os passos em direção à constituição do Estado [Palestino] dependem do povo palestino e de seus líderes.(...) Se os palestinos adotarem a democracia, confrontarem a corrupção e rejeitarem o terror firmemente, eles podem contar com o apoio americano para a criação de um Estado Palestino provisório.(...) O momento é uma oportunidade para armar as fundações para uma paz futura”

Esta citação constitui um trecho de um discurso do Presidente norte-americano¹, George W. Bush, sobre suas considerações a respeito dos pré-requisitos para a constituição do Estado Palestino e para o equacionamento do conflito entre israelenses e palestinos.

A elaboração da pesquisa que se segue é fruto de reflexões em torno das questões que nos foram suscitadas por este discurso. Em linhas gerais, a questão que nos inspirou para a execução deste trabalho foi, a saber: a ausência da democracia nos territórios palestinos é, efetivamente, o obstáculo central à constituição de um Estado soberano para esta comunidade e, conseqüentemente, o maior impedimento ao estabelecimento da paz entre palestinos e israelenses?

Nesta perspectiva, o nosso escopo é problematizar os fundamentos do discurso norte-americano, que sustenta que as reformas democráticas constituem o pré-requisito para qualquer progresso real para o estabelecimento do Estado Palestino e para o equacionamento do conflito palestino-israelense, e refletir sobre a viabilidade da implantação dessas reformas.

O ponto de partida é identificarmos as raízes do conflito entre israelenses e palestinos e analisarmos as suas principais implicações para a comunidade palestina, tendo em vista os obstáculos à fundação do Estado Palestino e alguns dos elementos que têm contribuído para a

¹ Presidente George W. Bush's speech on Palestinian Statehood, June, 24, 2002. Disponível em: The White House online: [www.whitehouse.gov]. Acesso em: 01 de março de 2005. “Tradução Nossa”

perpetuação do conflito. Este ponto de partida não possui, no entanto, um objetivo meramente cronológico. Uma releitura de tal natureza é indispensável, por um lado, para problematizar a coerência do diagnóstico norte-americano a respeito do conflito e para examinar a viabilidade das suas “receitas”, formuladas com base neste diagnóstico, para a sua resolução. E, por extensão, é essencial para iluminar as particularidades inerentes a este conflito. Dito isto, explicamos o título desta dissertação.

Conduzimos nossas reflexões no primeiro capítulo remontando a alguns dos elementos que foram cruciais para o início dos desentendimentos entre os dois povos. Analisamos a trajetória dos vários acontecimentos que contribuíram para a criação do estado de Israel e, por extensão, para a eclosão do conflito palestino-israelense como um evento internacional.

No segundo capítulo voltamos-nos para a natureza das questões que surgem especialmente após a fundação de Israel e para a forma como sua trajetória têm construído obstáculos à reconciliação entre israelenses e palestinos e para a perpetuação do conflito entre palestinos e israelenses. Em linhas gerais, analisamos a questão dos refugiados palestinos, as implicações sócio-econômicas e políticas dos assentamentos israelenses para os Territórios Palestinos e as desigualdades entre palestinos e israelenses no acesso aos recursos naturais da região.

Deste modo, compreendemos as origens e as implicações de duas questões-chave para esta pesquisa, a saber: a ocupação israelense dos territórios palestinos e a ausência de um Estado Palestino soberano. Ou seja, quais as raízes da ocupação israelense e quais as razões que têm impedido a constituição de um Estado Palestino desde a criação de Israel, em 1948, até os dias de hoje. Isto nos permite, nos momentos posteriores, avaliar a coerência e viabilidade do discurso norte-americano.

Estas reflexões são indispensáveis para entendermos as verdadeiras origens do conflito palestino-israelense e a forma como as questões que afligem os dois povos constituem

obstáculos à paz. Isto nos permite problematizar os argumentos norte-americanos a respeito do diagnóstico do conflito e das propostas apresentadas com vistas a resolvê-lo. Assim, estes capítulos nos servem como base para as próximas discussões a partir das quais poderemos ver, primeiramente, se de fato o que o governo norte-americano denomina como ausência de democracia é o principal entrave à finalização da ocupação israelense e à constituição do Estado Palestino e, por conseguinte, à paz. Em segundo lugar, estaremos aptos a dizer se existem realmente condições práticas nos territórios palestinos para a implantação das reformas democráticas defendidas pelo governo norte-americano.

Posteriormente, no terceiro capítulo, apresentamos uma discussão sobre a gênese e a trajetória da esfera política palestina a fim de compreender algumas de suas características e, principalmente, o contexto em que se originam os interesses norte-americanos relativos à sua reestruturação. Prosseguimos avaliando quais são exatamente as propostas de reforma política democrática nos territórios palestinos, ou seja, qual a “leitura” norte-americana acerca do conflito e, por extensão, quais os caminhos apresentados para solucionar o conflito.

Para este fim, analisamos o discurso proferido pelo presidente George W. Bush de que falamos no início deste texto. Utilizamos a “análise de discurso” como metodologia para ler e avaliar o discurso escolhido. Conseguimos apreender a “leitura” do presidente Bush sobre o conflito delimitando e avaliando alguns elementos do discurso, a saber: a(s) pessoa que fala(m); a quem se fala, o contexto em que é pronunciado o discurso e a mensagem do discurso. Em outras palavras, buscamos pelos componentes sociais e ideológicos que estão presentes no “material lingüístico” desses elementos que delimitamos.

O capítulo conclusivo é o momento em que contrastamos as análises dos primeiros capítulos com as análises do terceiro para corroborar ou não as hipóteses da Pesquisa. Em outros termos, objetivamos demonstrar que as propostas norte-americanas não são coerentes e viáveis tendo em vista as condições reais dos territórios palestinos. Assim, compreendemos

que a ausência da democracia nos Territórios Palestinos não constitui o obstáculo central à fundação do Estado Palestino e à paz entre palestinos e israelenses.

Para a realização desta pesquisa utilizamos revisão bibliográfica e análise de dados secundários, cujas dimensões exploradas foram, a saber: dimensão sócio-econômica, sócio-cultural e política. Ao longo das reflexões feitas neste trabalho procuramos conjugar o raciocínio da problemática de estudo com as evidências e dados provenientes das análises estatísticas e das asserções feitas na literatura com autoridade para o tema. E, como já dissemos, utilizamos como metodologia a análise de discurso para ler e avaliar o pronunciamento do presidente Bush selecionado por esta pesquisa.

É oportuno esclarecer um traço deste trabalho, qual seja, nossas discussões acerca do conflito palestino-israelense estão apoiadas, em sua maioria, na perspectiva árabe. Com isso, no entanto, não pretendemos defender como mais válida a leitura árabe do conflito, nem fazer um libelo à versão israelense. Optamos por essa “seleção bibliográfica mais direcionada” porque os objetivos da pesquisa giram em torno de discussões de problemas particulares da comunidade palestina (como é o caso da constituição de seu Estado e das reformas democráticas no seu sistema político), ainda que isto envolva, inevitavelmente, outros atores (como Israel e os Estados Unidos, por exemplo). Nosso objetivo passa distante, portanto, de contrastar as diferentes versões acerca do conflito.

Ainda assim, tivemos a preocupação de trazer algumas perspectivas de autores israelenses, embora relativamente em menor número. Procedemos de tal modo porque acreditamos que alguns argumentos árabes expostos neste trabalho são, inclusive, corroborados pela literatura israelense, ou seja, não correspondem a defesas ideologicamente formuladas.

Outra razão para tal escolha é o fato de acreditarmos ser esta abordagem uma alternativa às perspectivas tradicionalmente formuladas nos círculos acadêmico e

governamental. E como nosso intuito era justamente evidenciar as especificidades do conflito palestino-israelense em relação ao conflito árabe-israelense, em geral, e da Questão Palestina, em particular, nada mais coerente que trazer à tona a literatura árabe.

Essas asserções já constituem também as nossas considerações acerca da contribuição desta pesquisa. O entendimento sobre conflito entre israelenses e palestinos centrou-se, durante várias décadas, na versão israelense. Nas palavras de Shlaim, um autor israelense, *“durante muitos anos o relato sionista padrão sobre as causas, o caráter e o curso do conflito árabe-israelense permaneceu amplamente incontestado fora do mundo árabe”* (SHLAIM, 2004, p.21).

Tal relato ou discurso contribuiu para ocultar, por muitas décadas, as responsabilidades de Israel pela eclosão do conflito e da Questão Palestina e, portanto, para obscurecer as particularidades referentes aos direitos de constituição de um Estado-nação da comunidade palestina. Ademais, essa versão também teve êxito em construir e difundir uma imagem pejorativa a respeito dos árabes, particularmente dos palestinos. Os estereótipos pelos quais passaram a ser identificados os palestinos, como nos recorda Said (1992), eram (e ainda o são, em grande medida): “os refugiados”, “os extremistas”, “os terroristas”, “a ressurreição do Islã”, “fanatismo muçulmano”, etc. (SAID, 1992, p. xI e 7)

Assim, tentamos, por meio da literatura que respalda nossos argumentos nesse trabalho, desconstruir esses estigmas e dar luz especialmente aos problemas enfrentados pela comunidade palestina. A “Questão Palestina” constitui um dos fatores essenciais que explicam a perpetuação do conflito. Ignorá-la ou tratá-la como parte de outro problema (como é o caso do discurso norte-americano que a associa a questões relacionadas à democracia) significa postergar o equacionamento do conflito e, ao mesmo tempo, tentar atingir uma condição de paz certamente contingente e provisória.

Por último, outro ponto que nos gera a expectativa de que esta pesquisa traga contribuições é que o discurso que coloca a reforma democrática nos territórios autônomos palestinos como a condição para o equacionamento definitivo do conflito entre palestinos e israelenses tem ganhado bastante notoriedade e ampla aceitação nos círculos acadêmicos e políticos, principalmente nos últimos meses em decorrência de dois fatos em especial: a morte do líder palestino, Yasser Arafat, e as eleições para o novo líder palestino.

Nesse sentido, é preciso avaliar qual grau de coerência desse discurso por dois motivos. Primeiro, porque na medida em que o discurso coloca nos palestinos a responsabilidade da resolução do conflito, ele ignora as reais condições sócio-econômicas e políticas da região que têm impedido a criação de um quadro normativo aceitável para ambas as partes em conflito. Segundo, porque ao desconsiderar essas condições, as expectativas geradas nas comunidades israelense e palestina não podem, na prática, ser cumpridas, incorrendo nos mesmos erros que outrora o Processo de Oslo cometeu.

Um processo de negociação somente poderá ser chamado de Processo de Paz quando estiver fundamentado em justiça e equidade. Nessa perspectiva, uma solução minimamente justa não pode ser diferente de uma que contemple as questões que são o verdadeiro motor que faz perpetuar o conflito há mais de meio século, permitindo sofrer palestinos e israelenses.

CAPÍTULO I

AS RAÍZES DO CONFLITO PALESTINO-ISRAELENSE E A FUNDAÇÃO DE ISRAEL

“...sem tentar entender o que se encontra por trás do conflito [palestino-israelense] ou sem tentar apontar para as injustiças e iniquidades que estão por trás da violência, é perpetuar a guerra que tem continuado, de uma ou de outra forma, por mais de cinquenta anos.” (Tradução Nossa)

Kai Frithjof Brand-Jacobsen

1. Introdução

Objeto de inúmeros estudos nos âmbitos acadêmico e governamental, o conflito palestino-israelense constitui o conflito internacional mais destacado das últimas décadas. Ele já completa mais de meio século e até recentemente não há sinais seguros de que será equacionado em função de sua grande complexidade (haja visto os sucessivos fracassos nos processos de negociação para a paz).

A rigor, o conflito entre palestinos e israelenses iniciou-se, como um evento internacional², em 1948 por ocasião da criação do Estado de Israel e da subsequente definição

² Consideramos o conflito palestino-israelense como um evento internacional partindo da aceção de que os objetos das relações internacionais estão além dos critérios de demarcação territorial das fronteiras estatais.

das fronteiras da região da Palestina. No entanto, as rivalidades entre palestinos e judeus já se faziam presentes na região desde o final do século XIX e, portanto, o ano de 1948 somente levou-as ao seu auge.

Com vistas a entendermos a natureza dos principais problemas que afligem a comunidade palestina (ou seja, a Questão Palestina) e a forma como estes problemas constituem sérios obstáculos para a fundação de um Estado Palestino soberano, é necessário primeiramente refletirmos sobre as origens do conflito entre israelenses e palestinos a partir da trajetória que levou à criação do Estado de Israel. Assim, é indispensável avaliarmos o contexto em que as rivalidades entre os dois povos tiveram início e as suas prováveis causas, o que nos fornecerá, então, uma compreensão das origens da Questão Palestina. Em seguida, analisaremos a trajetória e as características principais das questões em que está imersa a comunidade palestina, fornecendo uma avaliação das condições sócio-econômicas e políticas desta população.

2. A Palestina no século XIX

Como dissemos brevemente, as rivalidades entre judeus e palestinos tiveram início no final do século XIX. Veremos posteriormente, com mais detalhes, que tal situação foi decorrente da migração de judeus com características e intenções distintas daqueles que costumavam se dirigir para a região da Palestina até então. A fim de sabermos de qual

Nessa perspectiva, estamos diante de um ator estatal (o Estado israelense) que se fundamenta a partir de uma visão institucional, e um ator não-estatal (a comunidade palestina) que deve ser concebida através de uma acepção psicológica fundamentada pela idéia de coletividade que compartilha um conjunto de elementos simbólicos. É justamente da interseção entre essas duas dimensões que emergirá o internacional. (SANTOS Filho, 2002, p. 12)

contexto tais imigrantes passaram a fazer parte, devemos apresentar alguns aspectos da comunidade que vivia na Palestina até o momento da chegada de tais judeus.

Assim como a maioria dos povos árabes, as comunidades que habitavam a região da Palestina estiveram sob o governo do Império Otomano desde o princípio do século XVI até o ano de 1917³. Não obstante a religião oficial do Império fosse o Islã, as comunidades cristã e judaica tinham, igualmente, seu *status* reconhecido. Nesse sentido, o Império Otomano foi capaz de manter juntas terras de tradições políticas muito distintas, bem como diversos grupos étnicos e comunidades religiosas diferentes sem que isso implicasse grandes conflitos. (HOURANI, 1991, p.225)

No que tange às características dos povos que viviam na região da Palestina, a maior parte deles viveu, até o fim do século XIX, nas regiões interiores de montanha – cerca de 65% da população que vivia nessas regiões eram formadas por camponeses. (SAID, 1992, p.12) Esses camponeses constituíam pequenos proprietários de terra que praticavam a horticultura como principal meio de vida. O desenvolvimento de uma economia baseada na monocultura (ou o cultivo em larga escala) era impedido pelo pequeno tamanho e pela pouca diversidade geográfica do território. Além disto, a agricultura era dependente das águas das chuvas. Os camponeses, como assegura Doumani (1995), costumavam desenvolver fontes de rendimentos aprendendo como utilizar todas as características topográficas da região: os campos eram semeados com grãos, legumes e vegetais; nas montanhas plantavam-se árvores; e os lugares mais altos e mais pedregosos eram utilizados para pastagem.

A organização das sociedades camponesas em clãs era a base para a solidariedade coletiva. Além de ajudar famílias em tempos de dificuldades, os clãs eram também responsáveis por defender seus membros em situações de turbulência, em negociações de

³ Sobre a formação, trajetória e o colapso do Império Otomano ver: HOURANI, Albert H. **Uma História dos Povos Árabes**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Esta constitui uma das referências mais utilizadas por pesquisadores dos grandes centros de excelência em história dos povos árabes.

assentamentos, etc. Os clãs mais velhos organizavam e dirigiam as obrigações e mediavam disputas internas de acordo com as normas culturais e legais comumente aceitas. *Urf* era o nome dado ao sistema profundamente enraizado de práticas costumeiras, não escritas, no qual as normas estavam incorporadas. Este sistema previa os direitos e as obrigações e elucidava os mecanismos para a resolução de conflitos, indenização e punição. As decisões, baseadas em normas orais, ressaltavam sempre a conciliação, a mediação e a honra familiar. (WING, 1994 e DOUMANI, 1995)

Nos centros urbanos, as famílias de mercadores dominaram os *ranks* do comércio entre as comunidades locais. O comércio era praticado a partir de redes regionais entre as cidades, as quais eram governadas por chefes locais. A maior parte das propriedades urbanas encontrava-se em poder destes mercadores. Neste sentido, a vida cultural nas cidades era praticamente dominada por comunidades de mercadores e caracterizada pela persistência da política de família (DOUMANI, 1995). As cidades integravam suas áreas interiores vizinhas em esferas de influência legal, política, econômica e cultural. Ao contrário da comunidade camponesa, nos centros urbanos as normas culturais e legais eram aplicadas de acordo com a lei islâmica – *Shari'a*. “A *Shari'a*, que é a lei islâmica encontrada no Alcorão e em outras fontes, provê regras que (...) conduzem tanto a conduta pública quanto a privada, e teoricamente governam crimes, contratos, bens e direito de família”. (WING, 1994, p.15 e 16)

Em linhas gerais, o poder para as comunidades que habitavam a região da Palestina era dividido por um número de famílias rurais e urbanas baseadas no território. Obviamente, existiam rivalidades e divisões políticas. Entretanto, os espaços sociais não possuíam fronteiras claras e imutáveis e a lealdade era dirigida às tribos e às famílias num contexto de uma estrutura política descentralizada. Em suma, a vida cultural e política das comunidades

era delineada através dos constantes vínculos e relações entre as pessoas dos campos e das cidades. A diversidade étnica e religiosa variava de cidade para cidade.

A Palestina não tinha grande “importância material” no sentido de não ser, por exemplo, como o Cairo ou Damasco que serviam como entrepostos comerciais. Contudo, além de ser uma região que se localiza entre a Ásia e a África, com bastante valor estratégico, a Palestina sempre teve um valor significativo em termos simbólicos e religiosos. Isso porque especialmente a cidade de Jerusalém é o lugar de nascimento das três religiões monoteístas, a saber: o Cristianismo, o Judaísmo e o Islã. Destarte, não somente para os seus habitantes, mas em escala mundial, Jerusalém possui um valor simbólico central em termos espirituais. Seus três maiores santuários – a Igreja do Santo Sepulcro para os católicos, o Muro das Lamentações para os judeus e o *Haram al Sharif* para os muçulmanos – têm deixado ao longo dos séculos marcas espirituais e políticas na vida das pessoas assim como também na dinâmica da história da Palestina (BASKIN, 1994, p. 44).

Para a comunidade palestina, Jerusalém possuía um *status* santificado e por isso não estava vinculada a laços políticos. Nusseibeh (1990)⁴ assegura que somente a partir da sensação de ameaça desta comunidade com as sucessivas migrações de judeus nacionalistas é que as cidades santas, principalmente Jerusalém, passaram a ter um papel central no desenvolvimento do nacionalismo entre os palestinos. Já para a comunidade judaica, o Primeiro e o Segundo Templos construídos em Jerusalém simbolizam não somente a religião deste povo, mas também a sua independência nacional⁵. Por este motivo, Jerusalém e o Templo (sucessivamente construído e destruído, na última vez pelos romanos) compunham os maiores pontos de relevância para a vida dos judeus.

⁴ Citado por BASKIN, Gershon. **Jerusalem of Peace**. September, 1994. Published and distributed by IPCRI. Disponível em: <<http://www.pirsonet.co.il/IPCRI>>

⁵ Jerusalém é a cidade mais santa para o povo judeu. Foi em Jerusalém que a crença em um só Deus realizou-se e os princípios que ali se cristalizaram vieram a significar a vida judaica e o povo judeu.

3. A Palestina após as imigrações de judeus nacionalistas

Soliman (1990) afirma que até os anos de 1880, judeus e palestinos conviviam na região da Palestina sem maiores problemas uma vez que os judeus que se dirigiam para a Palestina até então iam em peregrinações e imigrações individuais ou de pequenos grupos, guiados por valores religiosos e espirituais. Nessa dimensão, essas migrações não modificavam o “estatuto político” da Palestina nem tampouco sua forma de organização social e cultural.

As tensões entre os dois povos começaram no final da década de 1880, de acordo com Gomes (2001), em virtude da crescente migração de judeus com características e intenções distintas dos seus antecessores. Eram judeus com propósitos nacionalistas que passaram, desde então, a construir sua comunidade paralelamente à comunidade palestina já instalada na região⁶. Esse fenômeno foi resultado do aparecimento do sionismo político⁷, um movimento nacionalista judeu, do final do século XIX, que advogava que a criação de um Estado Judeu era a única solução para a “Questão Judaica”. A “Questão Judaica” constituía, em essência, *“... o fracasso dos esforços dos judeus para serem assimilados pela sociedade ocidental, a*

⁶ A literatura identifica os anos de 1882-1903 e 1906-1914 como as duas primeiras grandes ondas de imigração de judeus para a Palestina – denominadas de *Aliyah*. Diferentemente da primeira *Aliyah* quando os colonos judeus ainda utilizavam mão-de-obra árabe, a segunda foi caracterizada pela preferência dada ao uso de mão-de-obra judaica. Boa parte das terras onde esses judeus assentaram-se havia sido comprada por um Fundo Nacional e declaradas como propriedade inalienável do povo judeu, em que não se podiam empregar não-judeus. É justamente nessa época em que se criam as primeiras fazendas coletivas – os *Kibutzim* – na Palestina. (HOURANI, 1991, p.292, 293)

⁷ O termo “sionista” tem relação com “Sião”, um dos nomes bíblicos para Jerusalém. O “Sião” constituía a essência do sonho sionista de restauração de um reino judeu na Palestina. O precursor do sionismo político foi Theodor Herzl, cujo livro “O estado judeu” é tido como o marco do princípio da trajetória do movimento sionista. (SHLAIM, 2004, p. 37, 38 e 39)

intensificação do anti-semitismo na Europa e a ressurreição paralela e não-correlacionada do nacionalismo". (SHLAIM, 2004, p.38) ⁸

O termo "Questão Judaica" fora cunhado por Theodor Herzl, o precursor do sionismo político, em sua obra "O Estado Judeu", que é tida como o marco do princípio da trajetória do movimento sionista. Herzl (1998) acreditava que o problema dos judeus era nacional e não uma questão relacionada à sua religião ou ao seu papel econômico e social nas sociedades ocidentais. A assimilação e a emancipação dos judeus, segundo ele, não seria possível exatamente pelo fato de já constituírem eles uma nação.

É importante registrar também que nesta obra, conquanto apresentasse todo um projeto para a cristalização de um Estado Judeu, Herzl ainda não havia determinado o local para a fundação do Estado. Shlaim (2004) e Soliman (1990) nos recordam que foi no *Primeiro Congresso Sionista*, na Basileia, na Suíça, que a Palestina passou a fazer parte dos objetivos do movimento sionista. Herzl, naquele momento, fez uma declaração que nos parece profética porque a história acabou por confirmar com exatidão as suas palavras: "*Na Basileia, eu fundei o Estado judeu. Hoje, se dissesse isso em voz alta, teria como resposta uma gargalhada universal. Talvez em cinco anos, e certamente em cinquenta, todos saberão disso*". (HERZL *apud* SHLAIM, 2004, p.39)

A maneira como fora concebido e implantado o projeto do movimento sionista, por certo, foi um dos fatores que determinou uma deterioração nas relações entre os judeus sionistas e os árabes palestinos após o ano de 1880. Este projeto foi, reconhecidamente, delineado pela perspectiva da expansão colonial da Europa. A idéia da supremacia européia, intrínseca à concepção imperialista, foi incorporado às bases do movimento sionista. Isso fica

⁸ Para uma compreensão acerca do nascimento do anti-semitismo, ver: ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

claro no slogan sionista: “uma terra sem povo, para um povo sem terra”. (ZANGWILL apud SAID, 1992, p.9, “Tradução Nossa”)

Shlaim (2004), um autor israelense que em sua obra estuda a política de Israel em relação ao mundo árabe, reitera o que a literatura árabe afirma. Segundo ele, há duas características que delinearam o movimento sionista desde “sua fase formativa” e o acompanharam em “sua história subsequente”, mantendo-se intactas a despeito das distintas nuances que o movimento ganhou sob a direção dos diferentes líderes.

A primeira característica é “o não-reconhecimento de uma entidade nacional palestina”. Nas próprias palavras do autor sobre as percepções dos diferentes líderes sionistas:

Herzl achava que, como indivíduos, eles [os palestinos] poderiam gozar de plenos direitos civis no estado judeu, mas não os considerava uma sociedade com direitos políticos coletivos sobre a terra na qual formavam a esmagadora maioria. (SHLAIM, 2004, p.41)

Weizmann não tinha nenhum conhecimento direto sobre o problema árabe e nenhuma política específica para lidar com isso. (...) parecia-lhe que os árabes da Palestina não eram uma comunidade política separada, com aspirações nacionalistas próprias. (...) A respeito da superioridade moral da reivindicação judaica sobre a reivindicação árabe a uma terra natal na palestina, ele nunca alimentou qualquer dúvida. (SHLAIM, 2004, p.43)

Jabotinsky (...) acreditava na superioridade cultural da civilização ocidental. O sionismo era concebido por [ele] não como um retorno dos judeus a sua terra natal espiritual, mas como uma ramificação ou implantação da civilização ocidental no Oriente. (...) o sionismo deveria estar permanentemente aliado ao colonialismo europeu contra todos os árabes do leste do Mediterrâneo. (SHLAIM, 2004, p.49)

Os pronunciamentos de Ben-Gurion na década de 1920 e início da década de 1930 tendiam a concordar com a posição oficial do movimento trabalhista, que sustentava que os árabes da Palestina não constituíam uma entidade nacional separada, faziam parte da nação árabe, e que, além disto, não havia nenhum conflito inerente entre os interesses dos árabes da Palestina e os interesses dos sionistas. (SHLAIM, 2004, p.55)

A segunda característica que fundamentou o movimento sionista em toda sua trajetória foi a “*busca de uma aliança com uma grande potência externa ao Oriente Médio*”. Ainda nas palavras do mesmo autor:

No decorrer do século XX, a grande potência dominante no Oriente Médio mudou diversas vezes. Primeiro foi o Império Otomano; após a primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha; e após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos. Mas a fixação sionista em angariar o apoio das grandes potências na luta pela condição de estado e na consolidação d soberania permaneceu constante. (SHLAIM, 2004, p.42)

Com efeito, as pretensões do sionismo somente puderam lograr êxitos práticos porque foram ao encontro dos interesses daquelas potências, particularmente da Grã-Bretanha. No entanto, as contradições na política externa da Grã-Bretanha durante a Primeira Guerra e ao longo de seu Mandato sobre a Palestina, segundo Gomes (2001), lançaram as questões centrais que fizeram os conflitos entre palestinos e judeus converterem-se num conflito internacional.

4. De Sykes-Picot à Declaração Balfour: fatores que viabilizaram o interesse nacionalista judaico

Como já dito, o Império Otomano governou a maioria dos povos árabes durante séculos. No século XIX, por uma série de motivos, esse Império já dava mostras de sua fraqueza (HOURANI, 1991, p. 318) paralelamente ao fortalecimento de alguns estados europeus. As rivalidades entre as potências européias em busca da definição de suas posições de poder no mundo (no princípio do século XX) culminaram, então, na Primeira Guerra

Mundial, no fim da qual presencia-se o colapso do Império Otomano e a sua redução à Anatólia e a uma pequena porção da Europa.

Entretanto, antes mesmo da desintegração definitiva do governo imperial, a Inglaterra, a França e a Rússia e, mais tarde, a Itália já começavam a “*negociar acerca da alocação dos territórios árabes otomanos*” (UNISPAL, 1990).⁹ O território da Palestina encontra-se inserido nestas negociações antecipadas, cujo resultado foi o acordo secreto *Sykes-Picot* assinado em 1916. O território da Palestina, anteriormente sob governo Otomano, foi demarcado em zonas de influência especialmente da Grã-Bretanha (ver Mapa 1, ANEXO A). Em outros termos, as fronteiras foram arbitrariamente combinadas entre as potências europeias, o que implicava a desconsideração da dinâmica e da organização sócio-cultural e política já existentes. Isso pode ser visto como um prenúncio dos problemas estruturais que surgirão na região.

Este acordo mencionava o estabelecimento futuro de um “Estado Árabe Independente” ou de uma “Confederação dos Estados Árabes” de acordo com as aspirações dessas comunidades. Todavia, isto significava não uma preocupação por parte das potências europeias em atender as reivindicações nacionalistas dos povos árabes como um fim em si mesmas, mas sim demonstrava a capacidade dessas potências em captar a realidade daquela região na conjuntura vigente e utilizá-la em prol de seus interesses, a saber: busca de apoio “humano” no combate aos inimigos na guerra (interesse de curto prazo); substituir o Império Otomano que percebiam já estar em decomposição, reafirmando suas posições de potências mediterrânea e mundial tendo, com isso, influência preponderante sob uma região muito significativa em termos geo-estratégicos (interesses de longo prazo).

Assim, na medida em que a força do nacionalismo árabe emergente constituía o maior desafio ao Império Otomano supranacional (UNISPAL, 1990), a estratégia escolhida

⁹ UNISPAL – **United Nations Information System on the Question of Palestine**, 1990. “Tradução nossa”

especialmente pela Grã-Bretanha foi vincular seu apoio às aspirações nacionalistas árabes à ajuda destes últimos no combate de seus inimigos na Guerra (GOMES, 2001, p.19) – o que era o imediato interesse britânico e não a constituição de um “Estado Árabe Independente” como afirmado no acordo *Sykes-Picot*.

O grande problema não foi somente a promessa feita aos árabes sem verdadeira intenção de realizá-la, mas fundamentalmente foi ter feito em paralelo um compromisso com os líderes do movimento sionista para apoiar “o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu”, outro anúncio de futuros problemas estruturais. Este apoio tornou-se público através da *Declaração Balfour*¹⁰, feita em 1917 pelo Ministro das Relações Exteriores britânico *Arthur James Balfour*. Na realidade, a *Declaração Balfour* foi resultado de um esforço contínuo do movimento sionista dirigido ao Governo Britânico de estabelecer um Estado Judeu na Palestina. Gomes (2001) alerta que a *Declaração* dirigiu-se ao *Lord Rothschild*, “um dos homens mais ricos do mundo” e “um dos principais patrocinadores do estabelecimento de judeus na Palestina” e, portanto, “parece legítimo supor que a *Declaração Balfour* não foi uma simples gentileza do governo britânico ao Rothschild e à Organização Sionista, mas pode ter se tratado de uma ‘troca de favores’ de altíssimo preço.” (GOMES, 2001, p.21)

Por um lado, o respaldo britânico à causa judaica pode ser pensado neste momento a partir dos ganhos estratégicos e econômicos para a Grã-Bretanha. Era de interesse, primeiramente, afastar os judeus do processo revolucionário de caráter socialista que se iniciava na Rússia e dar aos judeus russos motivo suficiente para que eles apoiassem a causa dos Aliados (RODINSON e TRABULSI, 1970). Em segundo lugar, apoiar a causa judaica

¹⁰ “O Governo de sua Majestade vê com favor o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e usará seus melhores esforços para facilitar o alcance deste objetivo” Trecho da *Declaração Balfour* disponível em: UNISPAL – **United Nations Information System on the Question of Palestine**, 1990. “Tradução nossa”

significaria para a Grã-Bretanha ganhar um aliado numa região extremamente importante. De acordo com Hourani (1991), isso era importante para a Grã-Bretanha tanto por fortalecer sua posição de poder no mundo, como também por garantir sua liberdade na rota marítima para a Índia e o Extremo Oriente, passando pelo Canal de Suez.

Weizmann, um dos líderes da Organização Sionista, ressalta as vantagens de um Estado Judeu na Palestina:

..a Palestina deveria ficar dentro da esfera de influência Britânica e a Grã-Bretanha deveria encorajar um assentamento judeu lá. Enquanto dependentes da Grã-Bretanha nós poderíamos ter em 20 ou 30 anos um milhão de judeus na região – talvez mais; eles formariam... uma guarda bastante efetiva para o Canal de Suez. (WEIZMANN, 1949, p. 149)¹¹

Por outro lado, conseguir uma declaração oficial do Governo Britânico significaria para o movimento sionista guiar seus esforços por canais oficiais e, por conseguinte, ter maior legitimidade internacional em suas ações. Assim, a *Declaração Balfour* poderia ser um meio de assegurar a colonização judaica para a Palestina. “*O que o conceito político de um Estado Judeu na Palestina precisava para dar a ele realidade era transferir pessoas para a Palestina*” (UNISPAL, 1990). Mallison (1971) consegue resumir em algumas palavras quais eram os objetivos tanto do Governo da Grã-Bretanha quanto do movimento sionista:

O Governo Britânico tinha dois objetivos políticos principais durante o período das negociações. O primeiro era ganhar a guerra e o segundo era maximizar a posição de poder Britânico através do acordo de paz decorrente...

Os Sionistas entraram nas negociações com expectativas de obter todas as suas demandas territoriais. Essas expectativas, entretanto, foram necessariamente limitadas por dois fatores objetivos. O primeiro era que o número de judeus na Palestina durante a [Primeira] Guerra Mundial era apenas uma pequena fração da população total do (território). O segundo, foi que os Sionistas não podiam esperar nada do Governo Britânico que não estivesse de acordo com os reais ou supostos interesses imperiais. (MALLISON, 1971, p. 67-69)¹²

¹¹ Weizmann, Chaim. **Trial and Error** (New York, Harper, 1949), p. 149. Citado em: UNISPAL – United Nations Information System on the Question of Palestine, 1990. “Tradução Nossa”

¹² MALLISON, W. T. "The Balfour Declaration: An Appraisal in International Law". In: ABU LUGHOD, Ibrahim. **The Transformation of Palestine**. Evanston, Northwestern University Press, 1971. P. 67-69 “Tradução Nossa”

Com relação aos árabes pode-se inferir, a partir do que foi discutido, que a *Declaração Balfour* foi feita em total e explícito desacordo com as promessas dadas a eles de independência. Isto é o que Shlaim (2004) denominou de “*promessas irreconciliáveis*”. E o mais grave, as discussões com o Governo Britânico acerca da Palestina estavam sendo conduzidas por uma Organização cujas intenções eram claramente independentes dos direitos dos árabes habitantes do território palestino (ou seja, não levavam em consideração a existência dos árabes palestinos e de seus respectivos direitos no que tange ao território em discussão). (SHLAIM, 2004, p.41 e 44) Vale dizer ainda que o comprometimento da Grã-Bretanha com o movimento sionista acerca da Palestina fora feito a despeito de este território ainda ser formalmente parte do Império Otomano. Obviamente, todas essas contradições levariam, desde então, a constantes conflitos entre judeus, palestinos e britânicos. Em suma,

...a Declaração Balfour (...) se inscreve no leque de promessas contraditórias feitas pela capital inglesa e dos acordos concluídos por ela num momento específico da história, com o fim único de preservar seus interesses estratégicos naquele momento: manter aberta, nos anos 1840-1850, a rota terrestre entre a metrópole e o que iria tornar-se seu império, oferecer a melhor proteção ao Canal de Suez, transformado em canal inglês nos anos 1910-1920. A intenção milenar dos judeus de (re)encontrar a Palestina só foi invocada incidentalmente por Palmerston¹³ e de modo algum por Balfour. (SOLIMAN, 1990, p.34)

O texto final da *Declaração Balfour* – após seis documentos provisórios trocados e discutidos entre o Governo Britânico e a Organização Sionista – segundo Leonard Stein

¹³ Outro exemplo que ilustra as diversas posições assumidas pela Grã-Bretanha, com o fim de ver assegurados seus interesses, com relação à mesma região é a “sugestão” de criar um “lar judeu” na Palestina dada pelo primeiro ministro britânico Palmerston. Esse fato verificou-se nas primeiras décadas do século XIX. Se analisamos o contexto em que fora concebida tal idéia, percebemos que ela se deu como contrapartida à ameaça representada pelo “despotismo” de Mohammed Ali (um turco da Macedônia que se impôs ao governo otomano como governante entre 1805 e 1948) aos interesses britânicos e europeus no Império otomano. Não obstante, em virtude de que o nacionalismo nos países do leste europeu encontrava-se, naquele momento, em sua fase inicial (e, por conseguinte, a assimilação e tolerância religiosa dos judeus era ainda possível), a proposta britânica não encontrou resposta prática entre esses judeus. Ademais, logo no início de 1840, Mohammed Ali foi derrotado politicamente, o que levou ao abandono imediato pelos britânicos da idéia de um “lar judeu” na Palestina. A volta da garantia dos compromissos da Inglaterra com o Egito de livre circulação de capitais, bens e pessoas, ao menos nessa conjuntura, também retiraram a razão de ser daquela idéia. (SOLIMAN, 1990, p.18 e 19; HOURANI, 1994, p. 278)

(1961), tinha uma linguagem “cuidadosamente” vaga e, nem do lado Britânico nem do Sionista havia qualquer disposição naquele momento de investigar profundamente seu conteúdo, nem tampouco existia qualquer interpretação acordada.¹⁴ Entretanto, essa Declaração significou um marco importante para o problema da Palestina e a constituição do Estado Israelense em 1948 uma vez que ela determinou a direção dos acontecimentos subseqüentes – principalmente quando ela foi incorporada ao Mandato Britânico.

5. A Primeira Guerra Mundial e o destino da Palestina sob o Mandato Britânico

No fim do ano de 1917, o Império Otomano foi derrotado e em 1918 as forças britânicas ocuparam a Palestina. Na Conferência de Paz que se seguiu em Paris, em 1919, ficou estabelecido pelas Potências Aliadas que os territórios da Síria, do Líbano, da Palestina/Transjordânia e da Mesopotâmia não seriam devolvidos à Turquia, mas passariam a formar entidades distintas, administradas segundo o sistema de Mandatos¹⁵ criado pela Liga das Nações. Este sistema destinava-se a determinar o estatuto das colônias e dos territórios que se encontravam sob o domínio das nações vencidas. No documento do Pacto, cujo texto foi considerado fonte do Direito Internacional (GOMES, 2001, p.23), declarou-se que “*algumas comunidades outrora pertencentes ao Império Otomano atingiram um estado de desenvolvimento*”¹⁶ que permitiria reconhecê-las provisoriamente como nações

¹⁴ Para uma melhor compreensão das características da *Declaração Balfour* ver: STEIN, Leonard. **The Balfour Declaration**. New York, Simon and Schuster, 1961.

¹⁵ O sistema de Mandatos foi criado pelo artigo 22 do Pacto da Liga das Nações a 28 de Junho de 1919.

¹⁶ Artigo 22 do Pacto da Sociedade/Liga das Nações. Disponível em: <<http://domino.un.org/UNISPAL.NSF>>

independentes. Em relação a essas nações, o papel das potências mandatárias seria ajudá-las a instalar a sua administração nacional independente.

A repartição dos Mandatos consolidou-se em 1920¹⁷ e a Grã-Bretanha encarregou-se da região da Palestina, substituindo-se, assim, sua administração militar pela administração civil. Em 1922 finalmente a Declaração Balfour foi incorporada ao Mandato britânico para a Palestina (aprovação do Conselho da Liga das Nações). Este último fato constituiu, como avaliou Gomes (2001)¹⁸, uma “*verdadeira inconstitucionalidade*” porque

Sendo o Sistema de Mandatos fundamentado no direito à autodeterminação dos povos, constituindo o segundo título jurídico dos árabes Palestinos (os acordos da Primeira Guerra formam o primeiro), o Mandato britânico violou o direito à autodeterminação dos 750 mil árabes habitantes nativos da Palestina, com a finalidade de fazer respeitar o ‘direito’ à autodeterminação dos judeus habitantes e nacionais de diversos países, na Palestina. Apesar dessa inconstitucionalidade, a Declaração Balfour foi considerada um título jurídico em favor dos sionistas durante as sessões que determinaram a partilha da Palestina, na ONU, sendo que os títulos jurídicos dos árabes foram ignorados. (GOMES, 2001, p.24)

É importante ater-se um pouco à maneira como a Palestina foi demarcada para que se possa entender depois as porções do território “negociadas” por palestinos, judeus e britânicos ao longo dos acontecimentos. Convém observar a área almejada pelos judeus para constituir sua nação: ela ultrapassa as “fronteiras” do território previsto pela potência mandatária¹⁹, atingindo partes do Líbano, da Síria e da Jordânia. (ver Mapa 2, ANEXO A)

Não é difícil imaginar que realmente todas as nações tornaram-se, com o tempo, independentes, como o previsto, com a exceção da Palestina. Evidentemente, o projeto do movimento sionista de criação do “lar nacional para o povo judaico” na Palestina fora um dos

¹⁷ Na conferência de San Remo a 25 de abril de 1920, o Conselho Supremo Aliado repartiu os Mandatos dessas nações entre a França (Líbano e Síria) e a Grã-Bretanha (Mesopotâmia, Palestina/Transjordânia).

¹⁸ As reflexões dessa autora nos são indispensáveis nesse momento porque elas são fruto de uma pesquisa sobre a política internacional no processo que resultou na fundação do Estado de Israel.

¹⁹ Ver UNISPAL (1990) para maiores detalhes acerca da porção territorial prevista para a constituição do Estado Judeu assinado pela Grã-Bretanha quando da incorporação da *Declaração Balfour* no Mandato para a Palestina.

grandes obstáculos para que a independência da Palestina se concretizasse. Por isso se diz que a Declaração passou a guiar os acontecimentos na Palestina. (SHLAIM, 2004 e GOMES, 2001) Graças ao Mandato para a Palestina, o patrocínio do projeto sionista, que era também um elemento da política britânica, tornou-se política oficial da Liga das Nações, a qual não somente deu a garantia internacional como também forneceu os meios para a sua realização.

Com efeito, a forma como o destino da Palestina fora definido pelas potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial, servindo-se para isso da Liga das Nações, reflete claramente a dualidade que não raro caracteriza o ordenamento do Sistema de Estados. Apesar de ter classificado a Palestina num grupo de nações às quais reconhecia imediatamente a independência formal e prometia a independência efetiva em curto prazo, a Liga das Nações impôs-lhes um Mandato cujo objetivo prioritário pareceu ser, ao contrário, a criação do lar “nacional judaico”.

Ora, esse objetivo não somente contrariava o processo de transição para a independência política efetiva da Palestina, mas era incompatível com o próprio princípio da sua independência com a população que ela então tinha, princípio esse que a Liga admitira previamente. Ademais, como destacamos acima, a nomeação da Grã-Bretanha para a potência mandatária sem consulta aos palestinos foi de encontro à regra fixada pelo Pacto das Nações, segundo a qual “*os desejos das comunidades submetidas a esse tipo de Mandato deviam ser uma consideração principal na escolha da potência mandatária*”.²⁰

Gomes (2001) nos recorda que a Organização Sionista precisava de três elementos para consumir seu projeto de um Estado Judeu, a saber: território, população e governo. Ao longo do Mandato britânico, os judeus puderam gozar de um *status* privilegiado junto aos poderes legislativo e executivo britânico. Para aumentar a população judaica na Palestina e garantir a aquisição de terras, a Organização Sionista promoveu, com o respaldo da

²⁰ Artigo 22 do Pacto da Sociedade/Liga nas Nações. Disponível em: <<http://domino.un.org/UNISPAL.NSF>>

administração britânica, a imigração intensiva de judeus. De fato, houve um aumento na quantidade de judeus de aproximadamente 725% no período entre 1922 e 1946, como nos informa a mesma autora, embora ainda não constituísse a maioria almejada pelos sionistas.

Neste momento todas as informações se articulam e entende-se como, por um lado, as migrações judaicas para a Palestina cresceram tão vertiginosamente em um relativo curto espaço de tempo e, por outro lado, como elas conseguiram infra-estruturas administrativas e econômicas, ademais dos financiamentos dados pelo Fundo Nacional Judaico para a compra e o desenvolvimento de terras que possibilitou a intensificação da aquisição de terras. Em pouco tempo, os judeus conseguiram inclusive as estruturas essenciais para o futuro estado: a constituição de “*seu próprio poderio militar através da organização paramilitar chamada Haganah*”. (SHLAIM, 2004, p.60) ²¹

A comunidade judaica passou a ser construída paralelamente a uma comunidade já instalada. Diante de uma constante e relativamente brusca transformação no quadro sócio-político da região pendendo sempre para a negação dos direitos palestinos, essa comunidade se viu então ameaçada diante de todo aquele processo. Em respaldo à nossa percepção, Shlaim (2004) assegura que “*a promessa [da Declaração Balfour] de não prejudicar seus direitos civis e religiosos [da população árabe palestina] era nitidamente falaciosa, uma vez que ignorava totalmente seus direitos políticos*”. (SHLAIM, 2004, p.44)

Naturalmente, a comunidade palestina se opôs ao projeto de criação do lar nacional judaico e apresentou protestos contra a *Declaração Balfour*. Com o tempo, as manifestações populares palestinas tornaram-se violentas sem, contudo, renderem respostas satisfatórias para suas reivindicações. Shlaim (2004) nos lembra que é exatamente no período entre as duas guerras mundiais que surge o movimento nacional palestino (o grande *mufti* - principal

²¹ Sobre as características do *Haganah* e sua atuação na Palestina ver: SOLIMAN, Lotfallah. **Por uma História Profana da Palestina**. Éditions La Découverte, 1990. Tradução: Editora Brasiliense S. A.

autoridade legal para os muçulmanos - de Jerusalém). Suas ações, segundo esse autor, eram extremamente agressivas e faziam oposição sistemática a todas as propostas de conciliação apresentadas pelos britânicos.

A título de evidência, em 1936 a resistência palestina culminou numa revolta bastante citada na literatura especializada devido às proporções que ela tomou (a liderança dessa revolta é atribuída, pelos autores, ao *mufti* de Jerusalém). Os distúrbios locais entre árabes e judeus degeneraram numa revolta generalizada e as aldeias palestinas constituíram comitês de greve a fim de pressionar as autoridades britânicas a atenderem as suas demandas: interrupção da imigração judaica, proibição de qualquer transação com terras e criação de um governo nacional eleito pelos habitantes palestinos através de um Parlamento. O não atendimento de suas demandas pela Inglaterra levou a uma série de conflitos armados dirigidos, inclusive, contra as autoridades britânicas (SOLIMAN, 1990, p. 54, 55, 56).²²

6. A Segunda Guerra Mundial e o Plano de Partilha da Palestina apresentado pelas Nações Unidas

A Segunda Guerra Mundial introduz um novo contexto para o desenrolar dos eventos na região da Palestina. Por um lado, as medidas raciais cada vez mais graves tomadas contra os judeus na Alemanha e na Áustria provocaram certa comoção da opinião pública

²² Shlaim (2004) argumenta que a revolta árabe de 1936 configurou-se como o marco para uma mudança na percepção israelense do problema árabe. Segundo o autor, a partir daquele momento, Ben-Gurion, líder sionista, “reconheceu abertamente o caráter nacional da oposição árabe ao sionismo”, embora isso não o tornasse “favorável à negociação e à solução conciliatória”. Tal asserção é importante porque até então os líderes sionistas, com exceção de Jabotinsky, não reconheciam os árabes palestinos como uma entidade nacional, minimizando, por extensão, o “perigo da resistência árabe organizada” ao seu projeto de constituição de um Estado Judeu.

internacional. Por outro lado, a guerra impunha à Grã-Bretanha uma postura diferente daquela tomada nos anos anteriores de seu Mandato da Palestina. Se anteriormente a Grã-Bretanha se contentava em fixar a cota anual para a imigração de judeus para a Palestina e deixava à Agência Judaica e à Organização Sionista o cuidado de dispor das autorizações para a imigração, quando a guerra se tornou inevitável, as imigrações tornaram-se praticamente impossíveis, sendo em sua maior parte suspensas pela Grã-Bretanha. Isso se deu estritamente por razões estratégicas: *“após a sua derrota em Dunquerque e a defecção da França, a Grã-Bretanha não mais podia tolerar a menor turbulência nas suas retaguardas, como o provaria alguns meses mais tarde no Iraque, no Egito e na Índia”* (SOLIMAN, 1990, p. 93).

À medida que o fim da Guerra se aproximava, tornou-se evidente que as relações de força haviam mudado. Em função da revolta de 1936-39, citada acima, e suas subseqüentes tensões, hostilidades, prisões e exílios, os árabes palestinos não eram mais capazes de fazer frente aos judeus palestinos uma vez que esses, além de unidos por fortes instituições comunais, tinham tido treinamento e experiência militares nas forças britânicas durante a guerra (HOURANI, 1994, p. 362). Ademais, os judeus palestinos tinham apoio mais amplo e mais decidido de judeus em outros países, enquanto os países árabes tinham apenas uma intenção de auxiliar os árabes palestinos – intenção essa que se revelou ilusória na prática por motivos diversos.

Mais uma vez parece que os eventos aconteciam de forma a contribuir com o grande desejo de constituição de um Estado Judeu na região da Palestina, a despeito de alguns “fracos movimentos de resistência”. O governo britânico tinha pouca ou quase nenhuma margem de manobra dentro do contexto que se delineava. Por um lado estava ciente de que a imigração judaica levaria ao pedido de um Estado Judeu e, por extensão, despertaria uma oposição acirrada dos árabes palestinos e dos estados árabes. Em contrapartida, porém, o governo britânico sofria forte pressão da opinião pública internacional, principalmente após as

cenas alarmantes do *Holocausto*²³. Além disso, a Grã-Bretanha se via naquele momento sob dependência econômica dos Estados Unidos – os quais, apesar de seus parcos interesses próprios no Oriente Médio (ao menos no princípio), sofriam incessantes pressões de sua grande e politicamente ativa comunidade judaica e, portanto, tendia a respaldar as demandas judaicas de imigração e de constituição de um Estado.

A verdade é que os interesses de Truman, sucessor de Roosevelt na presidência dos Estados Unidos, são sem dúvida relevantes na condução desse assunto. Segundo Soliman (1990), Truman necessitava ver garantida sua reeleição em 1948 e a comunidade judaica era um alvo singular para atingir tal objetivo. Por esse motivo Truman disse aos embaixadores americanos nos países árabes: *“Lamento, senhores, mas tenho que corresponder a centenas de milhares de eleitores judeus que desejam vivamente o sucesso do sionismo; não tenho centenas de milhares de árabes entre meus eleitores”*.²⁴

Nessa dimensão, a questão da Palestina passou a ser extremamente importante nas relações entre Grã-Bretanha e Estados Unidos. Contudo, as tentativas de acordo sobre uma política conjunta, através da comissão de inquérito anglo-americana (1945-46) e depois as discussões bilaterais, não chegaram a qualquer conclusão, pois nenhuma política sugerida recebia a aprovação de judeus e árabes ao mesmo tempo. As pressões norte-americanas e da opinião ocidental abalada pela descoberta da amplitude da barbárie nazista que colocava a Grã-Bretanha numa situação moral desconfortável, somadas aos ataques judeus a autoridades e instalações britânicas que se tornaram uma constante na Palestina, levaram a Grã-Bretanha a

²³ Shlaim reconhece que *“o Holocausto, o acontecimento mais calamitoso nos anais da história judaica, (...) tornou-se uma fonte de fortalecimento para o sionismo. Desde o início, a causa moral por uma pátria na Palestina para o povo judeu foi amplamente aceita; a pós o holocausto, tornou-se inatacável”*. (SHLAIM, 2004, p. 62)

²⁴ EDDY, William. **F. D. Roosevelt meets Ibn Saud**. Nova York, American Friends of the Middle East, 1954, p.36. Citado por Soliman (1990).

entregar o assunto às Nações Unidas em 1947 – organização internacional que substituíra a Liga das Nações. (HOURANI, 1994, p.362)

A comissão especial das Nações Unidas, enviada para estudar o problema, apresentou um plano de partilha do território, o qual foi aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em novembro de 1947. Apesar da Guerra Fria, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética tinham em comum a vontade de reduzir a influência política do Império Britânico e por isso os dois pólos de poder mundial “associaram” seus votos e de seus respectivos “aliados” naquele foro de decisão internacional. Os Estados Unidos, porque desejavam substituir a Grã-Bretanha numa região de grandes reservas de petróleo²⁵; a União Soviética, porque tinha o interesse de penetrar numa região onde sua influência ainda não estava claramente definida.

Mas os fatos não ocorreram de forma tão simplificada assim. Na verdade a política internacional que “permitiu” a criação do Estado de Israel merece um pouco mais de atenção. A comissão de inquérito das Nações Unidas que estava na Palestina era sim unânime em querer o fim do Mandato Britânico e a independência da Palestina, após um breve período de transição sob a jurisdição das Nações Unidas. Entretanto, ela se dividia quanto aos meios para realizar tal propósito. De acordo com Soliman (1990), a comissão dividiu-se em duas partes no mês de agosto de 1947: uma delas – composta por uma maioria de países constituída pelo Canadá, Guatemala, Holanda, Peru, Suécia, Tchecoslováquia e Uruguai – propunha um plano de partilha da Palestina em dois Estados, um Árabe e outro Judeu, com união econômica e um período de transição de dois anos; a outra parte – minoritária, formada por Irã, Índia e

²⁵ Desde o período que sucede a Primeira Guerra Mundial, o interesse dos Estados Unidos no Oriente Médio, como assegura Gomes (2001), estava centrado nas perspectivas econômicas que aquela região tinha a oferecer. “*Além de seu interesse natural de garantir às firmas americanas sua fatia do mercado de um negócio tão promissor, Washington já tinha em mente o esgotamento de suas reservas domésticas e a desejabilidade de ter fontes alternativas de suprimento, que não deveriam estar em mãos estrangeiras.*” (Campbell citado por GOMES, 2001, p. 49 e 50)

Iugoslávia – recomendava uma federação independente, compreendendo um Estado Árabe e um outro Judeu, tendo Jerusalém por capital federal. (ver Mapas 3 e 4, ANEXO A)

A Agência Judaica aprovou imediatamente o plano majoritário, não obstante a insatisfação da maioria de seus líderes, cuja preocupação centrava-se principalmente em três fatores, como aponta Shlaim (2004): a viabilidade de um Estado Judeu nos termos estabelecidos pelas Nações Unidas, na exclusão de Jerusalém e na idéia de um Estado Palestino independente. Os árabes membros das Nações Unidas e os árabes palestinos, por sua vez, recusaram ambos os planos (HOURANI, 1994, p.362). Abaixo apresentamos as percepções de Soliman, um autor árabe, e de Shlaim, um autor israelense, sobre o plano recomendado pela maioria da comissão de inquérito das Nações Unidas:

(O plano) realiza vários projetos impossíveis ao mesmo tempo. Primeiro, o de dar aos dois Estados criados as fronteiras proporcionalmente mais longas do mundo, sendo cada um dos dois Estados composto de três partes apenas ligadas entre si. Em seguida, o de dar ao Estado sionista mais da metade da Palestina, quando os judeus representam apenas um terço da população e possuem apenas seis por cento da superfície total. E, ainda, o de conceder ao Estado sionista quase toda a planície fértil do litoral e de confinar o futuro Estado árabe às colinas do interior. Enfim, o de incluir no futuro Estado sionista 407.00 árabes, numa população total de 905.00 habitantes, e no Estado árabe 10.000 judeus, numa população total de 735.000 habitantes (...) (SOLIMAN, 1990, p.117)

Fronteiras excepcionalmente longas e sinuosas separavam o estado judeu do estado árabe, com pontos vulneráveis de interseção ligando suas áreas isoladas no leste da Galiléia, a planície costeira, e no Negev. As fronteiras desses dois estados de formas estranhas, parecendo duas serpentes em luta, eram um pesadelo estratégico. Não menos anômala e dificilmente viável era a estrutura demográfica do estado judeu proposto, já que consistia em aproximadamente quinhentos mil judeus e quatrocentos mil árabes. (SHLAIM, 2004, p.63)

Percebemos que ambos os autores compartilham da idéia de ser o plano de partilha dotado de anomalias e limitações, a despeito de Soliman ter mais a intenção de reforçar em seu discurso o caráter de injustiça do plano em relação aos árabes palestinos. A partir daí, parece-nos plausível afirmar que o plano praticamente ignorou as condições geográficas e sócio-culturais da região e a demarcou como se lá não houvesse comunidades com estruturas

política, social e econômica já definidas. Além disto, os mapas dos planos minoritário e majoritário também nos sugerem uma enorme discrepância entre as propostas de partilha, o que reflete, portanto, o quão distintos eram os interesses e as expectativas dos atores envolvidos no processo naquele momento.

Com efeito, após uma série de discussões e novos arranjos, o plano de partilha proposto pela maioria, com algumas modificações (reduziu-se a minoria árabe no Estado Judeu de 407.000 para 325.000, unindo Jafa e Beersheba ao Estado Árabe – SOLIMAN, 1990, p.117) – foi votado e aceito pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 29 de novembro de 1947, através da histórica Resolução 181. (ver Mapa 5, ANEXO A)

7. A fundação de Israel e a Questão Palestina: interesses atendidos, direitos negados

Ficou previsto, a partir da aprovação do plano de partilha, que a Grã-Bretanha deveria retirar-se da Palestina até o primeiro dia de agosto de 1948. Ademais, a Organização das Nações Unidas estaria incumbida da administração provisória de todo o território até a transferência de poder aos novos Estados (a entrega de poder aos Estados Judeu e Palestino deveria dar-se até, no máximo, outubro de 1948). (Gomes, 2001, p.93)

No entanto, em virtude da recusa do plano de partilha por parte dos árabes e da impossibilidade de encontrar uma solução para os interesses conflitantes de árabes e judeus, a Grã-Bretanha decidiu antecipar a sua saída da Palestina e fixou a data para 14 de maio de 1948. A partir da Resolução que decidiu pela partilha da Palestina os conflitos deterioraram significativamente, não obstante aos apelos para a paz feitos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e pelo governo norte-americano.

É importante destacar que este contexto fez o governo norte-americano, particularmente o Secretário de Defesa *Forrestal* reconsiderar seu apoio à implementação imediata do plano de partilha. Segundo as análises de Gomes (2001), a preocupação de *Forrestal* era que a ação contra os árabes abrisse, como consequência, um espaço para a União Soviética angariar simpatia entre os mesmos, aparecendo como o único aliado da causa nacionalista árabe. Esta e outras percepções estratégicas (como por exemplo as pressões do setor privado petrolífero norte-americano) levaram Truman, o presidente dos Estados Unidos naquele momento, a tentar reverter ou ao menos adiar as decisões da partilha.

Mas nenhuma solução que tivesse aceitação dos judeus surgiu até o fim do mandato britânico. E, diante das fortes pressões, Truman recebeu e aceitou a notícia de que a 14 de maio (1948) seria constituído o Governo Provisório do Estado Judeu. Ben-Gurion, líder sionista, leu naquela data a Declaração de Independência e proclamou, então, a fundação do Estado de Israel. Os primeiros países a reconhecerem formalmente Israel foram os Estados Unidos e a União Soviética.²⁶

Um dia após a Declaração de Independência de Israel, os exércitos da Transjordânia, da Síria, do Líbano e do Iraque invadiram a Palestina e iniciaram, juntamente com as forças palestinas e o exército da Liga Árabe, a primeira guerra árabe-israelense.²⁷ O término das hostilidades se deu em janeiro de 1949, a partir da negociação bilateral de acordos de armistícios entre Israel e cada um dos países árabes, sob a supervisão das Nações Unidas. E, apesar de o preâmbulo dos acordos declarar que seu escopo seria facilitar uma transição para o estabelecimento de uma paz permanente na Palestina, como nos conta Shlaim (2004), os

²⁶ Para um entendimento detalhado acerca das razões e das expectativas de ganhos que levaram os Estados Unidos e a União Soviética a reconhecerem imediatamente Israel, a despeito dos custos e dos riscos que aquela decisão representaria para seus países, ver: Gomes (2001)

²⁷ Essa guerra é, segundo Shlaim (2004), denominada pelos israelenses de Guerra da Independência e pelos árabes de *al-Nakba*, ou “a desgraça”. Este autor divide a guerra em duas fases: a fase não-oficial – que durou de 29 de novembro de 1947 (aprovação do plano de partilha) até 14 de maio de 1948 (proclamação do Estado de Israel); a fase oficial – que durou de 15 de maio até 7 de janeiro de 1949 (acordos de armistícios).

fatos seguintes demonstraram que nenhum dos acordos firmados foram efetivamente precursores para acordos formais de paz.²⁸

O Estado Israelense se estabeleceu em cerca de 75% da Palestina. Uma faixa de terra na costa sul que vai de Gaza à fronteira com o Egito, foi posta sob administração egípcia; o restante foi anexado pelo Reino Hachemita da Jordânia – nome tomado pela Transjordânia em 1946, depois que um tratado com a Grã-Bretanha redefiniu as relações entre os dois países; Jerusalém foi dividida entre Israel e a Jordânia, embora muitos outros países não reconhecessem formalmente a divisão (HOURANI, 1994, p.364). (ver Mapa 6, ANEXO A)

O saldo de todos esses eventos variou significativamente entre os atores daquele conflito. Os países árabes, derrotados após sucessivas guerras com o Estado de Israel, saíram extremamente abalados de forma a fazer sua própria população a repensar a posição de força de seus países em termos regionais. A Grã-Bretanha, da mesma forma, se viu derrotada e provocou constrangimentos tanto do lado dos judeus – que a consideraram inapta a atender suas reivindicações de forma satisfatória – quanto do lado dos árabes palestinos – os quais a tomaram por responsável pelas imigrações judaicas ao longo de todo o processo e por não tentar impedir ou deter as implicações das mesmas para os árabes antes da formação do Estado israelense. Em linhas gerais, os Estados Unidos eram acusados, especialmente pelos árabes, de ter incentivado explicitamente e ajudado a criar condições para a realização dos propósitos dos judeus.

Em termos mais específicos, após a guerra de 1948 a ocupação judaica na Palestina foi formalizada e o atendimento à aspiração de um lar judeu foi concluído. Entretanto, a criação

²⁸ Em sua obra, Shlaim, um autor israelense, tece um discussão muito interessante acerca das razões que impediram que um acordo de paz tivesse sido definitivamente selado entre os protagonistas da guerra de 1948. Em linhas gerais, ele contesta a versão da literatura sionista tradicional que advogava que Israel empenhou-se em uma solução pacífica mas a intransigência árabe foi a única responsável por criar obstáculos à paz. Com base em fontes oficiais israelenses, a interpretação de estudiosos israelenses revisionistas é que o impasse político foi criado muito mais pela intransigência de Israel do que dos países árabes. Para Israel, segundo Shlaim, “a verdadeira questão diante de Israel não era se a paz com seus vizinhos árabes era possível, mas sim a que preço”. (SHLAIM, 2004, p. 89)

do Estado de Israel introduziu a “Questão Palestina”, a qual na realidade engloba tudo aquilo que os palestinos passaram a enfrentar com a perda de seu território, de seus direitos como cidadãos de viverem em uma comunidade: o problema dos palestinos refugiados, os assentamentos israelenses, as implicações da ocupação israelense para o controle dos recursos na região, dentre outros problemas. Assim, a “Questão Judaica” foi relativamente resolvida²⁹ às expensas dos direitos da comunidade palestina e, por extensão, originou a “Questão Palestina”. Nesse espírito, *“a Questão Palestina é (...) o contexto entre uma afirmação e uma negação...”* (SAID, 1992, p.8 *“Tradução Nossa”*)

²⁹ Dizemos relativamente resolvida porque se se entende a “Questão Judaica” a partir da concepção de Herzl (ou seja, como a ausência de um território ou Estado para abrigar a perene nação judaica), devemos dar sim como plenamente resolvida sua “Questão” a partir da constituição do Estado de Israel. Mas queremos chamar a atenção para os novos problemas que foram gerados como resultado do estabelecimento de Israel: a criação de um Estado para a comunidade judaica não trouxe automaticamente as condições para que os judeus pudessem viver dignamente, sem perseguições e com segurança. Ao contrário, a resolução da “Questão Judaica” de Herzl gerou novas formas de perseguição, conflito e desarmonia para essa comunidade.

CAPÍTULO III

A QUESTÃO PALESTINA: ALGUNS OBSTÁCULOS À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO PALESTINO E AO EQUACIONAMENTO DO CONFLITO PALESTINO-ISRAELENSE

“In a very literal way the Palestinian predicament since 1948 is that to be a Palestinian at all has been to live in a utopia, a nonplace, of some sort.”

Edward Said

1. Introdução

Neste momento deveremos analisar a natureza de alguns dos principais problemas decorrentes da fundação de Israel e da negação do direito de constituição do Estado Palestino em termos minimamente justos. Esta é a forma de avaliarmos a trajetória e as implicações da Questão Palestina para a deterioração contínua dos quadros social, econômico e político da comunidade palestina.

Nessa perspectiva, ocuparemos-nos, inicialmente, de iluminar as características de alguns dos problemas que compõem a Questão Palestina e a forma como eles estão interrelacionados. Compreendendo a lógica segundo a qual estes problemas alimentam-se mutuamente, conseguiremos avaliar os obstáculos centrais ao desenvolvimento sócio-

econômico e político da comunidade palestina e, por conseguinte, analisar os reais impedimentos à constituição do Estado Palestino e à resolução do conflito palestino-israelense.

Esses são os pressupostos para investigarmos se nos territórios palestinos existem, efetivamente, condições mínimas para a realização das propostas (ou exigências) de reforma democrática reiteradas no discurso norte-americano que será aqui problematizado, isto é, se estão presentes as condições para o exercício da soberania e cidadania palestina.

2. A Questão Palestina

A Questão Palestina designa, como bem indica a expressão, que existe um problema palestino particular, específico a ser compreendido. Refletir sobre a Questão Palestina é importante por vários motivos. O mais geral deles diz respeito ao fato de tal discussão dar oportunidade ao leitor de ter acesso a uma perspectiva acerca do conflito palestino-israelense alternativa àquela que predominou por muitas décadas nos discursos acadêmicos, governamentais e nos meios de comunicação.

Sumariamente, a literatura tradicional retratava o conflito entre israelenses e palestinos dentro do contexto geral do conflito árabe-israelense. Esta postura contribuiu para deixar oclusas as especificidades dos fatos constitutivos das relações entre israelenses e palestinos e as “*root causes*” do conflito entre as duas comunidades. Em muitas ocasiões, inclusive, as responsabilidades e os papéis dos protagonistas do conflito foram escamoteados e invertidos como consequência desse tipo de percepção.

Isso, sem dúvida, influenciou a trajetória do conflito ao longo dos seus mais de cinquenta anos já que essa leitura do conflito sustentava as posições de grande parte dos líderes políticos encarregados de elaborar e implementar acordos para a solução dos problemas no Oriente Médio.

Ottolenghi (2004) reconhece que ainda hoje a perspectiva tradicional possui um grande peso nos meios acadêmicos e influência significativa nas ações dos líderes políticos. No entanto, a autora argumenta que após a eclosão da segunda *Intifada* e dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, outra abordagem radicalmente distinta tem competido com a tradicional a fim de moldar a política Ocidental no Oriente Médio.

Em linhas gerais, os expoentes da abordagem tradicional advogam o que já falamos acima, ou seja, que há uma relação causal direta entre os problemas da região e o conflito entre palestinos e israelenses. Nesse sentido, a autora nos lembra que o *Processo de Oslo* e o “novo” “Processo de Paz”, denominado *Road Map*, basearam-se nessas interpretações. Os Estados Unidos, como constituem o principal mediador deste conflito, estão incluídos neste tipo de perspectiva (como veremos mais adiante a partir do discurso que será analisado).

A abordagem concorrente defende que a correlação entre o conflito palestino-israelense e as tensões no Oriente Médio é no mínimo tênue. E que existem questões relacionadas “à memória coletiva, à identidade, à justiça e à dignidade” de cada uma das duas comunidades que colocam as suas relações numa esfera separada das demais interações entre as comunidades do Oriente Médio.

Nessa acepção, analisar a Questão Palestina significa, em primeiro lugar, que este trabalho assume o reconhecimento inexorável de que o problema palestino é singular e não é, portanto, essencialmente parte do conflito árabe-israelense e está, dessa maneira, em conformidade com a “abordagem concorrente” de que falamos acima. Por outro lado, e não menos importante, uma reflexão de tal natureza disponibiliza, como acreditamos, uma

compreensão dos principais elementos que fazem parte do conflito palestino-israelense e, mais especificamente, do problema palestino, um fenômeno singular em sua origem, trajetória e perpetuação.

3. Refugiados Palestinos: gênese, trajetória e obstáculos ao seu retorno

O problema dos refugiados palestinos foi a primeira consequência do contexto entre uma afirmação e uma negação, de que falou Said (1992). Mais precisamente, esta situação começou a se delinear poucos meses antes da guerra que sucede à proclamação de independência de Israel. Segundo Soliman (1990), os dirigentes do *Haganah* (o exército judaico até então clandestino) e outros grupos militares, como o *Irgun* e o *Palmach*, buscaram não somente se apoderar do território demarcado pelas Nações Unidas através do plano de partilha para ser o futuro Estado Judeu, mas também estender o espaço desse Estado a todas as colônias judaicas situadas fora do plano de partilha (O mapa que apresenta o território ocupado por Israel após a guerra de 1948 demonstra isso claramente – ver Mapa 6, ANEXO A). Assim,

(...) era preciso manter abertas as vias de comunicação entre (as colônias judaicas), o que não podia ser feito sem a ocupação das elevações estratégicas, assim como dos pontos árabes considerados 'próximos demais' dessas colônias. (SOLIMAN, 1990, p. 125)

Shlaim (2004) relata os fatos no mesmo sentido. O autor afirma que o *Haganah* desenvolveu uma estratégia ofensiva (sistematizada no que ficou conhecido como *Plano D*) com vistas a

(...) proteger todas as áreas que tinham sido alocadas ao estado judeu, de acordo com a resolução de partilha da ONU, bem como os assentamentos judeus fora

dessas áreas e as passagens que conduziam a eles, de modo a proporcionar uma base sólida e contínua para a soberania judaica. A novidade e a audácia do plano residiam nas ordens para capturar aldeias e cidades árabes(...). Seu objetivo [do Plano D] era limpar o interior do país de elementos árabes declarada ou potencialmente hostis e, nesse sentido, fornecer uma justificação para expulsar civis. (SHLAIM, 2004, p. 70)

Em busca destes objetivos e agindo a partir de uma concepção dissuasiva, alguns grupos militares judaicos conseguiram expulsar um número espantoso de árabes de suas aldeias. Diz-se concepção dissuasiva porque aqueles exércitos não somente realizaram inúmeros ataques às aldeias árabes, como também utilizaram da propaganda dos mesmos para tentar dissuadir os habitantes daquelas aldeias a fugir. Palestinos alegam que a expulsão da população civil através de meios militares e das propagandas acerca dos ataques às aldeias fazia parte dos planos dos judeus interessados em “liberar terras” para os colonos judeus que chegavam em grande número. Shlaim denomina a ação dos militares judaicos como “*uma política de ‘defesa agressiva’, acompanhada de subversão econômica e guerra psicológica*”. (SHLAIM, 2004, p. 70)

Morris (1987)³⁰ enumera trezentas e sessenta e nove cidades ou aldeias onde os ataques dos grupos militares israelenses impulsionaram a expulsão ou a fuga de habitantes árabes. O caso da aldeia *Deir Yassin*, em abril de 1948, constitui um dos casos mais notórios destes atos de grupos militares israelenses contra a população civil palestina. Essa aldeia localizava-se próxima à Jerusalém e estava situada em território designado ao Estado Judeu pela Resolução das Nações Unidas que recomendava o plano de partilha. Independente das inúmeras versões que os ataques às vilas ganharam ao longo dos anos na literatura, o fator comum é que o efeito psicológico de tais incidentes foi um êxodo em massa de refugiados para os países vizinhos e até mesmo o deslocamento interno de refugiados.

³⁰ MORRIS, Benny. **The birth of the Palestinian refugee problem: 1947-1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

O número de refugiados resultantes foi estimado pela UNISPAL (1990) em 726.000 no final do ano de 1949 – o que representava 75% da população nativa da Palestina – enquanto 32.000 permaneceram dentro das linhas de armistício. Entretanto, dos 800.000 palestinos originalmente situados na área que se tornou Israel, apenas 150.000 permaneceram em suas casas, tornando-se, assim, uma minoria árabe no Estado de Israel. Há também os palestinos deslocados internamente, que foram expulsos de suas vilas – localizadas no que veio a se tornar Israel – durante a guerra de 1948. No fim da guerra, eles somavam 30-40.000 pessoas, às quais não foi permitido retornar às suas casas e lugares sob ocupação militar israelense (PASSIA, 2004)³¹. Até os dias de hoje Israel não reconhece os palestinos deslocados internamente como refugiados, cujo número estimado é de 263.000 a 300.000 (BADIL Center, 2002). Apesar de algumas fontes indicarem que os líderes árabes é que incitavam as lutas, as Nações Unidas reconheceram em um relato que os refugiados fugiram das guerras devido ao pânico que estas causavam nos habitantes das aldeias.

*A maioria destes refugiados veio de territórios que, sob a resolução da Assembléia de 29 de novembro, eram para ser incluídos no Estado Judeu. O êxodo de árabes palestinos resultou do pânico criado pelas lutas em suas comunidades, pelos rumores acerca dos atos de terrorismo reais ou alegados, ou expulsão...*³²

Ou como disse Shlaim (2004),

Houve muitas razões para o êxodo, incluindo a partida antecipada dos líderes palestinos, mas a razão mais importante foi a pressão militar judaica. (...) O Plano

³¹ PASSIA – **Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs**. Disponível em <http://www.passia.org>

³² “The majority of these refugees have come from territory which, under the Assembly resolution of 29 November, was to be included in the Jewish State. The exodus of Palestinian Arabs resulted from panic created by fighting in their communities, by rumours concerning real or alleged acts of terrorism, or expulsion ...” **Official Records of the General Assembly**, Third Session, Supplement N° 11, Document A/648 (Progress Report of the United Nations Mediator on Palestine). Parte 1, seção 5, parágr. 2 e 6. Parte 3, seção 1, parágr. 1. “Tradução Nossa”

D (...), ordenando a conquista das cidades árabes e das aldeias, tanto permitiu quanto justificou a violenta expulsão de civis árabes. (SHLAIM, 2004, p. 70)

O problema dos refugiados palestinos agravou-se com a Guerra dos Seis Dias (1967) na medida em que a partir desta os israelenses passaram a controlar todo o Sinai, a faixa de Gaza, a Cisjordânia e as elevações de Golã, além da Cidade Antiga (oriental) de Jerusalém (ver Mapa 7, ANEXO A). Como resultado da guerra de 1967, cerca de 300.000 palestinos foram deslocados da faixa de Gaza e da Cisjordânia, incluindo 175.000 refugiados registrados que se tornaram refugiados pela segunda vez – refugiados que já tinham deixado suas casas situadas em territórios que passaram a ser ocupados por Israel após a guerra de 1948 e se dirigiram a outros lugares na própria região da Palestina, ou seja, aqueles deslocados internamente (PASSIA, 2004).

Os palestinos que permaneceram no território ocupado por Israel após 1967 vieram a formar uma nova categoria. Se aqueles palestinos refugiados que estavam dentro das fronteiras de Israel pré-1967 tiveram direito à cidadania israelense, essa nova categoria de refugiados passou a ser um povo sob ocupação militar estrangeira, sujeito, portanto, às regras militares e às repercussões e conseqüências da supressão de seus direitos e liberdades civis.

Uma evidência é que a administração israelense limita, de diversas maneiras, o acesso de palestinos à água (ISAAC and RIZIK, 2002). Não somente à água, mas o acesso é também limitado aos palestinos no que se refere aos serviços fundamentais oferecidos pelo Estado aos seus cidadãos, como educação, saúde e mesmo liberdade de expressão dentro de Israel. Para aqueles refugiados considerados cidadãos israelenses, não existe nenhuma lei que os discrimina explicitamente, mas os estatutos que sustentam o judaísmo de Israel promovem desigualdades quando legitimam preferências para os judeus, trazendo conseqüências negativas para o estatuto jurídico e político dos palestinos. A lei de cidadania israelense, por exemplo, foi formulada tendo em vista a descendência (*jus sanguinis*) aplicável a judeus em

todos os lugares, enquanto aos palestinos eram dirigidas versões cuidadosamente limitadas de cidadania pela presença física (*jus solis*). Além disto, como os palestinos constituem um grupo lingüístico e cultural minoritários, eles tendem a ser excluídos do círculo político.

Contudo, é importante sublinhar que ambas as “categorias” de refugiados representam uma minoria da população palestina já que a maioria está sob exílio total em países vizinhos. Do ponto de vista dos palestinos em situação de refugiados nos países vizinhos, há uma série de problemas. Um deles é a falta de garantia de um *status* de residentes estrangeiros. No Líbano, eles encontram as condições mais severas: seus documentos libaneses de viagem não são reconhecidos por muitos países no mundo; para trabalhar, os refugiados necessitam ter permissões concedidas pelas autoridades libanesas; neste país os refugiados são impedidos de trabalhar no setor público e em mais de setenta profissões no setor privado.

Na Síria, os refugiados gozam dos mesmos direitos dos cidadãos sírios com exceção ao direito de voto, a adquirir passaporte sírio e a direção de postos de trabalho. Porém, assim como no Líbano, na Síria eles possuem documentos de viagem que não são reconhecidos por diversos governos. Na Jordânia, a situação é melhor: os palestinos são considerados cidadãos e possuem passaportes regulares jordanianos; possuem direito de votar e de trabalhar nos serviços públicos, além de poderem ocupar cargos no setor governamental. Os problemas comuns a todos os refugiados nos países árabes incluem moradias demasiado cheias, infraestrutura precária (ruas não pavimentadas e esgotos abertos por falta de canalização), pobreza e elevado índice de desemprego. De todos os refugiados registrados, cerca de 5,7% são considerados casos de privações especiais, com as maiores porções concentrando-se no Líbano (11,2%) e em Gaza (8,6%) – (PASSIA, 2004).

Nos acampamentos onde os palestinos exilados passaram a viver, especialmente nas fronteiras dos países árabes com Israel, nasceram vários grupos guerrilheiros, cujo objetivo

era reconquistar a Palestina³³. Os refugiados desenvolveram, pois, todas as características de uma diáspora que contém a esperança da restauração de sua nação e da dignidade do povo palestino. É nesse contexto que se insere o problema do “terrorismo palestino”³⁴, que passa a ser um meio de compensar ou uma tentativa de reverter a falta de alternativa à realização de suas expectativas e demandas mais essenciais. É evidente que não se quer aqui simplesmente justificar os atos terroristas praticados por palestinos, mas fundamentalmente o que se deseja chamar atenção é que o problema tem estreita relação com a perda da capacidade de suprimento de demandas essenciais para a vida. Isto é, as privações sócio-econômicas que atingem a comunidade palestina trazem inúmeros problemas também para a população israelense.

Um estabelecimento específico do direito de retorno dos refugiados palestinos aos seus lares foi expresso na Resolução 194 adotada pelas Nações Unidas³⁵ no ano de 1949. A partir de então, outras Resoluções e algumas fontes de Direito Internacional³⁶ passaram a ser utilizadas como referência para reiterar esse direito. Entretanto, essa questão é extremamente complexa uma vez que está também relacionada à identidade das duas comunidades.

Para os palestinos, o retorno dos exilados é fundamental porque simboliza a própria essência do que é *ser um palestino*. Viver em exílio ou sob ocupação militar significa abrir

³³ Como por exemplo: *Frente de Libertação Palestina, Frente Popular para a Libertação da Palestina, Organização Abu Nidal*.

³⁴ Sobre o tema terrorismo, ver: GORDON, Neve and LOPEZ, George. **Terrorism in the Arab-Israeli Conflict**. Disponível em < <http://www.ciaonet.org/contrib.html> >; DUVALL, Raymond and STOHL, Michael. “Governance by Terror.” In: Michael Stohl, ed. **The Politics of Terrorism**. New York: Marcell-Dekker. 1988., Human Rights Watch. 1994. **Torture and Ill-Treatment: Israel’s Interrogation of Palestinians from the Occupied Territories**. New York: Human Rights Watch.

³⁵ A Resolução 194 foi adotada pelas Nações Unidas, em 1949, no final da guerra que sucedeu a proclamação do Estado de Israel. Nesta Resolução foi reconhecido o direito de retorno dos refugiados palestinos. **Le Monde Diplomatique** - <http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/proche-orient/reso194-en>

³⁶ Ver por exemplo: **Constitution of the International Refugee Organization** (Preâmbulo/1948); **The Universal Declaration of Human Rights** (Art. 13/1948); **Fourth Geneva Convention** (Art. 49/1949); **European Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms** (Protocolo 4, Art. 3/1963); etc.

mão de uma identidade histórica compartilhada por esse povo. Para os judeus, a região da Palestina possui um valor simbólico igualmente significativo para a definição de sua identidade nacional. Nessa acepção, renunciar ao território demandado pelos palestinos e/ou permitir a absorção de milhões de seus refugiados dentro de Israel seria não somente uma ameaça aos recursos naturais e econômicos, mas também constituiria uma “ameaça étnica e religiosa” à segurança do Estado de Israel.

Em outras palavras, favorecer ou não o retorno dos refugiados palestinos implica lidar com assuntos que vão além de direitos de propriedade, individual ou coletivo. São assuntos que, inclusive, desafiam as noções de justiça e igualdade. Isso, obviamente, aprofunda ainda mais a dificuldade de se encontrar um denominador comum para condução do conflito entre israelenses e palestinos e revela o quão incommunicáveis permanecem os dois lados na medida em que as suas reivindicações são mutuamente exclusivas.

4. Os Assentamentos Israelenses e suas Implicações Sócio-Econômicas para a Comunidade Palestina

A questão dos assentamentos judaicos na região da Palestina esteve sempre no centro da política e da ideologia do movimento sionista antes mesmo da fundação do Estado de Israel em 1948. O movimento sionista gastou muita energia durante sua trajetória tentando angariar o respaldo das grandes potências para absorver na região da Palestina grandes levas de imigrantes judeus. Isso porque “...*Israel não existiria sem uma política de imigração forte*

e atraente” (MIKHAIL, 2005) uma vez que até o final do século XIX a população judaica que vivia na Palestina era numericamente muito pequena, como vimos.

Como resultado dos esforços do movimento sionista, a estrutura demográfica do território mudou radicalmente na primeira metade do século XX, aumentando vertiginosamente a população judaica³⁷ e criando as fundações social e econômica para a constituição do Estado de Israel. Nesse sentido, há uma relação direta entre o desalojamento (e a expulsão) de palestinos (de cuja trajetória falamos anteriormente), a política de colonização judaica da região da Palestina e a fundação de Israel.

A política de colonização judaica não se restringiu, entretanto, ao território demarcado para Israel no plano de partilha das Nações Unidas. Isso torna-se perceptível na porção do território em que acabou se institucionalizando o Estado de Israel. (ver Mapa 6, ANEXO A). Após os acordos de armistícios, em 1949, o Estado de Israel estava, pois, constituído e reconhecido internacionalmente, o que excluiu, a partir de então, qualquer possibilidade de reivindicação palestina desses territórios.

A Guerra dos Seis Dias, em 1967, constituiu um marco para a deterioração das relações entre palestinos e israelenses, em função da ocupação militar de Israel dos Territórios Palestinos³⁸ e da subsequente política deliberada e sistemática de implantação de colônias judaicas nos mesmos. Apesar de não ter sido legalmente reconhecida a anexação por Israel das áreas ocupadas em 1967 (ao contrário do que ocorreu na Guerra de 1948), a expansão das

³⁷ Desde a *primeira Aliyah* (1882-1903) até a *quinta Aliyah* (1929-1939), o número de imigrantes judeus estimado pela Agência Judaica para Israel (*The Jewish Agency for Israel*) foi de 353.000 (Excluindo as imigrações “ilegais” que desobedeciam as restrições impostas pela Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial). Ver, a esse respeito, YIFTACHEL, Oren. **Democracy or Ethnocracy: Territory and Settler Politics in Israel/Palestine**. 1998. Disponível em: <http://www.merip.org/mer/mer207/yift.htm>; WILL, Donald S. Zionist Settlement Ideology and Its Ramifications for the Palestinian People. **Journal of Palestine Studies** 11 (Spring): 37-57, 1982; The Jewish Agency for Israel. **New Aliyah – Modern Zionist Aliyot (1882-1948)**. Disponível em: <http://www.jafi.org.il/education/100/concepts/aliyah3.html>

³⁸ Na Guerra dos Seis Dias, além dos territórios palestinos (a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental), Israel passou a controlar todo o Sinai e as Colinas de Golã.

colônias judaicas passou a ser uma constante desde então. E isso, naturalmente, trouxe uma série de consequências negativas para a população palestina³⁹. São essas consequências que, em conjunto, constituem a um só tempo o obstáculo central à sua autodeterminação e um forte empecilho à formulação de um quadro normativo consensual para israelenses e palestinos que consiga equacionar o conflito.

As terras expropriadas para a colonização judaica expandiram o território do Estado de Israel e, propositadamente ou não, segmentaram as vilas e as cidades palestinas em diversos agrupamentos isolados uns dos outros. Esse processo de implantação das colônias foi contínuo, como dissemos, e isso permitiu que essas terras fossem anexadas *de facto* por Israel, embora sua ação não estivesse juridicamente respaldada. Na Faixa de Gaza as colônias foram construídas em direção ao sul, ao longo da costa e praticamente na fronteira com o Egito, assegurando o controle da costa e de suas águas para Israel. Na Cisjordânia as colônias se concentraram em três focos principais, a saber: em Jerusalém, o que acabou criando barreiras demográficas e dificultando qualquer reivindicação palestina a essas áreas; ao longo da fronteira ocidental, tornando a volta às fronteiras de 1967 praticamente impossível; no vale do Jordão, devido sua importância presumida para a segurança de Israel e também em função de seus recursos agrícolas. (ver Mapa 8, ANEXO A) (ISAAC and RIZIK, 2002)

Ademais, Israel passou a adotar algumas políticas associadas à infra-estrutura construída nos assentamentos. Paradoxalmente, foi justamente durante a década de 1990⁴⁰, a chamada “década da paz” (HASS, 2002), que Israel intensificou suas atividades de

³⁹ As novas áreas também trouxeram consequências negativas para Israel e seus cidadãos, já que esses passaram a ser vistos como inimigos a serem combatidos pelos grupos palestinos guerrilheiros que se formaram com o objetivo de reconquistar os Territórios Ocupados em 1967.

⁴⁰ A década de 90 constituiu o período de lançamento e implementação das iniciativas que objetivavam o equacionamento do conflito israelense-palestino. As iniciativas iniciaram oficialmente na Conferência de Madrid, em 1991, e foram estruturadas no Processo de Oslo, em 1993.

colonização e as políticas a elas relacionadas, embora todos os acordos assinados no “Processo de Paz” reiterassem a necessidade de cessar essas atividades. Said (2000), Roy (2001), Hass (2002), Ottolenghi (2004) e muitos outros autores argumentam que a estrutura do *Processo de Oslo* foi crucial tanto para o processo de fragmentação social, econômica e política, bem como para incentivar (direta ou indiretamente) o aprofundamento de algumas políticas israelenses e a adoção de novas atividades nos Territórios Palestinos Ocupados. Abaixo apresentamos, sinteticamente, algumas dessas políticas para posteriormente refletirmos sobre suas implicações:

- *Settlement Outposts*: Os *Outposts* constituem um traço significativo dos esforços israelenses de colonização dos Territórios Palestinos Ocupados. A maioria deles está concentrada no norte e na parte central da Cisjordânia. (ver Mapa 9, ANEXO A) Ariel Sharon, primeiro ministro israelense (até janeiro de 2006), reconheceu a ilegalidade destes *Outposts*: “Com relação aos *Outposts* não autorizados, eu gostaria de reiterar que Israel é uma sociedade governada pelas ‘regras de direito’. Assim, nós iniciaremos imediatamente a remoção destes *Outposts* não autorizados”⁴¹. Não obstante, a remoção de alguns *Outposts* foi acompanhada pelo estabelecimento de mais *Outposts* em outras áreas, segundo pesquisas realizadas por alguns institutos de pesquisa. (ARIJ, *Geographical Information System*, 2005; PASSIA, 2004) Além disto, apesar das autoridades israelenses reivindicarem que há uma classificação para esses *Outposts* (legais e ilegais), segundo o direito internacional não é do escopo do governo de Israel classificar o *status* desses *Outposts* ou de seus assentamentos.

⁴¹ Ariel Sharon. “*Speech at Aqba Summit*”. 5 de Junho, 2003. Atualmente Sharon não ocupa mais o cargo de Primeiro Ministro em função de um derrame cerebral sofrido no dia 4 de Janeiro de 2006, quando foi substituído por Ehud Olmer (que passou a ser o Primeiro Ministro interino).

- *By-Pass Road Network*: O termo *by-pass roads* surgiu a partir dos acordos de Oslo com o objetivo de designar as ruas que, nos Territórios Palestinos Ocupados, conectam as colônias judaicas, os campos militares e o Estado de Israel entre si. Em linhas gerais, essas “ruas secundárias” isolam as áreas palestinas em guetos e freqüentemente privam os palestinos do acesso livre a grande parte da Faixa de Gaza e da Cisjordânia e, claro, de Israel. (ver Mapa 10, ANEXO A) Há um sistema que se chama *Forbidden Roads Regime* que engloba as ruas nas quais fica vedada a circulação de palestinos. (ARIJ, 2005; ISAAC and RIZIK, 2002; HASS, 2002)

- *Barriers and Military Checkpoints*: Constituem barreiras (há barreiras de terra, concreto, grades, portões e cercas de ferro, trincheiras, etc) e postos de controle com vistas a monitorar o movimento da população palestina nos Territórios Ocupados, especialmente nas *by-pass roads* da Cisjordânia. (ver Mapa 11, ANEXO A) Esses postos de controle funcionam em todas as ruas como um grande dissuasivo aos viajantes palestinos em função dos extensos atrasos, dos processos de “*security searches*”, do “*permit system*” (permissões requeridas por palestinos para circular nas ruas controladas pelas autoridades israelenses e/ou para ter acesso aos territórios israelenses), além dos freqüentemente denunciados abusos físicos e psicológicos das autoridades e soldados israelenses. (ISAAC and RIZIK, 2002, ARIJ, 2005)

- *Segregation Wall/Apartheid Wall* ou *Security Fence*: Sua construção foi iniciada no governo de Ariel Sharon, em abril de 2002, no norte da Cisjordânia e em Jerusalém. A primeira fase de construção do Muro incluiu cercas elétricas, trincheiras, câmeras e patrulhas de segurança. No ano de 2004, a extensão do Muro cresceu e vários assentamentos construídos no lado oriental da “*linha verde*” foram incorporados à Israel. (ver Mapa 12, ANEXO A) (ISAAC and RIZIK, 2002, PASSIA, 2004)

- *Policy of Closure: General Closure* refere-se a restrição total imposta ao movimento de bens e fatores de produção entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza e entre esses territórios e Israel. *Total Closure* constitui o impedimento de qualquer movimento e é imposto tipicamente em antecipação ou em sucessão a ataques terroristas palestinos dentro de Israel. *Internal Closure* é a restrição do movimento dentro da região da Cisjordânia entre as localidades palestinas. (ROY, 2001) Essa política foi introduzida em 1991 e consolidada durante o *Processo de Oslo*, que transformou os Territórios Ocupados em diversos cantões separados uns dos outros por áreas controladas por Israel. (ver Mapa 11, ANEXO A) Hass (2002) argumenta que a *Policy of Closure* foi aplicada primeiramente como uma medida de segurança burocrático-militar preventiva e consolidou-se, a partir de Oslo, como uma meta política consciente das autoridades israelenses (asserção que se justifica, segundo a autora, pela evolução dessa política e, especialmente, de suas características).

É importante assinalar que há uma série de justificativas para a adoção dessas políticas por parte de Israel. Todavia, não é nosso escopo refletir acerca das mesmas, tampouco sobre a validade ou superioridade moral dessas justificativas. O que queremos aqui é nos ater aos desdobramentos dessas atividades no que diz respeito à comunidade palestina. E esses desdobramentos, independentemente dos motivos que levam Israel a assumir tais políticas, são reais e implicam uma série de constrangimentos, de cuja reflexão necessitamos para poder problematizar os argumentos norte-americanos num momento posterior.

As políticas israelenses não somente reforçaram a permanência dos assentamentos nos Territórios Palestinos, mas aprofundaram a perda sucessiva da capacidade de continuidade territorial para a criação futura de um Estado Palestino. Torna-se difícil imaginar qual espécie de Estado Palestino se espera constituir diante de uma situação como essa. (ver Mapa 8,

ANEXO A) Não há possibilidades reais de estabelecer um Estado viável diante de tal fragmentação geográfica e nem pensar em soberania palestina (um dos elementos centrais para se “definir” um Estado-nação) na presença de uma força estrangeira de ocupação.

A cantonização da comunidade palestina em partes disfuncionais e isoladas física e geograficamente trouxe, por um lado, como consequência imediata o agravamento da violação de sua identidade nacional e, por extensão, “*the collective disillusionment*”. (ROY, 2001) Em outros termos, agravou-se a desintegração social palestina iniciada em 1967 pela ocupação israelense e formou-se o que Fawaz Turki denominou de “*a splintered social being*”.

Esse processo também resultou em sérios entraves ao desenvolvimento econômico sustentável da comunidade palestina. O desenvolvimento econômico constitui a base para o funcionamento de qualquer setor dentro de um Estado e, por conseguinte, para a manutenção de seus cidadãos. No caso dos Territórios Ocupados há graves obstáculos ao desenvolvimento e ao crescimento econômico por motivos que se conjugam: a falta de continuidade geográfica entre os territórios e o controle por parte de Israel sobre a economia palestina na medida em que os israelenses controlam fatores chave de produção (terra, água, mão-de-obra e capital) e as fronteiras externas e porque Israel absorve grande parte da mão-de-obra palestina.

Os motivos se relacionam porque se a conexão espacial entre os Territórios Palestinos é impedida, o mercado palestino fica impossibilitado de se sustentar. Farsakh (2001) expõe algumas questões importantes a esse respeito:

No contexto palestino, é difícil falar sobre viabilidade econômica ou sobre os meios para alcançá-la devido à falta de uma definição prática do que é a economia palestina. Embora se pense geralmente que a economia palestina cobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, os territórios e as fronteiras que demarcam essas áreas não estão bem definidos. Uma série de questões permanecem, assim, sem resposta. A Cisjordânia e a Faixa de Gaza são realmente uma e a mesma economia, não obstante a falta de qualquer conexão territorial entre elas? Elas crescem da mesma maneira e compartilham as mesmas características, potencial e perspectivas? Ademais, é possível falar sobre “a economia Palestina”, enquanto

mais de 140 assentamentos israelenses estão “entrenched” em diferentes partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza? (FARSAKH, 2001)

Certamente Farsakh (2001) toca nas questões centrais acerca dos empecilhos que os assentamentos judaicos representam para o desenvolvimento econômico palestino. Nesse contexto, a economia palestina torna-se, necessariamente, dependente de Israel para a transação de seus bens e serviços (para a exportação de seus produtos, para a compra e venda de suprimentos e mesmo para empregar palestinos que não são absorvidos no mercado interno). Só para se ter uma idéia dessa dependência, segundo o Coordenador Especial das Nações Unidas nos Territórios Ocupados, 79,8% das transações econômicas da Palestina são feitas através de Israel (SAID, 2000).

Esta vulnerabilidade à qual a economia palestina fica exposta torna-se ainda mais penosa com as políticas israelenses de controle e fechamento das fronteiras. A restrição do fluxo de bens e pessoas amplia os custos das transações econômicas e realça a imprevisibilidade da economia palestina, acarretando sérios entraves ao comércio e aos investimentos.⁴² Nessa perspectiva, essas políticas transformaram o que originalmente é um direito universal (direito de ir e vir) num privilégio concedido segundo critérios unilateralmente definidos por Israel.

Os efeitos sobre o emprego são diretos: tanto há palestinos que perdem seus empregos em território israelense pela impossibilidade de se dirigirem e fazerem o trajeto cotidiano dos Territórios Palestinos para Israel e *vice-versa*, bem como há desemprego nos diversos setores da economia palestina em extrema deterioração em períodos em que são fechadas completa ou parcialmente as fronteiras. O desemprego registrado em setembro de 2003 foi de 23% da

⁴² Há, a esse respeito, duas pesquisas extensas que endereçam de maneira detalhada, respectivamente, os efeitos das políticas israelenses sobre as atividades produtivas palestinas e as implicações sociais e humanitárias dessas políticas: **The Impact of Closure and Other Mobility Restrictions on Palestinian Productive Activities**. United Nations/ Office of the United Nations Special Co-ordinator, October 2002. Disponível em: ; **Palestine-Human Development Report 2004**. Birzeit University, Development Studies Programme. Disponível em: <http://home.birzeit.edu/dsp/research/publications/2005/phdr2004.pdf>

população dos Territórios Ocupados (21,6% na Cisjordânia; 27,9% na Faixa de Gaza). Antes do fechamento das fronteiras no final do ano de 2000, cerca de 23% dos palestinos empregados trabalhavam em Israel. Em setembro de 2003, após o fechamento de fronteiras, estimou-se apenas 10,3% de trabalhadores palestinos em território israelense (PCBS, *Labor Force Survey*, 2003).

Há uma série de outros reflexos da constante degeneração econômica palestina provocada tanto pela política de assentamento quanto pelas demais atividades a ela relacionadas. Um deles é o crescimento das taxas de pobreza entre palestinos. Segundo dados do Banco Mundial (2003), mais de 21% da população vive abaixo da linha de pobreza (definida como uma habitação com dois adultos e quatro crianças com um consumo aproximado de menos de 2,10 dólares por dia). Há também uma intensa pressão demográfica sobre a terra: com a escassez de espaço físico para suportar a expansão urbana palestinos passam a ocupar áreas destinadas à agricultura. Ademais, a infra-estrutura física (incluindo ruas, casas, sistemas de saneamento básico) sofre de extrema deterioração.

A união dos espaços superpovoados com infra-estrutura danificada cria um motor que alimenta problemas de saúde e conturbações sociais. Outra resposta é o aumento das taxas de trabalho infantil, particularmente entre crianças de 12-16 anos de idade. Em 1999, 74% das crianças com idade abaixo de 18 anos não freqüentavam escolas e trabalhavam mais de 35 horas por semana. (PCBS, *Population Projection*, 2002) Em médio e longo prazo as implicações sociais de uma população não educada farão uma enorme diferença no desenvolvimento sócio-político e econômico da comunidade palestina, como prevê Roy (2001). Isso porque certamente a educação constitui uma das principais ferramentas para o desenvolvimento humano emancipatório.

5. As conseqüências da ocupação israelense no controle, no uso e no acesso palestino aos recursos naturais da região

Como se percebe, todos os problemas presentes na estrutura das comunidades palestina e israelense estão de alguma maneira interrelacionados. Nessa perspectiva, o esquema de ocupação israelense pode ser discutido também a partir de suas repercussões na gestão dos recursos naturais do território. Esta análise reforça, por um lado, o que já foi discutido sobre a condução da política de assentamentos e, por outro lado, dá subsídios para investigar como a desigualdade de posse, acesso e controle dos recursos naturais contribui para a perpetuação do conflito. Como será visto, essa desigualdade traz sérias implicações para a comunidade palestina não somente do ponto de vista sócio-econômico, mas também do ponto de vista político e, por conseguinte, estratégico na medida em que toca em questões de soberania.

Os principais recursos naturais da região são a terra, seja ela destinada à agricultura ou a outros fins; a água, fornecida principalmente por aquíferos (fonte de água subterrânea) e rios (fonte de água de superfície); as pedreiras, que constituem a matéria-prima mais importante para a construção civil. É certo que os recursos naturais na região não constituem algo favorável, no sentido de prover grandes vantagens aos habitantes dessa região por uma série de fatores geográficos, como o clima, por exemplo. Nesse sentido, não existem grandes porções de terra fértil ou água em abundância. Ao contrário, sabe-se que a grande maioria dos países do Oriente Médio enfrenta sérios problemas em torno da escassez de recursos naturais necessários à sobrevivência e, de uma maneira geral, ao desenvolvimento econômico.

Não obstante, a ocupação israelense dos territórios palestinos, principalmente após a Guerra dos Seis Dias, piorou significativamente o acesso palestino a esses recursos, e a água

é, sobretudo, um dos pontos em que o conflito ganha maiores proporções. Isso porque tanto a água constitui um recurso vital para a sobrevivência, quanto ela é uma fonte de poder econômico, geográfico e político. É necessário, então, tecer um panorama analítico acerca da distribuição geográfica e das principais características desses recursos, de sua gestão e controle antes e após a constituição de Israel, com vistas a identificar as desigualdades de utilização destes recursos entre palestinos e israelenses e suas conseqüências elementares no que diz respeito aos impactos sócio-econômicos, ambientais e políticos os Territórios Ocupados.

Existem, na Cisjordânia, várias pedreiras que são operadas por israelenses (ver Mapa 13, ANEXO A). Negócios israelenses administram há anos seis pedreiras na Cisjordânia, que fornecem 80% dos materiais necessários ao setor de construção israelense (FMEP, *Special Report*, 1998)⁴³. Grande parte dessas pedras são utilizadas na construção de assentamentos israelenses.

Algumas dessas pedreiras concentram-se em áreas de pastagem natural importantes para o sustento de criadores de gado e outros moradores palestinos que residem em vilas vizinhas à região. Elas exterminam grande parte das áreas destinadas à pastagem e à agricultura, além de privar agricultores ou criadores de gado palestinos do fluxo de água para a irrigação. Além disto, afetam desfavoravelmente o equilíbrio do meio ambiente das vilas palestinas vizinhas devido ao pó originado na pedreira e outros tipos de poluição do ar.

⁴³ **Special Report: The Socio-economic Impact of Settlements on Land, Water, and the Palestinian Economy.** In: Report on Israeli Settlement in the Occupied Territories. Julho-Agosto, 1998. Volume 8, Número 4. A Bimonthly Publication of the Foundation for Middle East Peace. Disponível em: <http://www.fmep.org/reports/special_reports/no05-july1998/01-socio_economic_impact.html> Acesso em Março de 2004.

Assim, Israel explora a pedra do território palestino, a principal matéria-prima na Cisjordânia⁴⁴.

Outras pedreiras estão também localizadas próximas às áreas residenciais palestinas. A enorme quantidade de poeira produzida nas pedreiras implica sérios riscos à saúde da população. Para os palestinos, aqueles que residem próximo das empresas sofrem de crescentes níveis de asma e agudas infecções pulmonares (ARIJ, 2002). O que na realidade comprova os malefícios que são causados à população vizinha pelas pedreiras é que os próprios israelenses que vivem em acampamentos têm se organizado para impedir a operação de pedreiras próximas às suas áreas residenciais.

No que diz respeito aos recursos de água natural, pode-se dizer que eles são compartilhados não somente por palestinos e israelenses, mas também pela Jordânia, Líbano e Síria. Em outras palavras, esses recursos são largamente interconectados e estão localizados em porções territoriais pertencentes a mais de um país, o que lhes confere um caráter de “recursos internacionais comuns”⁴⁵. As principais fontes de água na região são a Bacia do Jordão⁴⁶ – que é um recurso internacional comum à Israel, ao Líbano, à Síria e à Cisjordânia – e os aquíferos (ver Mapa 14, ANEXO A) – as maiores fontes de água para palestinos e israelenses que produzem significativa quantidade de água nos poços e nascentes da região. Como as águas provenientes de cheias são raras na região, a água de superfície é proveniente

⁴⁴ Para maiores detalhes acerca do plano e de suas implicações para a população local ver: **Wadi al-Teen Quarry and the Systematic Expropriation of Palestinian Natural Resources**. Disponível em: Applied Research Institute-Jerusalem. <[http:// www.arij.org](http://www.arij.org)> Acesso em Março de 2004.

⁴⁵ O Direito Internacional estabelece como recurso de água internacional aquele que ao mesmo tempo encontra-se em territórios pertencentes a distintos Estados.

⁴⁶ Os principais afluentes do rio Jordão são *Hasbani*, *Can*, *Baniyas* e *Yarmuk*. Os primeiros três rios convergem para Israel, norte do Lago da Galiléia, para formar o alto Jordão. Apenas as fontes do rio *Dan* originam-se dentro das fronteiras israelenses. As nascentes do *Hasbani* encontram-se na porção do Líbano que até junho de 2000 era incorporada à zona de segurança ocupada por Israel, e as águas do rio *Baniyas* escoam das colinas de Golã – um território anteriormente sob controle sírio e desde a Guerra dos Seis Dias, ocupado por Israel. No sul do Lago da Galiléia, o rio Jordão encontra-se com o *Yarmuk*, contendo água originária da Síria e da Jordânia, e continua seu fluxo em direção ao Mar Morto. (DECONINCK, 2002)

principalmente da bacia do Jordão. Além disso, devido à formação geológica das rochas, há uma grande propensão à absorção da água que não se evapora para o subsolo. Por esse motivo, os aquíferos constituem o maior reservatório de água natural subterrânea.

O aquífero de montanha e o aquífero costeiro são os maiores recursos de água subterrânea “renovável”. O aquífero de montanha localiza-se sob as colinas da Cisjordânia e compreende outros três aquíferos menores de acordo com a direção de seus fluxos (ver Mapa 14, ANEXO A). Dois deles são explorados nos territórios israelenses através de drenagens feitas por centenas de poços (ELMUSA, 1996). Isto porque a maior quantidade de água flui ao longo da Linha Verde (a linha de armistício que marca as fronteiras israelenses entre 1948 e 1967) e move-se em direção às encostas de colinas que estão, em sua maioria, em território israelense e, por conseguinte, fora do alcance da comunidade palestina (DECONINCK, 2002). O aquífero costeiro está localizado em uma área de planície que inclui tanto a Faixa de Gaza palestina quanto Israel.

Sob o Mandato Britânico as duas comunidades tinham acesso aos aquíferos, utilizando-os especialmente para a irrigação. O estabelecimento de Israel significou a perda do acesso à grande maioria desses recursos subterrâneos pelos palestinos. Os palestinos que permaneceram em território israelense também perderam o controle sobre estes recursos. De acordo com a legislação israelense, a água é propriedade do estado e a propriedade de terra não inclui a propriedade dos recursos de água nela localizados. Assim, além do acesso à água para o consumo direto da população palestina, a distribuição discriminatória de água sob responsabilidade de órgãos israelenses contribuiu para a estagnação da agricultura dessa comunidade e, por extensão, culminou com a venda de terras palestinas para proprietários israelenses (PASSIA, 2002).

Com a ocupação da Cisjordânia e de Gaza após 1967, os comandantes militares tornaram-se responsáveis pelo governo desses territórios, ou seja, os recursos dos mesmos

ficaram sujeitos à legislação israelense, ampliando o acesso israelense a fontes às quais não se tinha acesso anteriormente. A água se tornou um recurso de propriedade pública que poderia ser destinada às reivindicações dos “seus habitantes” e para o desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, a autoridade sobre os recursos de água foi transferida das vilas e comunidades locais para a chamada Administração Civil, encabeçada pelos militares. *“Israel agiu como se fosse soberano absoluto sobre os recursos de água na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.”* (ELMUSA, 1996) O controle institucional sobre os recursos de água foi completado em 1982, quando a gestão foi transferida a uma companhia de água nacional israelense – Mekorot – que centralizou todas as questões técnicas e políticas relacionadas ao gerenciamento da água, relegando às instituições palestinas a meras funções administrativas.

Para entender o controle sob a Bacia do Jordão é necessário remontar às primeiras décadas do século XX. Com a derrota do Império Otomano e após diversas negociações, a França e a Inglaterra traçaram as fronteiras dos territórios mandatários de forma que a Palestina incorporou a nascente de alguns rios da Bacia do Jordão. Sharif Elmusa argumenta que durante as negociações, líderes judeus fizeram *lobby* para que isso ocorresse (ELMUSA, 1996). Neste período, ficou estabelecido a partir da Convenção Anglo-Francesa⁴⁷ que a Síria tinha prioridade no uso dessa fonte.

Como resultado da guerra de 1948, os conflitos em torno da Bacia do Jordão intensificaram-se na medida em que as fronteiras de Israel excederam aquelas do Mandato Britânico. O acordo mais importante desse contexto é o “Plano Johnston” que estendeu o uso da água do Jordão para a Jordânia e atribui quotas fixas de segmentos específicos do sistema do Rio Jordão (ver tabela 1) para os estados que compartilhavam esse recurso. O ponto mais crítico inicia-se a partir da ocupação israelense das Colinas de Golã e da Cisjordânia após a

⁴⁷ A Convenção Anglo-Francesa de 1920 foi o acordo mais significativo entre França e Inglaterra no que tange às questões relacionadas à água. A partir da Convenção, ficou acordado que a Síria teria prioridade no uso da água da Bacia do Jordão e a Palestina poderia usar a água excedente.

Guerra de 1967, quando Israel traz para seu domínio todas as nascentes do sistema do Rio Jordão e porções bem maiores de outros rios, agindo, pois, como absoluto soberano. Ou seja, Israel passa a exceder as quotas de uso da água estabelecidas no Plano anterior à guerra de 1967. A tabela abaixo demonstra como a exploração da Bacia do Jordão se deu paralelamente à expansão do controle israelense sobre outras porções territoriais.

TABELA 1.
Uso da água na Bacia do Jordão vs as quotas estabelecidas no Plano Johnston

País	Quotas Johnston mcm*/ano	% do total	Uso atual Mcm*/ano	% do total
Líbano	35	3	0	0
Síria	132	10	130-70	13-15
Israel	400	31	620-700	62-63
Jordânia	720	56	-	-
Transjordânia	505	39	250	22-25
Cisjordânia	215	17	0	0
TOTAL	1.287	100	1.000-1.120	100

Fonte: Tabela extraída e adaptada do texto “*Negotiating water: Israel and the Palestinians*” (1996)

* mcm/ano: mil milímetros cúbicos por ano

O que se pode inferir a partir dos dados presentes nesta tabela é que dentre os países que compartilham a Bacia, somente a Síria e Israel tiveram um aumento do consumo de água desde a elaboração do Plano Johnston na década de cinqüenta. Todavia, a Síria obteve um aumento de apenas 2 a 5% do total de água disponível, inversamente a Israel que dobrou sua quota – de 31% do total de água disponível, passou a 62%. Em contrapartida, o Líbano e a Cisjordânia perderam completamente seu acesso ao recurso e a Transjordânia (agora Jordânia) teve uma restrição significativa no uso da Bacia. Nessa dimensão, percebem-se algumas evidências das conseqüências da ocupação israelense, principalmente com a crescente

migração de colonos judeus para o território em questão que, obviamente, fez aumentar a demanda por todo tipo de recurso. E, claro, diante de uma condição de escassez natural de recursos o atendimento desta demanda crescente deu-se a partir da negação às reivindicações da outra comunidade.

O que geralmente se argumenta é que os países árabes que faziam parte da Bacia do Jordão não tiveram condições ou recursos financeiros suficientes para fazer cumprir seus direitos e utilizar as quotas estabelecidas desde o Plano Johnston. Isto se torna claro *“especialmente no caso da Síria, que possuía constantes tensões ao longo de suas fronteiras com Israel”* (ELMUSA,1996). Ao passo que Israel tinha já uma rede integrada de condutores de água que permitia uma flexibilidade maior na gestão de seus recursos – por exemplo, em tempos de seca. Os países árabes não tinham recursos materiais e/ou financeiros suficientes e os palestinos, relegados a funções administrativas, não foram capazes de desenvolver habilidades institucionais de gerenciamento de água e, portanto, possuíam um sistema de distribuição de água extremamente descentralizado. Esta vulnerabilidade por parte dos árabes contribuiu para um controle cada vez maior dos recursos de água tanto da bacia do Jordão quanto das fontes subterrâneas por Israel. Do consumo total de água em Israel, um quarto é proveniente da Bacia do Jordão. (PALESTINE MONITOR, *Fact Sheets*, 2006)

Em linhas gerais, os propósitos para quais os habitantes da Cisjordânia, de Gaza e de Israel utilizam água são: consumo doméstico, irrigação de colheitas, uso industrial, dentre outros. Em termos de quantidade utilizada, a irrigação de colheitas constitui, de longe, a atividade que mais consome água nesses territórios, seguido pela indústria e, finalmente, pelo uso doméstico.

Da área total da Cisjordânia, cerca de 24% é cultivada e 5% é irrigada. (AGENCE FRANCE PRESS, 2006; PASSIA, 2004) Em Gaza, 34,7% constitui área cultivada e 74,2% da mesma é irrigada. (PASSIA, 2004) De uma maneira geral, mais de 60% dos recursos de água

são consumidos nas atividades agrícolas. Em Gaza, o suprimento de água tem sido também naturalmente reduzido, mas na Cisjordânia o fornecimento de água foi drasticamente reduzido pelas poucas licenças concedidas aos palestinos após a ocupação de 1967 por Israel. A adoção das políticas israelenses de restrição ao movimento palestino e a construção do Muro (*Security Fence*) restringiram ainda mais o acesso palestino aos recursos de água. Segundo a Agence France Press (2006), na cidade de *Qalqilya*, no norte da Cisjordânia, cerca de 20 poços ou 30% dos recursos da cidade foram apropriados por Israel em função do Muro.

Em território israelense, as principais áreas agrícolas irrigadas são a parte norte do deserto do *Negev*, a planície marítima central e do sul, o Vale do Jordão e as planícies interiores. Cerca de 70% de Israel e dos assentamentos judaicos nos Territórios Palestinos são irrigadas. A disparidade fica ainda mais patente quando se comparam os tipos de colheitas cultivadas por cada um dos dois povos: enquanto palestinos irrigam somente colheitas de frutas e vegetais, israelenses irrigam enormes áreas de plantação de algodão, trigo, etc.

O setor industrial palestino, de um total de cerca de 279 mil metros cúbicos por ano, consome 107 mil metros cúbicos por ano, o que quer dizer cerca de 38% dos recursos de água (PWA, *Water Sector Strategic Plan*, 2000). Como a economia israelense é substancialmente mais sofisticada que a economia palestina, seu setor industrial é bem mais desenvolvido e ocupa um lugar de destaque frente aos outros setores - contribui com cerca de um quinto do PIB israelense, segundo Elmusa (1996) – e por esse motivo deve⁴⁸ ter um consumo de água bastante elevado.

Finalmente, o consumo de água doméstico palestino é bastante comprometido pelas inúmeras políticas israelenses impostas aos palestinos e que fica, por esta razão, dependente

⁴⁸ Não foi possível encontrar dados estatísticos que demonstrassem exatamente a porcentagem de água utilizada pelo setor industrial israelense em comparação com os outros setores de sua economia. Mas sabendo que o setor industrial israelense é bastante desenvolvido, o presente trabalho assume que o consumo de água deve ser alto e que se comparado ao consumo palestino, é substancialmente superior, pelo fato de que o setor industrial palestino é extremamente precário.

de tanques para o suprimento de água. Além de receber uma quantidade substancialmente menor de água, ela é cara e de má qualidade. Cerca de 281 comunidades palestinas não estão conectadas às redes de suprimento de água (HA'ARETZ, 2002). Os sistemas de esgotos contemplam uma pequena porção da população e os detritos que deveriam ser conduzidos neste sistema são, então, descarregados ou depositados em tanques ou em poços, colocando riscos para o meio ambiente e para os aquíferos subterrâneos. Assim, além da quantidade de água, a qualidade também está sendo, a cada dia, mais comprometida tornando-se inapta tanto para o consumo humano quanto para a irrigação. (ELMUSA, 1996)

Como vimos, os setores agrícola e industrial da economia palestina e israelense dependem grandemente dos recursos de água para seu funcionamento. Uma restrição desse recurso – seja por motivos de escassez natural ou por razões de distribuição e controle assimétricos – implica necessariamente uma deterioração sensível nesses setores. Claro, se o bom desempenho das colheitas depende em grande parte da irrigação (o solo da região não é naturalmente fértil para o cultivo), a menor disponibilidade de água, além de sua comprometida qualidade, implica perdas que vão se acumulando no setor agrícola. Os déficits crescentes refletem, pois, um achatamento cada vez maior da contribuição desse setor para o Produto Interno Bruto.

Em relação à economia israelense não se notam grandes perdas nesse setor, primeiro porque seu consumo de água cresceu ao longo dos anos, como já se demonstrou, e a maioria de suas terras cultivadas é irrigada; segundo, pelo fato de que a agricultura corresponde a uma mínima porção do PIB israelense: cerca de 2% do PIB (AGENCE FRANCE PRESS, 2006).

Estruturalmente considerada, a economia israelense é bem mais desenvolvida que a palestina, centrando-se primordialmente na atividade industrial. Inversamente, a agricultura possui um papel pouco significativo na economia e é um setor que absorve uma mínima quantidade de mão-de-obra. Já para a economia palestina, as perdas sucessivas ao acesso a

água para a irrigação de suas colheitas determinou uma perda substancial da contribuição da agricultura no PIB palestino. Em 1966 a agricultura compreendia cerca de 24% do PIB palestino. (FMEP, *Special Report*, 1998) Em meados de 2002 a agricultura contribuía com somente 7% do PIB palestino (PECDAR, *People under siege*, 2002).

De acordo com os padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, a média de consumo de água per capita por dia é de 100 litros, no mínimo (incluindo uso doméstico, em hospitais, escolas, empresas e outras instituições públicas). O consumo *per capita* de israelenses é de 350 litros por dia (levando em consideração o uso doméstico, urbano e industrial), enquanto o consumo de palestinos é cerca 70 litros *per capita* por dia, ou seja, cinco vezes menor que o consumo de água por israelenses. (B'Tselem, 2002; PASSIA, 2004)

Na medida em que esse desequilíbrio interfere, como já dito, no acesso à água para o consumo humano e também para as atividades econômicas, esta situação configura-se como uma violência estrutural que se manifesta no fato de apenas uma das comunidades ter não somente acesso aos recursos, mas sobretudo ter acesso ao poder de decisão sobre sua partilha. Nestas circunstâncias, diferenças são transformadas em desigualdades, o que pode gerar conflitos, já que ambas as comunidades querem ter garantido aquilo que acreditam ser seus direitos legítimos e, assim, agem em defesa dos mesmos recorrendo com frequência à força física.

Outro segmento do grande mosaico de exploração israelense dos recursos não muito comentado, porém igualmente relevante, é a poluição industrial. As indústrias israelenses encontram nos territórios ocupados, especialmente na Cisjordânia, um ambiente mais favorável às suas práticas porque as regulamentações ambientais sobre o solo, ar, qualidade da água e restrições ao desenvolvimento industrial em geral na Cisjordânia são bem menos severas se comparadas a Israel.

Nesse sentido, além de receberem incentivos e subsídios governamentais para localizarem-se perto dos assentamentos, o número de indústrias israelenses sem preocupações ambientais nos Territórios Ocupados, têm aumentado consideravelmente. “*Aproximadamente 160 negócios industriais israelenses estão localizados na Cisjordânia*”. (FMEP, *Special Report*, 1998) A água que sai dessas fábricas e das comunidades residenciais, se não tratada corretamente, põe em grande risco a qualidade da água subterrânea da região. Ainda, os poluentes emitidos e os barulhos gerados podem ser problemáticos para a saúde das pessoas. Estes poluentes tendem a comprometer a qualidade da água e da terra, com substâncias que aumentam ainda mais o nível do *PH* da terra já alto por natureza. “*Palestinos queixam-se que os lixos produzidos no parque industrial são jogados nas terras palestinas.*”⁴⁹. (FMEP, *Special Report*, 1998)

Há um exemplo que ilustra perfeitamente os impactos negativos da instalação indevida de indústrias nos territórios ocupados. Uma indústria, *Geshurei Industries* – fabricante de pesticidas e fertilizantes, originariamente localizada em uma cidade de Israel –, foi fechada por ordem da Corte de Justiça israelense devido aos danos ambientais que causava à terra, à saúde pública e à agricultura. Desde 1987, esta fábrica está operando ao longo da “*Linha Verde*” na Cisjordânia, na cidade de *Tulkarem*, juntamente com outras empresas, onde não existe efetivamente nenhum controle sobre os depósitos de lixo e sobre a poluição do ar. Recentemente, a organização não-governamental palestina LAWE – *Palestinian Society for the Protection of Human Rights and the Environment* – publicou um relatório que denunciava que a poluição desta fábrica afetava diretamente “*144 dunams of prime agricultural land*” e causava danos substanciais à saúde pública⁵⁰.

⁴⁹ Centenas de depósitos de lixo são localizados nos territórios ocupados, incluindo dezenas que são ilícitos ou não autorizados.

⁵⁰ O relatório da Organização nota os seguintes efeitos da operação da indústria *Geshurei*: a queda da maioria das árvores e outras vegetações ao redor de sua planta; o assentamento de lixo químico e resíduos e um líquido que deixam depósitos tipo cálcio na terra e na vegetação causando uma diminuição na produção agrícola em campos

e estufas; a descoberta de ácido sulfúrico, um material para uso herbicida como um matador de erva daninha, em amostras de água subterrânea da área próxima à fábrica, dentre outras constatações.

CAPÍTULO III

A ESFERA POLÍTICA PALESTINA E O DISCURSO NORTE-AMERICANO SOBRE AS REFORMAS DEMOCRÁTICAS NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS

“The whole world nowadays is talking about the Palestinian presidential election, mainly focusing at who the next elected president has to be: not either X or Y, but either X or X. It is interesting to hear about democracy and election in a land cut in pieces with a distributed people which can not move from town to town or from village to the hospital in the next town without permission from the Israeli army, yet it is more interesting to see the wish list coming from European states and their organizations in Palestine, from the USA and Israel, all ignoring the principle of democracy and the right of the Palestinian people to choose their president without interference.”

Salama El Mashoukhy

“Verbal cover for expansionism, however, has always included moralistic oratory. For almost a century, since President Woodrow Wilson asked Congress to declare war against Germany in order to ‘make the world safe for democracy’, U.S. presidents have led ‘democratic’ crusades: against fascism, communism, narco-trafficking and now terror. (Other crusades include wars against poverty, crime and cancer)”

Saul Landau

1. **Gênese e trajetória da esfera política palestina: uma construção historicamente necessária**

1.1. A cristalização da esfera política palestina no século XX

O âmbito político da Palestina e a composição de seus movimentos não seguiram um curso linear ou homogêneo. A rigor, podemos afirmar que grande parte das mudanças na natureza e na trajetória dos movimentos políticos palestinos⁵¹ foi pautada mais por fatores externos àquela comunidade do que puramente por mobilizações e questões ideológicas da população. Esses fatores externos dizem respeito, particularmente, à colonização judaica e britânica da Palestina.

Os padrões socioculturais e as ideologias que os judeus e os britânicos levaram para a Palestina foram responsáveis, em grande medida, por remodelar a identidade da comunidade palestina e, por extensão, a sua autoconsciência nacional. Como discutimos anteriormente, os judeus e os britânicos introduziram de maneira definitiva na Palestina as ideologias em torno da constituição de um Estado-nação independente. Os judeus, porque almejavam constituir um lar nacional na Palestina e porque suas atitudes, que visavam a realização desse propósito de cunho político, passaram a representar para os palestinos uma ameaça à sua existência enquanto comunidade. Isso, obviamente foi um grande impulso gerador da necessidade dos palestinos de diferenciação do “outro” e a fundação de um Estado Palestino seria um instrumento simbólico e material para cristalizar essa diferenciação e para “protegê-los” diante da “ameaça” do “estrangeiro”. Já os britânicos fizeram a promessa de auxiliar os povos árabes a estabelecerem seus Estados independentes (*Acordo de Sykes Picot*). Tal promessa reforçou as demandas e as expectativas palestinas em torno de sua independência nacional.

⁵¹ Estamos nos referindo especificamente ao período da história moderna da Palestina, que começa a delinear-se, de acordo com Said (1992), no final do século XIX.

Tudo isso teve um reflexo direto nos movimentos políticos palestinos, que passaram, desde então, a reivindicar o estabelecimento de um Estado Palestino independente. Esta demanda permaneceu constante no tempo, independentemente do percurso percorrido por esses movimentos, e continua até a atualidade a dominar sua narrativa e seus discursos políticos.

Os partidos políticos palestinos, que sob o governo Otomano formavam uma estrutura política descentralizada, passaram a constituir centros autônomos de poder após o estabelecimento do Mandato Britânico. Esses partidos, basicamente constituídos por mercadores e famílias de proprietários de terra, foram os pioneiros na ênfase dada ao caráter nacionalista, segundo Hilal (2003). Esse mesmo autor afirma que neste contexto os grupos políticos já possuíam características de um sistema multipartidário.

Contudo, o aumento crescente de assentamentos judaicos (provenientes das imigrações, como já demonstramos) na região, somado às pressões da potência mandatária, impediram a cristalização daquele sistema político multipartidário. Isso porque a insatisfação dos palestinos com a imigração judaica e com o não atendimento de suas demandas por parte da Grã-Bretanha levava-os a vários conflitos armados (como foi o caso da revolta palestina de 1936 que citamos em outra oportunidade) e, por consequência, vários líderes do movimento nacional palestino passaram a sofrer repressões, particularmente das autoridades britânicas, sendo alguns deles presos e exilados. Obviamente, esses acontecimentos resultaram numa desintegração de muitos dos grupos políticos palestinos.

A constituição do Estado de Israel, em 1948, dispersou as lideranças palestinas em diferentes comunidades e reforçou o colapso da esfera política palestina. Mas, como aponta Hilal (2003), a identidade nacional palestina não desapareceu juntamente com a desintegração de seu campo político autônomo. Durante aquele período, a identificação dos palestinos voltou-se para “*agendas políticas mais amplas: movimentos pan-nacionalistas (...), partidos*

de esquerda (...) e grupos Islâmicos” (HILAL, 2003, p.163). Assim, a proclamação de Israel serviu como o motor para a reconstrução do nacionalismo palestino, porém, sob novas bases. Said (1992) recorda que, embora em posição de exílio, “os palestinos tornaram-se de fato uma força política de estimável significância” (SAID, 1992, p.157). Ressalta, ainda, que as fontes de explicação para tal força política estão bem além da soma matemática dos elementos que compunham os movimentos populares.

Foi exatamente neste contexto que foi formada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), mais especificamente em 1964. Ela foi constituída com o respaldo dos regimes árabes pan-nacionalistas, principalmente pela iniciativa do governo egípcio⁵², não obstante com o *ethos* de uma entidade política palestina, com o objetivo de unificar os vários grupos guerrilheiros e lutar pela construção do Estado Palestino.

Na verdade, a OLP representou o ressurgimento do campo político autônomo da comunidade palestina. Mas a definitiva “transferência” da OLP do domínio político dos governos árabes para um apoio de base popular palestino só fora possível graças à incorporação daquela organização pelos grupos palestinos de resistência após a Guerra dos Seis Dias. A derrota dos países árabes na Guerra dos Seis Dias favoreceu os grupos de resistência palestinos (dos quais o *Al Fatah* era o maior e o mais popular) a assumirem o controle da OLP.⁵³ Esses grupos transformaram a OLP numa esfera política palestina nacional moldada para acomodar organizações políticas autônomas, o que permitia o pluralismo tornar-se um traço estrutural dessa organização. Nas palavras de Said:

Até março de 1968, o esforço palestino é melhor entendido como incluído pelo desenvolvimento nacional geral árabe (especificamente Nasserista e Baathista). A

⁵² Nasser, líder egípcio, via na OLP um instrumento a serviço de suas ambições de unir e liderar a “nação árabe”.

⁵³ Arafat, um dos fundadores da *Al Fatah*, entrou na OLP com expectativas de assumir seu controle, retirando-o por completo do controle egípcio. Tanto é que Arafat não mediu esforços para lançar críticas aos dirigentes da OLP por terem eles esquivado-se na Guerra de 1967, seguindo as ordens da liderança egípcia, e, portanto, desprestigiando o movimento de libertação nacional palestino.

partir de março de 1968, mais particularmente após a Guerra de junho de 1967, o movimento palestino adquiriu um novo formato que o colocou política e simbolicamente à parte da composição árabe. (SAID, 1992, p.158, “Tradução Nossa”)

A “batalha de *Al Karamah*” na Jordânia, em março de 1968, constitui o evento que cristalizou essa autonomia adquirida pelos movimentos palestinos frente aos estados árabes. Como recorda Said (1992), este foi o primeiro confronto pós-1948 e pós-1967 entre as forças regulares de Israel e as forças irregulares palestinas (cujos militantes/combatentes são denominados *fedayeens*) e, ademais, foi uma batalha em que os *fedayeens* resistiram aos pesados ataques israelenses. Esta foi também a ocasião em que *Arafat*, já conhecido pela opinião pública internacional como um genuíno militante palestino, e a *Al Fatah* reforçaram seu “caráter combativo”. Tanto é que em fevereiro de 1969 Arafat foi eleito para presidir a OLP, o que, segundo Messari (2005), constituiu um marco na “*confirmação da vontade dos palestinos de se representarem a si mesmos*”. (MESSARI, 2005, 362)

A princípio, a democracia política não era uma preocupação dos partidos políticos da OLP, com exceção da demanda dos partidos de esquerda por um “sistema de quotas”, como acredita Hilal (2003). Isto porque suas lideranças operavam a partir dos territórios árabes vizinhos. A democracia somente passou a ser articulada como um elemento central para a OLP no momento em que se fez necessária a criação de uma base territorial para sua atuação.

A necessidade de uma base territorial para a OLP pode ser entendida tanto a partir dos objetivos gerais daqueles grupos (guiados pela ideologia nacionalista), bem como a partir das divergências e dos conflitos que passaram a crescer entre esses grupos e os estados árabes, particularmente na década de setenta.

Uma das razões que explica o recrudescimento das relações entre os grupos palestinos e os estados árabes é que os grupos palestinos começaram rapidamente a adquirir armas e a organizarem-se em grupos políticos e militares dentro dos territórios desses estados. E isto,

naturalmente, apareceu como uma ameaça às autoridades centrais dos países de onde os grupos estavam operando. (SAID, 1992, p.158 e 159) A OLP chegou, inclusive, a constituir o que Said (1992) denominou de um “*quasi state*” para os palestinos dentro das fronteiras dos Estados Árabes. Além disto, a intensificação das operações da OLP contra Israel perpetradas a partir da Jordânia (seu quartel-general desde 1967) e de suas bases no Líbano gerava, naturalmente, represálias israelenses contra esses países, o que comprometia seus governos.

No primeiro ano da década de setenta houve uma guerra civil⁵⁴ entre os combatentes palestinos e o Exército Real da Jordânia que provocou a derrota da OLP naquele país e a mudança de Arafat e de seus seguidores para o Líbano. Porém, pouco tempo depois, já no território libanês, Arafat conseguiu angariar apoio de governos e organismos mundiais à sua estrutura política em função de algumas de suas ações, como por exemplo, ter reconhecido o Estado de Israel em junho de 1974⁵⁵. O líder da OLP também obteve êxitos diplomáticos como foi o caso do reconhecimento da Organização como o único representante legítimo do povo palestino por todos os membros da Liga dos Estados Árabes (MESSARI, 2005, p.363) e pelas Nações Unidas no ano de 1974.

Naturalmente, o crescimento da OLP atingiu diretamente Israel, já que cresciam os ataques promovidos pela Organização e por seus aliados a partir do Líbano. Shlaim (2004) argumenta que a invasão do Líbano em junho de 1982 foi conseqüência de dois elementos da política israelense: “*a aliança com os cristãos libaneses e o desejo de destruir a OLP*” (SHLAIM, 2004, p. 447). Com efeito, essa atitude demonstrava, por um lado, um desejo de Israel de enfatizar a coincidência de seus interesses com os interesses da minoria cristã do Líbano (que enfrentava riscos frente aos seus oponentes árabes e muçulmanos). Por outro

⁵⁴ Este episódio é conhecido como “*Setembro Negro*”.

⁵⁵ Essa ação, naturalmente, teve repercussões negativas entre alguns grupos palestinos radicais, que passaram a ver o líder como um “traidor”.

lado, a política do governo israelense vigente orientou-se pelos ataques que a OLP lançava do sul do Líbano ao seu território e que comprometiam sua segurança interna. De fato a “*Operação de Paz na Galiléia*” (nome com o qual ficou conhecido este incidente) conseguiu a expulsão da OLP e de Arafat do Líbano.

Apesar do enfraquecimento de Arafat, deflagrou-se nos Territórios Ocupados, em dezembro de 1987, um levante popular palestino contra a ocupação israelense, ou seja, as energias palestinas de resistência ainda estavam presentes. Este levante, que ficou conhecido como a *guerra das pedras* e como a primeira *Intifada*, angariou a atenção da opinião pública internacional para a “Questão Palestina”. (MESSARI, 2005, p.366) Arafat aproveitou-se de tal situação para tentar recompor suas forças no cenário político e deu um salto histórico. A partir de Argel (para onde havia se refugiado) ele proclamou o Estado da Palestina no dia 15 de novembro de 1988, ademais de reconhecer as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Resoluções 181, 242 e 338), no que estava implícito o reconhecimento do Estado de Israel. No mês seguinte, Arafat dirigiu-se para a sede das Nações Unidas, em Genebra, para confirmar suas decisões à opinião pública internacional e rechaçar o terrorismo como instrumento de ação política. No discurso proferido durante a Declaração de Independência⁵⁶, são expressas as intenções de delinear o Estado Palestino a partir de uma concepção democrática. Segundo Hilal (2003),

Ela incluía a visão de uma democracia parlamentar com eleições públicas regulares e imparciais, uma construção de um Estado de bases políticas pluralistas, liberdade de expressão e organização e a garantia pelas normas jurídicas de igualdade para todos os cidadãos. (HILAL, 2003, p. 164, “Tradução Nossa”)

A última década do século XX constitui um marco no caminho e no destino político dos Territórios Palestinos. Isto porque, neste período, os vários acontecimentos que

⁵⁶ Ver em: *Declaration of Independence, November 15th*. Palestinian National Authority (The Official Web Site) Disponível em: <http://www.pna.gov.ps/Government/gov/Declaration_of_Independence.asp>

cristalizam a mudança definitiva no equilíbrio de poder mundial vão refletir-se diretamente na redefinição das estruturas sobre as quais a vida política e sócio-econômica da comunidade palestina passará a ser construída. São essas novas estruturas as responsáveis pelo desencadeamento de uma série de fatos que explicam o agravamento das divergências entre palestinos e israelenses e, portanto, os problemas enfrentados atualmente pelas comunidades israelense e palestina.

A rigor, a conjuntura do pós-Guerra Fria contribuiu sobremaneira para uma transformação nos objetivos e nas ações da OLP. Primeiramente, o colapso da União Soviética significou a perda de um dos maiores aliados daquela Organização; e, paralelamente, a emergência dos Estados Unidos como potência mundial incontestável favoreceu Israel em virtude de este país representar para o Ocidente o “grande aliado” no Oriente Médio. Em segundo lugar, a Guerra do Golfo, em 1991, afastou a OLP dos países do Golfo, o que “bloqueou” as maiores fontes de financiamento da Organização. Somado a isso, a eclosão da primeira *Intifada* repercutiu diretamente na opinião pública internacional, como dissemos, conduzindo-a a manifestar-se em prol da reconciliação das partes em conflito. Em suma, foram esses os principais acontecimentos que pautaram uma transformação da conduta da OLP, induzindo-a a aceitar um acordo negociado com Israel.

A disposição da OLP e de Israel em tentar chegar a um acordo a respeito do conflito cristalizou-se na Conferência de Madrid em 1991. Essa Conferência foi o resultado da diplomacia secreta do Secretário de Estado norte-americano James Baker, que visava tomar alguma atitude em relação às transformações ocorridas na ordem política do Oriente Médio com o colapso da União Soviética e da Guerra Fria. Com efeito, a Conferência de Madrid significou um momento decisivo nas relações entre os palestinos e Israel e também uma

espécie de impulso para dar início a estruturação de um processo de paz oficial entre as partes em conflito.

Não obstante, as negociações formais resultantes da Conferência de Madrid, sediadas em Washington e Moscou, não seguiram em frente na medida em que a Delegação Palestina e seu líder não tinham autonomia para negociar, tendo que recorrer sempre à liderança da OLP (ainda não havia autoridade centralizada). Israel não aceitou, desde o início das conversações, negociar com a OLP, acusando-a de ser uma Organização terrorista.

Em 1993, em Oslo, uma série de conversações e negociações secretas entre o Ministro das Relações Exteriores israelense, um cientista norueguês, acadêmicos israelenses e oficiais da OLP iniciaram-se com o intuito de redigir um documento informal de princípios básicos para uma futura concretização da paz entre Israel e os árabes palestinos (Palestine Facts, 2003). Pode-se dizer que a grande diferença entre os encontros de Washington e Oslo foi que em Oslo as negociações deram-se, de fato, entre duas partes oficialmente reconhecidas, e o reconhecimento oficial da OLP poderia significar possibilidades de êxito nos compromissos firmados entre as partes. É exatamente neste contexto que se insere uma mudança genuína na natureza da OLP e o surgimento do interesse, especialmente norte-americano, no sistema político palestino.

1.2. O surgimento do interesse na conformação da esfera política palestina

O interesse no sistema político palestino remonta a esse contexto do *Processo de Oslo* - nome dado ao primeiro “*Processo de Paz*”, ou à primeira tentativa, formalmente estruturada, de equacionar o conflito entre palestinos e israelenses. Para que os acordos

firmados ao longo do *Processo de Oslo* tivessem legitimidade, era necessário que as negociações se dessem entre duas partes oficialmente reconhecidas. A condição primária para isso era, então, a constituição de uma Autoridade Nacional Palestina, já que, até aquele momento, a liderança palestina, a Organização para a Libertação da Palestina, não tinha o reconhecimento de Israel. Assim, em setembro de 1993, dando início oficial ao *Processo de Oslo*, houve o estabelecimento da Autoridade Nacional Palestina e o reconhecimento mútuo desta e do Estado de Israel por seus respectivos representantes.

Em virtude daquele fato e da conseqüente transferência de autonomia para os palestinos sobre algumas partes da Cisjordânia e de Gaza, era natural que se despertasse o interesse pelo regime político que passaria, a partir dali, a modelar e a informar as ações da Autoridade Palestina.

No que tange à nova natureza da OLP, embora ela tenha permanecido ao longo das negociações com Israel como o partido oficial, ela perdera seu papel de principal ator no campo político. A OLP a cada dia foi cedendo lugar à liderança da Autoridade Palestina, que passou a assumir as funções de Estado nos territórios onde à ela foi delegada autonomia. Ou seja, houve uma mudança estrutural na medida em que a partir daquele momento, a autoridade sobre o monopólio legítimo sobre os meios e os fins de luta foi centralizado pela Autoridade Palestina. Apesar de aceitar o pluralismo político, a Autoridade Palestina passou a rejeitar qualquer autoridade dual, considerando-a como uma ameaça à sua legitimidade (HILAL, 2003, p.164).

Algumas das características da democracia política foram sentidas de forma mais direta no ano de 1996 com a primeira eleição geral para a liderança da Autoridade Palestina e para o Conselho Legislativo Palestino. É importante sublinhar que não foram natural e pacificamente aceitas aquelas transformações. A Autoridade Palestina e suas ações, principalmente referentes aos acordos de Oslo, enfrentaram sérias oposições dos grupos

islâmicos (*Hamas* e *Jihad Islâmico*, em particular) e dos partidos seculares. Durante as eleições, por exemplo, houve boicote destes grupos de oposição. Todavia, verificou-se um amplo comparecimento popular e isso, na realidade, fortaleceu o maior partido, *Fatah*, de modo que ele conseguiu obter a maioria dos assentos no Conselho Legislativo e facilitou a vitória de Yasser Arafat para a presidência da Autoridade Palestina com grande maioria.

Todavia, outra transformação no quadro político palestino passou a ser observada no final da década de noventa, por ocasião de mudanças no cenário político, social e estratégico regional, bem como por transformações que o próprio *Processo de Oslo* havia provocado nas relações entre os protagonistas do conflito. Calçadas no pressuposto de uma adaptação lenta e gradual entre palestinos e israelenses, as negociações de paz almejavam a criação de uma confiança mútua entre as partes. Contudo, à medida que as negociações para um acordo definitivo⁵⁷ não avançavam, a legitimidade do processo de negociação não se sustentava mais para os dois povos (HERZ, 2001, s.d.).

Imersos num contexto de soberanias sobrepostas os dois povos não aceitavam como realização alcançada o princípio de reconhecimento mútuo (HERZ, 2001, s.d.). Nesta acepção, não se conseguiu construir a confiança que se esperava entre os palestinos e Israel. Ao contrário, o grande atraso na resolução das *questões de status final* gerou novas expectativas e sublinhou as distintas interpretações e perspectivas do próprio *Processo de Oslo*: para palestinos, tratava-se de um primeiro passo para uma transformação radical das relações entre eles e os israelenses; para os últimos, um contrato legal (HERZ, 2001, s.d.).

Obviamente esses problemas afetaram diretamente a legitimidade da Autoridade Palestina. Ademais, várias eram as suspeitas internas e denúncias israelenses sobre problemas

⁵⁷ Em linhas gerais, as negociações foram estruturadas a partir de uma série de princípios gerais juntamente acordados com relação à transferência de autonomia para os palestinos durante cinco anos nas áreas de educação e cultura, saúde, bem-estar social, coleta de impostos e turismo. As então nomeadas “questões de *status final*” (que compreendiam os problemas em torno dos refugiados palestinos, Jerusalém, da definição das fronteiras, dos assentamentos e da água) foram prorrogadas para o fim do terceiro ano de vigência dos acordos interinos.

como, por exemplo, corrupção, demasiado autoritarismo da liderança da Autoridade Palestina, etc. O colapso definitivo das negociações das *questões status final* deu-se em Camp David, em julho de 2000 (HILAL, 2003, p.166). Somada a esse colapso e genuinamente causada por ele, a deflagração da segunda *Intifada* abriu precedentes para as novas mudanças no rumo político palestino.

Embora fortemente reprimidos pelas forças militares israelenses, os grupos de resistência armada da *Intifada* conseguiram a adesão de todos os grupos políticos ativos de Gaza e da Cisjordânia. O caráter de movimento de libertação foi “reinstalado” na OLP. Houve uma flexibilização da Autoridade Palestina no que concerne ao monopólio sobre os meios de luta, o que levou a um aumento na resistência armada contra alvos israelenses. Ou seja, estava claro que novas mudanças haviam se operado na balança de poder política interna: o partido *Fatah*, que durante muitos anos dominara a arena política palestina, passou, então, a “disputar” a composição do campo político com os partidos islâmicos que, como vimos, haviam ganhado um pouco mais de popularidade.

Essa incorporação dos grupos islâmicos na dimensão política não fora consequência de mudanças internas nas estruturas dos partidos concorrentes. Nem tampouco foram o resultado de mudanças na cultura política palestina. Ou seja, não foram as idéias políticas liberais ou islâmicas que mobilizaram a população em direção a um ou a outro partido. Ademais das questões regionais e internacionais (deterioração das condições de vida e de trabalho nos territórios árabes para os palestinos, restrições severas de entrada de mão-de-obra palestina em Israel, perda sucessiva de recursos pela Autoridade Palestina vindos dos países do Golfo), as implicações políticas, ideológicas e organizacionais dos acordos de Oslo sentidas na sociedade palestina ao longo do *Processo de Oslo* foram minando a legitimidade da Autoridade Palestina e, portanto, do seu partido secular de esquerda, dando oportunidade aos demais partidos de angariar adeptos.

Paralelamente a esses acontecimentos, a Autoridade Palestina começou a sentir uma forte e crescente pressão por parte de Israel e dos Estados Unidos. Ambos os países passaram a dirigir sérias críticas e acusações à Yasser Arafat, inclusive responsabilizando-o pelo fracasso de Oslo e das negociações para a paz, além de acusá-lo de envolvimento estreito com os grupos extremistas islâmicos.

Este contexto foi crucial para a formulação da “tese” originalmente norte-americana a respeito do papel da democracia na constituição do Estado Palestino e na resolução do conflito entre israelenses e palestinos. E, como veremos, a elaboração desta “tese” está também relacionada aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e constitui uma das implicações desses atentados para a conformação da política externa norte-americana para a região do Oriente Médio.

2. O Discurso do Presidente norte-americano George W. Bush sobre as reformas democráticas nos Territórios Palestinos Ocupados

Como vimos anteriormente, o *Processo de Oslo* introduziu o discurso da reforma democrática na vida política palestina mediante os termos estabelecidos nos acordos firmados. O reconhecimento da Autoridade Palestina e a eleição para o líder da mesma um ano mais tarde institucionalizaram aquele discurso. Mas na prática a democracia política não foi verificada. Alguns fatos ilustram tal asserção: por ocasião do boicote do *Hamas* das eleições de 1994, o partido *Fatah* ocupou 70% das cadeiras no novo Conselho Legislativo Palestino, o que ao longo do governo possibilitava que a autoridade fosse exercida por aquele partido sem maneira constitucional de assegurar que ela estava sendo feita democraticamente; Arafat

empreendeu algumas ações que minaram as instituições da própria sociedade civil, o que impediu a formação de outros centros de poder; não foram realizadas novas eleições e Arafat seguiu como o líder palestino, a despeito de seu mandato estar previsto para expirar em 1999.

O espaço para a introdução das idéias democráticas no espaço político fechou-se completamente em virtude da segunda Intifada, em função das questões já discutidas. Os problemas que tal contexto passou a gerar para Israel e o interesse de contornar a instabilidade na região, especialmente após os atentados de 11 de setembro, reforçaram a apologia norte-americana à democracia e levaram os Estados Unidos, o principal mediador do conflito, a reforçar seu empenho no processo de reforma democrática nos Territórios Palestinos.

2.1. Análise do discurso

I see discourses as ways of representing aspects of the world – the processes, relations and structures of the material world, the ‘mental world’ of thoughts, feelings, beliefs and so forth, and the social world. (...) Discourses not only represent the world as it is (or rather is seen to be), they also projective, imaginaries, representing possible worlds which are different from the actual world, and tried in to projects to change the world in particular directions.

Norman Fairclough

Com o propósito de investigar a posição do governo Bush em relação ao conflito palestino-israelense e, mais particularmente, de analisar suas propostas de reforma política de cunho democrático nos Territórios Palestinos, escolhemos um discurso proferido pelo presidente George W. Bush no dia 24 de junho de 2002. Este discurso constitui um dos mais

elucidativos com relação às propostas do governo Bush. Ele é especialmente importante porque esclarece qual é exatamente a tese desenvolvida para justificar o insistente suporte norte-americano àquelas reformas.

Como caminho sistemático para realizar tal tarefa utilizamos a técnica de análise de discurso. Assumimos, dentre os inúmeros métodos para analisar discursos⁵⁸, os postulados teóricos de autores que buscam articular os estudos lingüísticos e o social. Dentro dessa perspectiva, há a possibilidade de identificarmos no discurso do presidente Bush as relações que vinculam sua linguagem à “sua” ideologia. Nas palavras de Brandão(1997),

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. (BRANDÃO, 1997, p. 12)

Em outras palavras, assumimos esse enfoque em função do objetivo de nosso trabalho, que se centra justamente na interpretação crítica da postura norte-americana com relação ao conflito palestino-israelense e, mais particularmente, acerca das reformas políticas nos Territórios Palestinos. Assim, a partir desse método, podemos captar na organização discursiva (“materialidade lingüística”) as relações de contradição, de aliança e de dissimulação presentes na ideologia norte-americana (na “sua” leitura do conflito).

Tanto Bourdieu quanto Foucault, citados por Brandão (1997), argumentam que, embora os discursos sejam diferentes (discurso científico, mitológico, político, etc.), existe uma estrutura que é comum a todos eles. É “*uma estruturação social relativamente durável da linguagem que é em si mesma um elemento da cadeia e da estrutura relativamente durável*

⁵⁸ Nas palavras de Fairclough (2001), “...não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 275)

das práticas sociais”, o que constitui, em outras palavras, a “*ordem do discurso*”. (FAIRCLOUGH, 2003, p.3)

Partindo da concepção desses autores, delimitamos alguns elementos identificáveis no discurso proferido pelo presidente Bush, a saber: a(s) pessoa(s) que fala(m) no discurso, a quem se fala, o seu contexto de produção e a(s) mensagem(ns) que pode(m) ser extraída(s) da análise lingüística de elementos do discurso. A partir dessa estrutura, podemos fazer a problematização da leitura do governo Bush sobre o conflito entre israelenses e palestinos, apreendendo as relações de contradição, de dissimulação e de alianças na ideologia norte-americana de que falamos acima.

Para apreender os elementos que permitem identificar a(s) pessoa(s) que fala(m) e a quem se fala no discurso, recorreremos ao discurso integral (ver ANEXO B).

2.1.1. Pessoa(s) que fala(m):

O discurso é proferido pelo presidente George W. Bush. Ele é feito tanto em nome dele enquanto representante do governo dos Estados Unidos, bem como em nome de terceiros (outros estados e a comunidade internacional). Enquanto representante do governo, ele trata de enunciar as frases em primeira pessoa (“eu”) ou terceira pessoa (“a América” ou “os Estados Unidos da América”). A seguir estão as passagens que ilustram esse “papel”: “Minha visão”; “Eu clamo”; “a América”; “Eu os convoco”; “Os Estados Unidos da América irão apoiar”; “os Estados Unidos ajudarão”; “Eu e meu país”; “Eu posso entender”.

Em nome de terceiros, Bush lista alguns grupos de países e algumas instituições internacionais dando a entender que eles compartilham de suas idéias. Os principais trechos

são: “a América e o mundo irão apoiar”; “todos temos responsabilidades”; “os Estados Unidos, juntamente com a União Européia e com os estados Árabes irão trabalhar”; “os Estados Unidos juntamente com a comunidade internacional”; “os EUA, a União Européia, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional estão dispostos”; “a América... juntamente com os estados regionais chave”; “o mundo está preparado para ajudar”.

2.1.2. A quem se fala:

O discurso do presidente Bush é dirigido diretamente ao povo Palestino e a seus líderes já que o assunto central do discurso é a constituição do Estado Palestino e os pré-requisitos para essa tarefa. Em linhas gerais, o líder norte-americano “convoca” o povo palestino a trabalhar pela constituição de seu estado e anuncia as maneiras para se fazer isso, ressaltando que os êxitos dependem da população e dos líderes palestinos. São várias as expressões que indicam esse intuito ao longo do texto: “Eu clamo o povo Palestino a eleger”; “Eu os convoco a”; “vocês têm sido tratados”; “Seus interesses têm sido”; “suas vidas pioram”; “Vocês merecem a democracia”; “Vocês merecem uma vida de esperança”, etc.

Não obstante, indiretamente, Bush parece querer transmitir sua(s) mensagem(ns) a vários outros “ouvintes”. Dentre eles, identificamos as autoridades de Israel e seus cidadãos, a comunidade internacional, as organizações terroristas (especialmente as citadas pelo presidente), o Iraque e a Síria e outros estados árabes. Ao longo de todo o texto, Bush envolve todos esses “remetentes” na questão do estado Palestino. Isso ocorre na medida em que Bush coloca essa questão como parte de um problema maior, qual seja, a guerra contra o terrorismo. Nesse sentido, o presidente norte-americano “estabelece” o papel de cada um dos

“remetentes” nessa guerra contra o terror. Como veremos, tal interpretação norte-americana pode ser perfeitamente compreendida diante do contexto histórico em que fora pronunciado tal discurso.

Tal interpretação do discurso do presidente Bush nos foi possível em função das seguintes passagens: “Para o bem de toda a humanidade”; “as coisas devem mudar no Oriente Médio”; “Israel continuará a se defender”; “líderes que não estejam comprometidos com o terror”; “Atualmente as autoridades Palestinas estão incentivando o terrorismo e não se opondo (..). Isso é inaceitável”; “ou as nações estão conosco ou elas estão contra nós na guerra contra o terror”; “toda nação (...) comprometida com a paz irá cessar o fluxo de dinheiro (...) para os grupos terroristas”; “regimes que promovem o terror, como o Iraque”; “a Síria deve escolher o lado certo”; “Vocês (israelenses) têm o direito”; “Vocês (israelenses) têm vivido”; “tanto uma oportunidade quanto um teste para todas as partes no Oriente Médio”, dentre inúmeros outros trechos.

É oportuno reiterar a nossa opção por apreender os elementos “pessoa(s) que fala(m)”, “a quem se fala” e as diferentes instâncias que estão implícitas nesses itens. Se analisarmos “a(s) pessoa(s) que fala(m)” somente do ponto de vista de quem profere o discurso, nos eximimos de examinar quais são os outros “atores” em nome dos quais fala o locutor. Do mesmo modo, se nos concentramos somente na “matéria lingüística” para identificar a quem é dirigido o discurso, não apreendemos os “destinatários” indiretos aos quais se dirige o locutor.

O que queremos dizer com isso é que transcender a idéia da fonte absoluta de sentido presente na linguagem significa abrir espaço para o entendimento das relações que se estabelecem entre “quem fala” e “a quem se fala”. Ou seja, é levar em consideração a história e a ideologia na elaboração e na interpretação do discurso. Nessa perspectiva, o sujeito *“perde o seu centro e passa a se caracterizar pela dispersão, por um discurso heterogêneo que incorpora, assume diferentes vozes sociais”*. (BRANDÃO, 1997, p.68)

2.1.3. Contexto de produção do discurso:

O discurso que escolhemos para problematizar neste trabalho se insere no contexto de reformulação da política externa norte-americana especialmente no que diz respeito ao Oriente Médio e aos demais atores que representam uma ameaça direta e indireta à segurança dos Estados Unidos e por um motivo principal, qual seja, o terrorismo internacional. Como podemos observar no discurso, a leitura do conflito palestino-israelense e os caminhos apresentados para sua solução inserem-se basicamente numa preocupação maior, qual seja, a “guerra global contra o terror”.

O principal impulso à formulação desta locução, o qual passou a informar grande parte das ações dos Estados Unidos, foram os atentados de 11 de setembro de 2001. A partir desse evento, podemos dizer que a defesa norte-americana dos ideais, princípios e instituições democráticos (que já era fortemente presente na política americana com relação a diversos outros países) foi substancialmente reforçada. Nesta perspectiva, o governo Bush advoga que a reforma nas instituições políticas dos estados árabes seria um importante veículo na luta contra o terrorismo e as lideranças políticas que ameaçam a liberdade e a paz.

2.1.4. A(s) mensagem(ns):

Transcrevemos abaixo alguns trechos do discurso nos quais podemos apreender as principais mensagens que interessam diretamente a esta pesquisa (decidimos numerar as

sentenças e marcar em negrito algumas palavras a fim de facilitar as reflexões que serão feitas posteriormente):

*“(1)A paz requer uma **nova e diferente** liderança palestina para que o Estado Palestino possa ser constituído. (2) (...) O mundo está preparado para ajudar, **porém** os passos em direção à constituição do Estado **dependem do povo palestino e de seus líderes**. (3)Se eles, energicamente, tomarem o caminho para a reforma, as **recompensas** podem vir rapidamente. Se os palestinos adotarem a democracia, confrontarem a corrupção e rejeitarem terror firmemente, eles podem contar com o apoio americano para a criação de um Estado Palestino **provisório**. (...) As fronteiras finais, a capital e outros aspectos da soberania deste Estado serão negociadas entre as partes, como parte de um **acordo final**. (4) (...) O momento é tanto uma oportunidade quanto um teste para todas as partes no Oriente Médio: uma oportunidade para armar as fundações para uma paz futura; um teste para mostrar quem é sério a respeito da paz e quem não o é”⁵⁹.*

Na primeira frase, Bush incentiva a troca da liderança palestina. É interessante perceber que ele utiliza duas palavras para dizer que a paz não somente requer um líder que não seja Yasser Arafat (quando usa a palavra “novo”), bem como necessita de uma liderança com características ou natureza distintas das de Arafat (quando utiliza a palavra “diferente”). Há aqui dois problemas, ao menos até onde pudemos captar, que tornam a afirmação do presidente norte-americano incoerente. O primeiro deles é que ao mesmo tempo em que ele

⁵⁹ Presidente George W. Bush’s speech on Palestinian Statehood, June, 24, 2002. Disponível em: The White House online: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/06/20020624-3.html#>. Acesso em: 01 de março de 2005. “Tradução Nossa”

proclama e celebra a adoção dos ideais democráticos (*“falando a respeito e se posicionando para a liberdade”*⁶⁰), ele esforça-se para remover o único líder palestino que foi popular e legalmente eleito (até aquele momento em que fora proferido o discurso). O segundo ponto é que seu esforço em apoiar uma nova eleição, livre e justa, é *per si* um contra-senso porque na medida em que ele determina que a paz só pode ser atingida mediante a instituição de um líder “novo” e diferente”, ele está claramente tentando direcionar os resultados das eleições.

Em seguida, a asserção nos passa que a responsabilidade pela constituição do Estado Palestino é da população civil e dos líderes. E o mundo pode apenas ajudá-los, mas o cerne do problema é interno. Juntando com a sentença anterior, percebemos que o líder norte-americano afirma categoricamente que Arafat tem sido um obstáculo à instituição do Estado Palestino e, por conseguinte, à paz. Há, aí, uma acusação explícita que é ao mesmo tempo injusta e perigosa.

Por um lado, devemos reconhecer as inúmeras debilidades da liderança palestina que auxiliaram na deterioração das condições de vida da população em geral. No entanto, isto é bem diferente de considerá-la como a fonte exclusiva dos problemas enfrentados na região. Aqui devemos recordar inclusive que foi Arafat quem levou os palestinos a aceitarem o compromisso histórico negociado em Oslo e no Cairo, a despeito das oposições colocadas pelos grupos radicais. Ademais, essa posição torna-se perigosa porque ela desvia o foco do comportamento de Israel – a ocupação militar mais longa da história repleta de violações de direitos humanos e do Direito Internacional – absolvendo-a de suas responsabilidades na deflagração e na perpetuação do conflito.

⁶⁰ President Bush Discusses Freedom in Iraq and Middle East, november, 11, 2003. Disponível em: The White House online: [www.whitehouse.gov/news/releases/2003/11/20031106-2.html] Acesso em 06 de março de 2005. “Tradução Nossa”

As três afirmações seguintes especificam, ainda que em linhas mais gerais, quais são as reformas (adoção da democracia, combate à corrupção e ao terrorismo) e demonstram claramente o caráter de exigência das mesmas uma vez que são colocadas como condições primárias ao auxílio dos Estados Unidos na criação do Estado Palestino provisório, deixando a soberania e outras questões para um acordo final.

Primeiramente, as complexidades não somente na esfera política, mas também nos âmbitos social e econômico, não incorporam num ritmo tão acelerado as transformações exigidas. Ademais, a democracia não se inicia com eleições. Para que eleições livres e justas possam ser levadas a cabo, é necessário, antes, garantir um certo grau de abertura nos Territórios Palestinos (liberdade de expressão, acesso à informações por parte dos eleitores, liberdade de locomoção, etc.), o que atualmente é difícil de mesurar. Tudo isso gera um impasse porque tradicionalmente um território transforma-se em um Estado e, então, tenta-se democratizá-lo. Os Estados Unidos exigem exatamente o contrário como condição para a seu suporte e para a manutenção das relações entre os EUA e os palestinos (quando muitos países como a China, a Arábia Saudita e o Paquistão não são democráticos mas os EUA ainda mantêm relações com os mesmos).

E o mais sério de tudo é que o Estado a ser criado é de caráter provisório, sem a soberania plena e instituída. Mas tanto na prática quanto na teoria a democracia sucede a soberania. Com efeito, a ausência de soberania nos territórios palestinos constitui os maiores obstáculos para a adoção das práticas democráticas. Na teoria política, segundo Bobbio (1986), Held (1987) e Sartori (1994), a soberania e um decantado elenco de arranjos institucionais e regras são determinantes para a democracia, ao menos na sua forma moderna.

A última asserção do discurso resume a tese norte-americana: a democracia é a única oportunidade para construir os pilares para a paz no Oriente Médio e não há alternativa viável se se quiser atingi-la. O presidente Bush diz haver somente dois lados: o de quem é a favor da

paz (e, portanto, está comprometido com a democracia) e o de quem não é, o que na realidade exclui opções ou escolhas na maneira de se atingir a paz.

A crítica mais óbvia que essa tese suscita, e que resume todas as outras feitas acima, é que soa, no mínimo, estranho tentar inserir a democracia autoritariamente em qualquer lugar que seja, especialmente em territórios sob ocupação militar e recortados em “cantões” por assentamentos judaicos. No fundo, ela corrobora a frase amplamente divulgada na “teoria da paz democrática” de que “Estados democráticos não fazem guerra”.

Outro ponto relevante é que a abordagem norte-americana está bem mais centralizada nos resultados do que propriamente no processo da reforma política palestina. Finalmente, a promoção da democracia norte-americana cresceu muito pelo mundo principalmente na tentativa de resolver conflitos de cunho intraestatais (Iugoslávia, Albânia, Bulgária, Haiti, Iraque, etc.). Mesmo em missões como aquelas, o processo de implantação democrática foi bastante problemático e em alguns lugares, como o Iraque, ainda enfrentam-se sérios obstáculos à prática democrática.

No caso do conflito palestino-israelense, os EUA tentam empenhar-se na mesma campanha, com os mesmos argumentos e métodos. Todavia, este conflito tem natureza distinta daqueles na medida em que é mais análogo a um conflito interestatal e, portanto, as condições para a sua resolução são distintas. Além disto, os EUA têm pouca ou nenhuma experiência em implantar a democracia em situações semelhantes. Haja visto a abordagem da administração Bush de querer que primeiro os palestinos adotem a democracia para depois se criar um Estado. É a primeira vez que se tenta implementar um plano de tal natureza e com tais aspirações. O desafio norte-americano é, pois, original a despeito de não ser reconhecido como tal.

2.1.5. Limitações:

É importante reconhecer as inúmeras limitações na tarefa da análise de discurso. Uma das primeiras é a tradução do discurso para a língua portuguesa. Desta prática já decorrem distorções em função da dificuldade de se reproduzir com plena fidelidade os sentidos que “querem” expressar as palavras proferidas pelo presidente Bush. Segue-se, por extensão, “uma interpretação da nossa própria interpretação” (a partir da qual fizemos a tradução). Isso porque tradução já é *per si* uma análise de discurso. As outras dificuldades, em linhas gerais, situam-se no campo das diversas variáveis que influenciam a produção do discurso, a enunciação do discurso (a fala propriamente dita) e, naturalmente, a sua interpretação.

É claro que não há possibilidades reais de se isolar todas essas variáveis. Mas isso não exclui, por outro lado, a validade de se fazer uma análise de discurso, quando o que se pretende é apenas apresentar mais uma das infinitas possibilidades de leitura ou interpretação de um discurso. Nessa perspectiva, Pêcheux citado por Brandão (1997) “*sintetiza o paradoxo vivido pela Análise de Discurso: ‘uma prática indissociável da reflexão que ela exerce sobre si mesma’*”

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO: A (IN)VIABILIDADE DAS REFORMAS DEMOCRÁTICAS NA AUSÊNCIA DO ESTADO PALESTINO

1. Democracia e Estado-Nação: condições básicas para a realização de direitos civis, políticos e sociais

As discussões teóricas a respeito da democracia ocupam uma larga parte dos esforços da Ciência Política. Não existe apenas um conceito aceito a respeito da democracia, como já sabemos. Há uma série de debates demasiado complexos em relação à caracterização da democracia e à maneira de identificá-la nos regimes políticos dos Estados-nação. No entanto, não é nosso escopo central apresentar tais debates. Para os propósitos deste trabalho, tentaremos apenas trazer algumas definições de democracia a fim de saber como ela está relacionada à figura do Estado nacional e quais são seus atributos centrais, aqueles que são mais constantes mesmo em perspectivas teóricas de diferentes autores.

Bobbio (1985) afirma que a única forma de haver um certo consenso quando o tema tratado é a democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é a de *“considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”* (BOBBIO, 1985, p.18). A segunda característica apresentada pelo mesmo autor refere-se à atribuição deste poder (que se constitui como um direito se estiver autorizado

pela lei fundamental) a um número muito elevado de membros do grupo. A terceira condição que, segundo Bobbio (1985) é indispensável é que existam alternativas reais para os indivíduos que irão decidir ou eleger seus representantes e condições de poder escolher entre uma e outra alternativa. Nas palavras do autor:

Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. – os direitos à base dos quais nasceu o estado liberal e foi construída a doutrina do estado de direito em sentido forte (...). (BOBBIO, 1985, p.20)

Gómez (1998) afirma que a necessidade de se tratar das relações existentes entre os atores e as estruturas do Estado-nação é reconhecida como importante tanto pelos teóricos da democracia quanto por seus críticos em virtude do “*suposto de uma comunidade nacional de destino que se autogoverna*” (GÓMEZ, 1998, p. 41). É nesse mesmo sentido que Held citado por Gómez (1998) argumenta que ainda hoje, independentemente das diferentes origens das tradições da teoria política, o Estado-nação territorial e soberano continua sendo a categoria central para a análise e a prática da democracia.

Neste mesmo contexto podemos inserir as discussões de Habermas (1995) acerca do processo de fusão entre o Estado moderno e a nação moderna para constituir o Estado-nação e a conseqüente criação do espaço para o esboço de estruturas que mais tarde se cristalizariam na democracia. Em outras palavras, o Estado moderno fundiu-se com a nação moderna, que estava calcada numa percepção “*homogenizadora*” e constituiu a primeira forma moderna de identidade coletiva, exercendo, assim,

(...) uma função catalizadora na transformação do Estado moderno original numa república democrática. A autoconsciência nacional proporcionou o contexto cultural que facilitou a ativação política dos cidadãos. Foi a comunidade nacional que produziu um novo tipo de ligação entre pessoas que tinham, até então, permanecido estranhas umas para as outras. Desse modo, o Estado nacional pôde resolver dois problemas de uma só vez: o estabelecimento de um modo democrático de legitimação, com base numa forma nova e mais abstrata de integração social. (HABERMAS, 1995, p.91)

Gómez (1998) enumera uma série de componentes da democracia para ressaltar como todos eles estão genuinamente calcados no Estado-nação: o consenso e a legitimidade do poder político; a base político-territorial do processo político; as responsabilidades das decisões políticas; a forma e o alcance da participação política; e até o próprio papel do Estado-nação como garante institucional dos direitos e deveres dos cidadãos.

Por isso, a democracia como forma de governo e a cidadania democrática como meio privilegiado de integração social na comunidade política estão, inexoravelmente, “territorializadas” em virtude de sua vinculação histórica e teórica com a figura do Estado-nação e, conseqüentemente, com a ordem internacional baseada nos princípios e normas de Vestfália. (GÓMEZ, 1998, p. 42)

Este quadro referencial, que elucida a correspondência necessária entre a democracia e a figura do Estado-nação, nos dá algumas diretrizes a partir das quais podemos pensar a questão da democracia nos Territórios Palestinos Autônomos.

2. Os reais impedimentos à consolidação e ao exercício da soberania e da cidadania dos palestinos

Feitos os pressupostos teóricos a respeito da democracia e de seus vínculos com o Estado-nação e cientes das reais condições política, social e econômica vigentes nos territórios palestinos, podemos tecer algumas conclusões a fim de, finalmente, corroborar nossos argumentos anteriores a respeito da ausência de coerência na maneira como vêm sendo exigidas e promovidas as reformas políticas nos territórios palestinos.

Vimos que o acesso ao poder de decisão sobre os recursos que as comunidades podem ter ou repartir continua sendo monopolizado pelo Estado de Israel. Ainda, que a autonomia garantida à Autoridade Palestina em algumas partes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia deve

ser radicalmente diferenciada da soberania, já que os palestinos não possuem a autoridade política necessária para manter a lei e a ordem dentro das fronteiras de seus territórios e a integridade dessas fronteiras frente ao cenário externo (HABERMAS, 1995, p. 88). Na inexistência de um controle soberano sobre a terra e seus recursos deixa indefinidos o escopo de intervenção e a jurisdição da Autoridade Palestina, ou seja, ela não sabe exatamente onde pode exercer de fato seus poderes.

Nessa perspectiva, a inviabilidade do desenvolvimento econômico palestino é a primeira consequência negativa do limite e extensão impostos ao poder da Autoridade Palestina, uma vez que o suporte de qualquer economia, seja ela liderada por qualquer setor, depende de recursos naturais disponíveis (os quais são severamente limitados aos palestinos) e de investimentos feitos por atores individuais ou por firmas ou governos (os quais não possuem um quadro bem definido de que recursos avaliar, onde eles podem investir ou com quem eles devem comercializar em função da inexistência de uma clara jurisdição estatal).

Com uma estrutura econômica extremamente frágil, a Autoridade Palestina torna-se inapta a atender as demandas essenciais dos seus “cidadãos”. O colapso nos setores da economia traz consigo uma crescente deterioração nas condições de vida da população: comprometimento do sistema de transportes, de educação, de saúde, de saneamento básico, dentre outros setores.

Esses problemas fazem acirrar as divergências na esfera cultural, criando fortes obstáculos à formulação de padrões de entendimento entre palestinos e israelenses. A percepção da nítida falta de opções para a realização de suas expectativas e a descrença na capacidade da Autoridade Palestina de reverter aquele quadro leva muitas vezes os indivíduos a buscarem “refúgio” nas milícias e grupos radicais.

Deste modo, percebemos que a ausência de um Estado Palestino plenamente soberano inviabiliza, de várias maneiras, a capacidade da liderança palestina de atender as demandas

mais essenciais de sua população. Em outras palavras, os direitos sociais, civis e políticos estão altamente comprometidos pelo alto grau de injustiça social, pela frágil estrutura política e econômica vigentes nos territórios palestinos.

A partir desse quadro, podemos considerar que a exploração e o acesso desigual aos recursos de toda natureza por israelenses e palestinos constituem um componente estrutural que cria obstáculos à negociação entre as partes: uma posição privilegiada para israelenses que possuem o monopólio sobre os recursos. Cria-se um impasse difícil de se superar porque os palestinos vêm-se com dificuldades para negociar, já que se encontram em condições desfavoráveis para a tomada de decisão. Ao mesmo tempo, israelenses têm dificuldade para reconhecer suas responsabilidades sobre os termos dessa desigualdade de posse sobre os recursos e, portanto, se recusam a equacioná-la de uma maneira que é vista pelos palestinos como sendo a mais “justa”. Ou seja, origina-se um grande impasse para a construção de um quadro normativo aceito por ambas as partes.

Em segundo lugar, pode-se afirmar que, como um reflexo direto dos problemas resultantes da desigualdade em torno do poder sobre a partilha dos recursos, as divergências culturais existentes entre os dois povos são acentuadas e passam a mesclar-se com os demais problemas (como o dos refugiados palestinos e dos assentamentos israelenses), conferindo um componente a mais a ser equacionado no conflito. Assim cria-se, na região, uma situação permanente de conflito que ameaça qualquer tentativa de negociação para a paz.

Por esses motivos acreditamos que as asserções que colocam a responsabilidade pelos problemas na região e pela ausência de uma solução para a paz em Arafat e na ausência da democracia constituem um mito. Como vimos, as raízes do conflito e as causas de sua perpetuação encontram-se em outras questões bem distintas.

Além disto, diante de um contexto como aquele, pensar em reformas políticas profundas de cunho democrático parece pouco viável, na medida em que a prática e a

manutenção da democracia numa sociedade dependem de uma série de fatores que estão totalmente sucateados no caso dos Territórios Palestinos. E, para serem minimamente equacionados aqueles fatores, há a necessidade do estabelecimento de um Estado Palestino soberano.

Na realidade, os palestinos têm os componentes de uma nação, ou seja, possuem a autoconsciência nacional necessária à ativação política, haja visto seus movimentos nacionalistas e seu engajamento político em busca da constituição de um Estado desde os anos vinte do século passado. Entretanto, falta-lhes o componente territorial, ou seja eles não possuem o “*suposto de uma comunidade que se autogoverna*” de fato. Portanto, no caso palestino enquanto não houver a fusão entre a nação e o Estado parece complexo tentar incutir as bases para um sistema democrático. Ao menos, não encontramos, ainda, precedentes de tal feito na história.

Como grandes aliados de nossos argumentos temos o contexto e os resultados das eleições realizadas no princípio de 2005 para a nova liderança palestina (cujo vencedor foi Mahmoud Abbas – ex-premier palestino). Os relatórios elaborados por observadores da União Européia, que estavam encarregados de assegurar que o processo de votação corresse de uma maneira livre e justa, já constituem o princípio da manifestação da ineficácia da proposta norte-americana, ilustrando a incoerência e a inviabilidade da tese que a sustenta. Segundo Richard Howitt, um dos 28 observadores da União Européia, a despeito de ter sido clara a opção da população palestina pelo líder que venceu as eleições, o mesmo não pode ser dito a respeito da completa liberdade para o desenrolar das eleições. Isso porque, nas palavras de Howitt para sermos mais fiéis,

(...)os palestinos estão em um território sob ocupação militar pelos israelenses e o ambiente era de medo, violência e intimidação. (...)Mais de cem mil palestinos em Jerusalém Oriental resolveram não atravessar ou cruzar os [checkpoints] para votar. Para muitos, o medo de serem tachados e perderem suas permissões para

continuarem vivendo e trabalhando na área funcionou como uma dissuasão.(...)A violência estava ocorrendo dos dois lados e a equipe da União Européia estava constantemente com medo das barreiras e dos ataques que cercavam o povo palestino numa base diária.

Nesta acepção, os *direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação*, etc não estavam garantidos o suficiente para dizermos que havia condições mínimas para o exercício da democracia (já que somente a existência de eleições não é o suficiente para se falar em democracia de fato). Portanto, nestas condições, as reformas democráticas não encontrarão as condições necessárias para serem levadas a cabo, a menos que se equacionem minimamente os problemas centrais responsáveis pela perpetuação do conflito: a resolução definitiva das fronteiras e a definição da soberania do Estado Palestino, uma solução minimamente aceitável e justa tanto para palestinos e israelenses a respeito da partilha e do uso dos recursos naturais, do retorno dos refugiados palestinos, a retirada dos assentamentos judaicos dos territórios palestinos e a questão de Jerusalém.

Neste caso, a democracia poderá encontrar um ambiente mais propício para florescer, de forma a capacitar os cidadãos a exercerem seus direitos e deveres sociais, civis e políticos. Já vimos que a tese norte-americana de deixar para o final as questões centrais do conflito somente adiam o equacionamento do conflito e faz perpetuar as injustiças sociais, repetindo a mesma lógica do *Processo de Oslo*.

Como questiona Ayerbe (200-), “*que tipo de democracia (...) pode surgir em países sem tradição de partidos fortes e independentes, sociedade civil organizada, respeito às liberdades e empresários com capacidade própria de empreendimentos e autonomia em relação ao Estado?*”

Concluindo, o discurso dos Estados Unidos insere-se na versão tradicional do conflito e, por conseguinte, ele não consegue atingir ou dar relevância necessária e indispensável aos

reais elementos que sustentam o conflito e as questões palestinas em particular. Daí um entendimento que consideramos equivocado a respeito dos obstáculos ao equacionamento do conflito e, portanto, formulações incoerentes e inviáveis para resolvê-lo.

Não gostaríamos de arriscar em fazer previsões sobre o “porvir” na região. Até porque, com lembra Weber citado por Bobbio (1986, p.12) (1948), *“a cátedra não existe nem para os demagogos nem para os profetas”*. Deixamos que cada leitor esboce as linhas de tendência que acharem mais coerentes... Apenas lembramos mais uma vez, nas palavras de Sartori (1997), que *“(...)a democracia dos antigos conseguia atuar como democracia por ser uma democracia sem Estado, ao passo que nossas democracias são e não podem deixar de ser democracias com Estado”*.

Ainda, em tempo, não poderíamos deixar de mencionar, mesmo que sucintamente, um evento que ocorreu recentemente, antes do término deste trabalho. Isto porque ele tem estreita relação com nosso objeto de estudo e na verdade constitui mais um reforço aos nossos argumentos a respeito da incoerência do discurso norte-americano a respeito das reformas democráticas e do perigo das consequências da adoção destes das premissas nele contidas.

Referimo-nos à recente vitória do partido *Hamas* nas eleições parlamentares palestinas. Ou seja, a ascensão, através de eleições, como tanto desejam os Estados Unidos, de um grupo radical e que não tem entre suas pretensões o empenho que esperam os Estados Unidos e Israel para levar a cabo as negociações para a paz. Ao contrário, o *Hamas*, como se sabe, não abre mão do terrorismo como um de seus instrumentos políticos. Até o presente momento, este partido não reconheceu Israel e se recusou a negociar nos termos exigidos por Israel e por outros mediadores do conflito.

O que tem ocorrido é que a promoção da democracia, na maneira como vem sendo feita (dando um peso especial à realização de eleições), não garantiu a estabilidade e nem criou bases para o diálogo entre palestinos e israelenses. Essas ações com relação a reformas

democráticas estão levando ao que Zakaria (2004) denominou por “*Iliberal Democracy*”, ou seja, a ascensão de governos democraticamente eleitos que, através de maiorias parlamentares fortes e apoio popular, conseguem limitar a atuação de oposições por meio de modificações constitucionais, mantendo-se no poder.

Zakaria (2004) argumenta também que, embora democracia e liberdade sejam duas dimensões que fazem parte de um mesmo processo, elas têm fases diferentes de desenvolvimento. Em outras palavras, reformas políticas em direção somente a garantia de eleições periódicas não garantem automaticamente a manutenção das liberdades fundamentais, como já vimos anteriormente.

Parece-nos, portanto, que os desafios a serem enfrentados na região são bem maiores do que aqueles previstos pela equipe de *policy makers* que está engajada no equacionamento do conflito entre israelenses e palestinos e que suas ações em direção às reformas de cunho democrático nos Territórios Palestinos não têm contribuído para comprovar os argumentos do discurso norte-americanos sobre o papel da democracia na constituição do Estado Palestino e na resolução do conflito entre israelenses e palestinos. Talvez as causas desses sucessivos equívocos estejam na oclusão das particularidades que caracterizam o conflito palestino-israelense...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONSON, Geoffrey. **A Freeze of Israeli Settlements vs. Natural Growth**. Disponível em: <[http:// www.fmep.org](http://www.fmep.org)> Acesso em 15 out. 2003.

AYERBE, Luis Fernando. **Prevenção de conflitos e *Nation Building***: a dimensão *soft* do poder estadunidense.[s.n.] [s.d.]

BASKIN, Gershon. **Jerusalem of Peace**. September, 1994. Published and distributed by IPCRI. Disponível em: <<http://www.pirsonet.co.il/IPCRI>> Acesso em 5 Julho 2003.

BERGER, Elmer. Commentary on Dr. Henry Cattán's paper – Jerusalem: Israeli concepts, policies and practices. In: The League of Arab States. **Israeli settlements in the occupied territories**: an international symposium. Washington, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986. 171p.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise de discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. 6ª edição.

BRAND-JACOBSEN, Kai Frithjof. **Israel-Palestine: the need for a just peace**. 2000. Disponível em: <http://www.globalsolidarity.org/pales_just_peace.html> Acesso em 22 mar. 2003.

DECONINCK, Stefan. Israeli water policy in a regional context of conflict: prospects for sustainable development for Israelis and Palestinians? December, 2002. **Centre for Sustainable Development** – Ghent University (Belgium). Disponível em: <http://waternet.rug.ac.be/waterpolicy.htm>> Acesso em 10 ago. 2003.

DEMANT, Peter. Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas. In: DUPAS, G. e VIGEVANI, T. (orgs.). **Israel-Palestina**: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Editora Unesp, 2002. Cap.7, p.201-259

DOUMANI, Beshara. **Rediscovering Palestine**: Merchants and Peasants in Jabal Nablus, 1700-1900. Berkeley, UC Press, 1995.

ELMUSA, Sharif S. Negotiating water: Israel and the Palestinians. **Institute for Palestine Studies**. January, 1996. **CIAO (Columbia International Affairs online)** Disponível em: <<http://www.cianonet.org/wps/els01/>> Acesso em 10 ago. 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Coordenadora de tradução: Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London and New York: Routledge, 2003

FARSAKH, Leila. Economic viability of a Palestinian State in the West Bank and Gaza Strip: is it possible without territorial integrity and sovereignty? In: **The MIT electronic journal of middle east studies**, v. 1, maio de 2001. Disponível em: <<http://web.mit.edu/cis/www/mitejmes/>> Acesso em 24 abr. 2003.

GALTUNG, Johan. Violência, paz e investigação sobre a paz. In: BRAILLARD, Philippe. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

GALTUNG, Johan. **After Violence: 3R, Reconstruction, Reconciliation, Resolution. Coping with visible and invisible effects of war and violence**. Disponível em: <<http://www.globalsolidarity.org/articleswssd.html>> Acesso em 10 fev. 2003.

GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

GÓMEZ, José María. Globalização Estado-nação e Cidadania. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 20, n.º 1, janeiro/junho 1998.

HABERMAS, J. O Estado-nação Europeu frente aos Desafios da Globalização. **Novos Estudos Cebrap**, n.º. 43, São Paulo, 1995

HASS, Amira. Israel's Closure policy: An ineffective Strategy of Containment and Repression. **Journal of Palestine Studies**. Issue 123, Spring 2002. Disponível em: <<http://www.palestine-studies.org/article.php?id=4494>>. Acesso em 06 Jan. 2005.

HERZ, Mônica. **O colapso das negociações de paz entre Israel e a Autoridade Palestina**. Disponível em: <www.oul.com.br/cienciahoje/ch/ch177/israel12rtf> Acesso em Jan. de 2003.

HERZL, Theodor. **O Estado Judeu**. Tradução David José Pérez. Rio de Janeiro: Gramond, 1998.

HILAL, Jamil. Problematizing Democracy in Palestine. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**. 2003 Disponível em: <<http://www.cssaame.ilstu.edu/issues/23/22hilal.doc>>. Acesso em 25 fev. 2005.

HOURLANI, Albert Habib. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IMPACT of the Israeli Measure on the Economic Conditions of Palestinian Households. **Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS)**. October-December, 2004. (Press Conference on the Survey Results: Feb. 2005) Disponível em: <http://www.zajel.org/article_view.asp?newsID=596&cat=7> Acesso em out. 2005.

ISAAC, Jad and RIZIK, Majed. Israel's land colonization policy and the viability of the Palestinian State. **Applied Research Institute-Jerusalem (ARIJ)** Disponível em : <<http://www.arij.org>> Acesso em 17 nov. 2003.

JAYYUSI, May. **Justice, Narrative and the Occlusion of Particularity**. MUWATIN – The Palestinian Institute for the Study of Democracy. [s.d]

LANDAU, Saul. Imperial Hypocrisy. **Foreign Affairs**. Progreso Weekly, 21-27 october 2004 Edition.

MALLISON, W. T. "The Balfour Declaration: An Appraisal in International Law". In: ABU LUGHOD, Ibrahim. **The Transformation of Palestine**. Evanston, Northwestern University Press, 1971. P. 67-69

MESSARI, Nizar. Prioridades do Mundo Árabe. In: Araújo, Heloísa Vilhena de. **Diálogo América do Sul – Países Árabes**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2005.

MIKHAIL, Natalie J. **How to create a State: Israel's Settlement and Immigration Policy**. Disponível em: <<http://www.miftah.org/Doc/Misc/MIFTAHSS.pdf>>. Acesso em mar. 2006.

MORRIS, Benny. **The birth of the Palestinian refugee problem: 1947-1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

NAKHLEH, Khalil. **The myth of palestinian development**. Political Aid and Sustainable Deceit. PASSIA – Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs, April, 2004.

OTTOLENGHI, Emanuele. Why Palestinians Are Not Ready For Peace. **Survival**. Vol. 46, n° 1, Spring 2004. P. 41-54. The IISS Quarterly (The International Institute for Strategic Studies)

PALESTINIAN-Human Development Report 2004. Birzeit University, **Development Studies Programme**. Chapter 2: Human Development Indicators in the West Bank and Gaza Strip. Disponível em: <<http://home.birzeit.edu/dsp/research/publications/2005/phdr2004.pdf>> Acesso em Jan. 2006.

ROY, Sara. Palestinian Society and Economy: The Continued Denial of Possibility. **Journal of Palestinian Studies**. Disponível em: <palestine-studies.org/data/abstract-4223.html> Acesso em 20 Jan. 2004.

SAID, Edward W. **The Question of Palestine**. New York: Vintage Books Edition. April, 1992.

SAID, Edward. Palestinians under siege. **London Review of Books**. Vol. 22, N.º 24, December 2000.

SAINT-GEORGES, Pierre de. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político. In: **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**. Coleção Trajectos. Editora Gradativa-Publicações. Lisboa, 1997.

SANTOS Filho, Onofre. **A Ciência e a Pesquisa em Relações Internacionais**. [S.I.]: [s.n.], 1996. (Inédito)

SEDIVY, Jiri. Book Reviews: Democracy by Force: US Military Intervention in the Post-Cold War World. **Journal of International Relations and Development**. Vol. 4, N.º 4. December, 2001. P. 433-436.

SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro**: Israel e o mundo árabe. Tradução: Maria Beatriz Penna Vogell. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

SOLIMAN, Lotfallah. **Por uma história profana da palestina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPECIAL REPORT: The socio-economic impact of settlements on land, water, and palestinian economy. Vol. SR No. 4, July 1998. A Bimonthly Publication of the **Foundation for Middle East Peace**. Disponível em: < <http://www.fmep.org/reports/v8n4.html>> Acesso em: 24 set. 2003.

STEIN, Leonard. **The Balfour Declaration**. New York, Simon and Schuster, 1961.

THE IMPACT of Closure and Other Restriction Mobility Restrictions on Palestinian Productive Activities. Office of the United nations Special Co-ordinator. January 2002 – june 2002. Disponível em: <<http://www.un.org/News/dh/mideast/econ-report-final.pdf>>. Acesso em fev. 2006.

THE ISRAELI Colonization Activities in the West Bank and The Gaza Strip During 2004. **Applied Research Institute-Jerusalem**, march 2005. Disponível em: <<http://www.arij.org/pub/Israeli%20Colonization%20Activities%20in%202004/index-1.htm>> Acesso em fev. de 2006.

THE JEWISH Agency for Israel. **New Aliyah – Modern Zionist Aliyot (1882-1948)**. Disponível em: <<http://www.jafi.org.il/education/100/concepts/aliyah3.html>> Acesso em Dez. 2005.

UNITED Nations Information System on the Question of Palestine (UNISPAL), 1990. Disponível em <<http://domino.un.org/UNISPAL.NSF/>> Acesso em 03 julho 2003.

WADI Al-Teen Quarry and the Systematic Expropriation of Palestinian Natural Resources. In.: **Applied Research Institute Jerusalem**. (ARIJ). Disponível em <<http://www.arij.org/paleye/waditeen/index.htm>> Acesso em 20 Ago. 2003.

WILCOX, P.; CAMPLBELL, L.; ZARTMAN; OAKLEY, P. Sustaining Global Democratization: Nation Building and Intervention. In.: **Institute for the Study of Diplomacy Report**. Edmund A. Walsh School of Foreign Service. Georgetown university. February, 2003. Disponível em: <www.ciaonet.org/wps/isd07/> Acesso em 02 Jan. 2005.

WILL, Donald S. Zionist Settlement Ideology and Its Ramifications for the Palestinian People. **Journal of Palestine Studies** 11 (Spring): 37-57, 1982

WING, Adrien Katherine. Democracy, Constitutionalism and the Future State of Palestine. **Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs**. PASSIA Publication. Jerusalem, 1994

YADGAR, Yaacov. From 'True Peace' to 'the Vision of the New Middle East': Rival Images of Peace in Israel. **Journal of Peace Research**. Sage Publications. Vol.40, nº 2, 2003. P. 177-193.

YIFTACHEL, Oren. **Democracy or Ethnocracy: Territory and Settler Politics in Israel/Palestine**. 1998. Disponível em: <<http://www.merip.org/mer/mer207/yift.htm>> Acesso em Jan. 2006.

ZAKARIA, Fareed. **The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad**. W. W. Norton & Company. New York, 2004.

ZASLAVSKY, Dan. **Definition of Israel's problems or Water as a Metaphor**. Technion – Israel Institute of Technology. Haifa, 2000. Disponível em: <<http://www.biu.ac.il/SOC/besa/water/zaslavsky.pdf>> Acesso em 05 maio 2005.

DISCURSOS:

President Bush Discusses Freedom in Iraqu and Middle East, november, 11, 2003. Disponível em: The White House online: [www.whitehouse.gov/news/releases/2003/11/20031106-2.html] Acesso em 06 de março de 2005.

Presidente George W. Bush's speech on Palestinian Statehood, june, 24, 2002. Disponível em: The White House online: [www.whitehouse.gov]. Acesso em: 01 de março de 2005.

WEBSITES:

APPLIED Research Institute – Jerusalem (ARIJ). <<http://www.arij.org/paleye>>

AUTORIDADE Nacional Palestina. <<http://www.pna.gov.ps/>>

BADIL Center for Refugee and Residency Rights. <<http://www.badil.org>>

BANCO Mundial. <<http://www.worldbank.org/data/>>

B'TSELEM. <<http://www.btselem.org>>

CENTER for Research and Documentation of Palestinian Society – Birzeit University.
<<http://www.birzeit.edu/crdps>>

FOUDATION for Middles East Peace (FMEP). <<http://www.fmep.org>>

HÁ'ARETZ – Israeli newspaper. <<http://www.haaretzdaily.com/>>

LE MONDE Diplomatique. <<http://www.monde-diplomatique.fr>>

NAÇÕES Unidas (ONU). <<http://www.un.org/Depts/dpa/qpalnew/overview.htm>>

OFFICIAL Palestinian Central Elections Commission. <<http://www.elections.ps>>

PALESTINIAN Academic Society for the Study of International Affairs (PASSIA).
<<http://www.passia.org>>

PALESTINE Economic Council for Development & Reconstruction (PECDAR).
<<http://www.pecdar.org>>

PALESTINE Facts. <<http://http://www.palestinefacts.org/>>

PALESTINE Monitor. <<http://www.palestinemonitor.org>>

PALESTINIAN Return Center, London. <<http://www.prc.org.uk>>

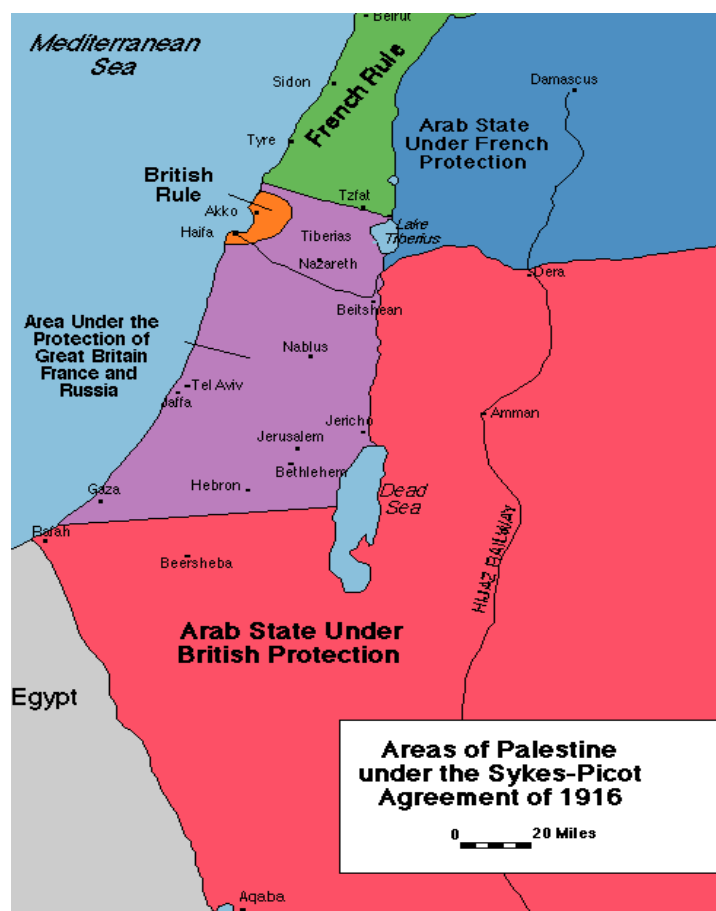
PEACE Now - Israel. <<http://www.peace-now.org>>

THE CENTRAL Bureau of Statistics (CBS). <<http://www.cbs.gov.il/engindex.htm>>

THE PALESTINIAN Central Bureau os Statistics (PCBS). <<http://ww.pcbs.org>>

ANEXO A: Mapas

Mapa 1: Áreas da Palestina sob o acordo de Sykes-Picot, 1916



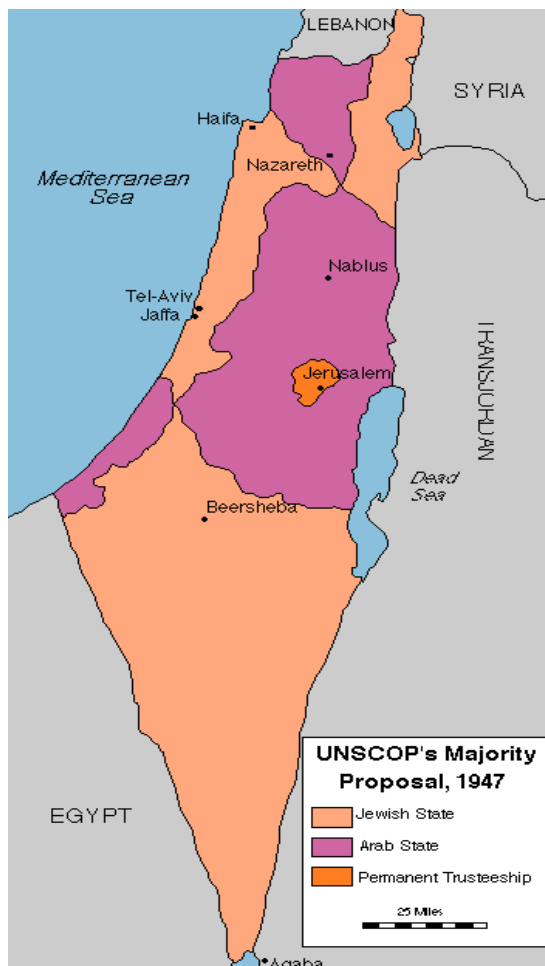
Fonte: Middle East Maps (<http://www.dartmouth.edu/~go46/>)

Mapa 2: A Palestina sob o Mandato Britânico



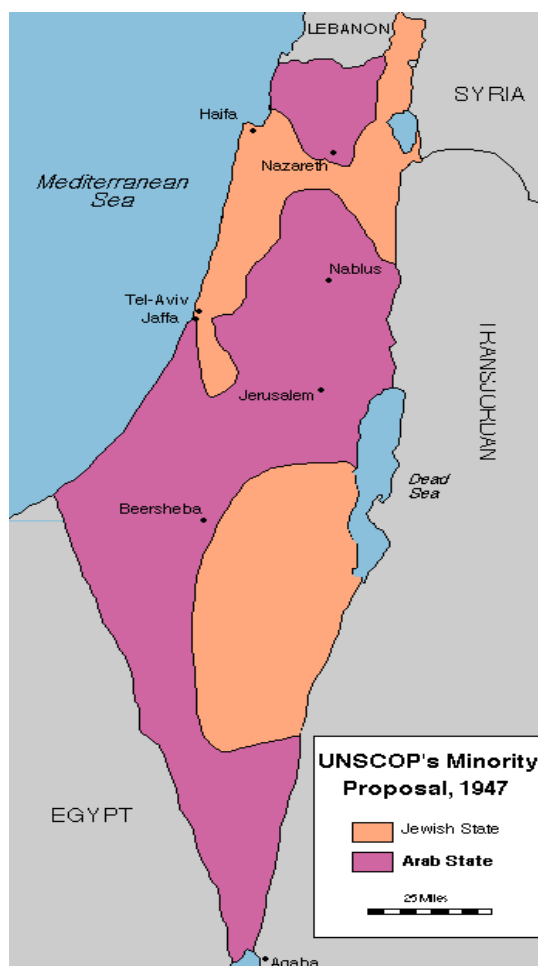
Fonte: Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs (PASSIA)

Mapa 3:

Plano de partilha majoritário

Fonte: Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs (PASSIA)

Mapa 4:

Plano de partilha minoritário

Fonte: Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs (PASSIA)

Mapas 5 e 6: Plano de Partilha aprovado pela ONU e territórios apropriados por Israel



**Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
(PASSIA)**

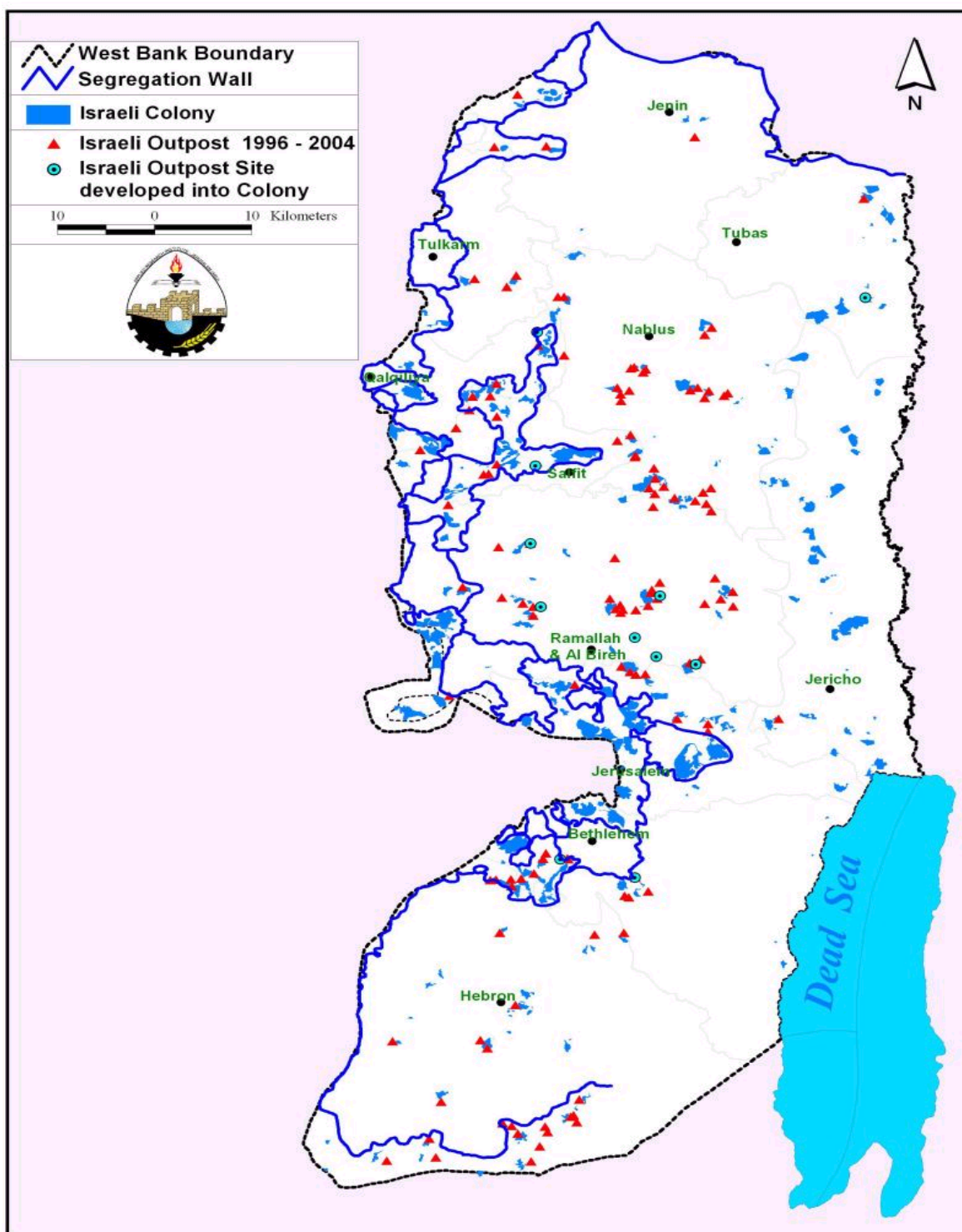
Fonte: Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs (PASSIA)

Mapa 7: Israel após a Guerra dos Seis Dias de 1967



Fonte: Atlas of the Arab-Israeli Conflict, 7th edition - Sir Martin Gilbert;
 Publisher: Routledge ([Taylor & Francis](http://www.taylorandfrancis.com)), 2002

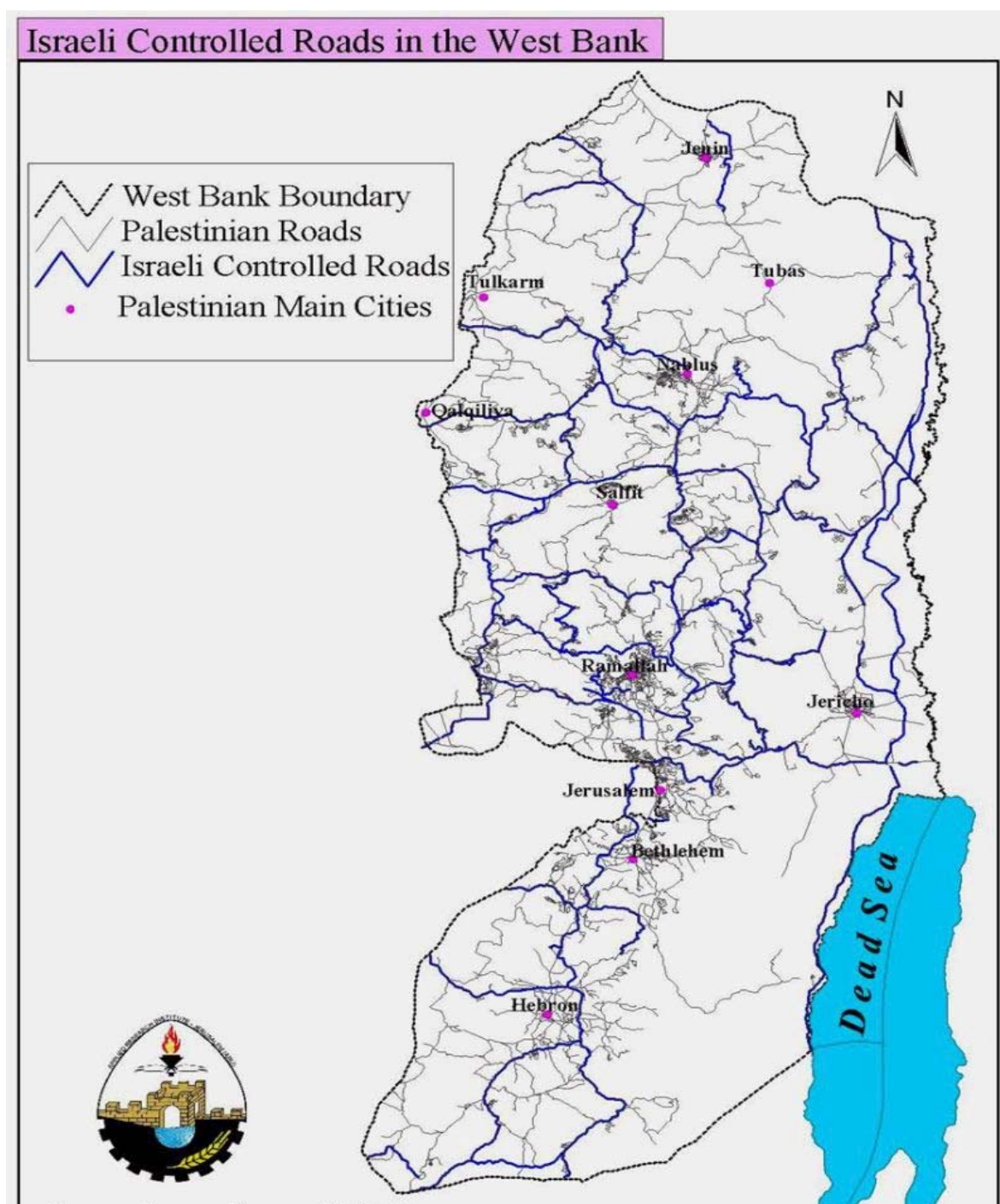
Mapa 9: *Outposts* na Cisjordânia – evolução de 1996 a 2004



Fonte: Applied Research Institute – Jerusalem

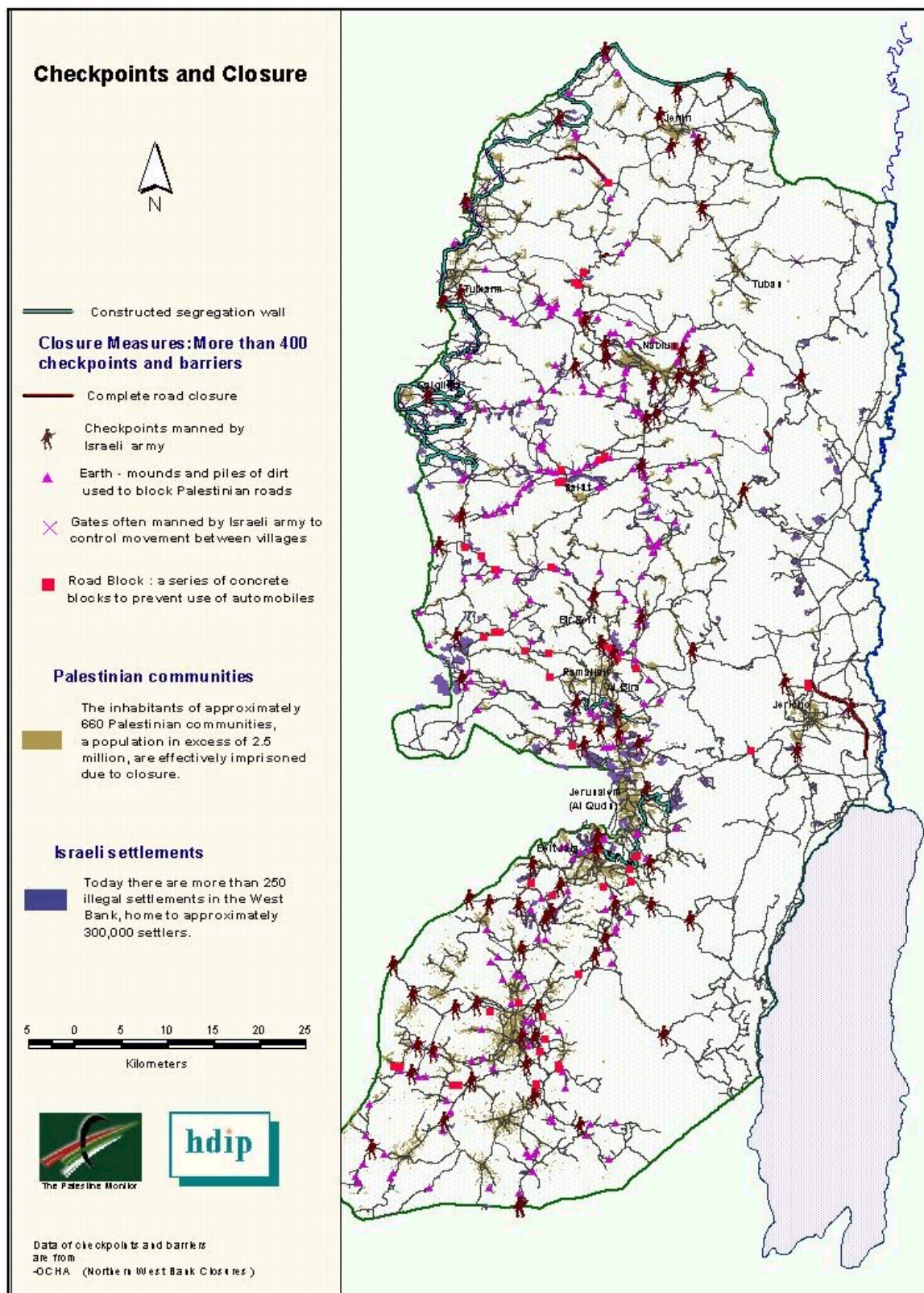
(<http://www.arij.org/pub/Israeli%20Colonization%20Activities%20in%202004/image%206.jpg>)

Mapa 10: *By-Pass Road Network* na Cisjordânia



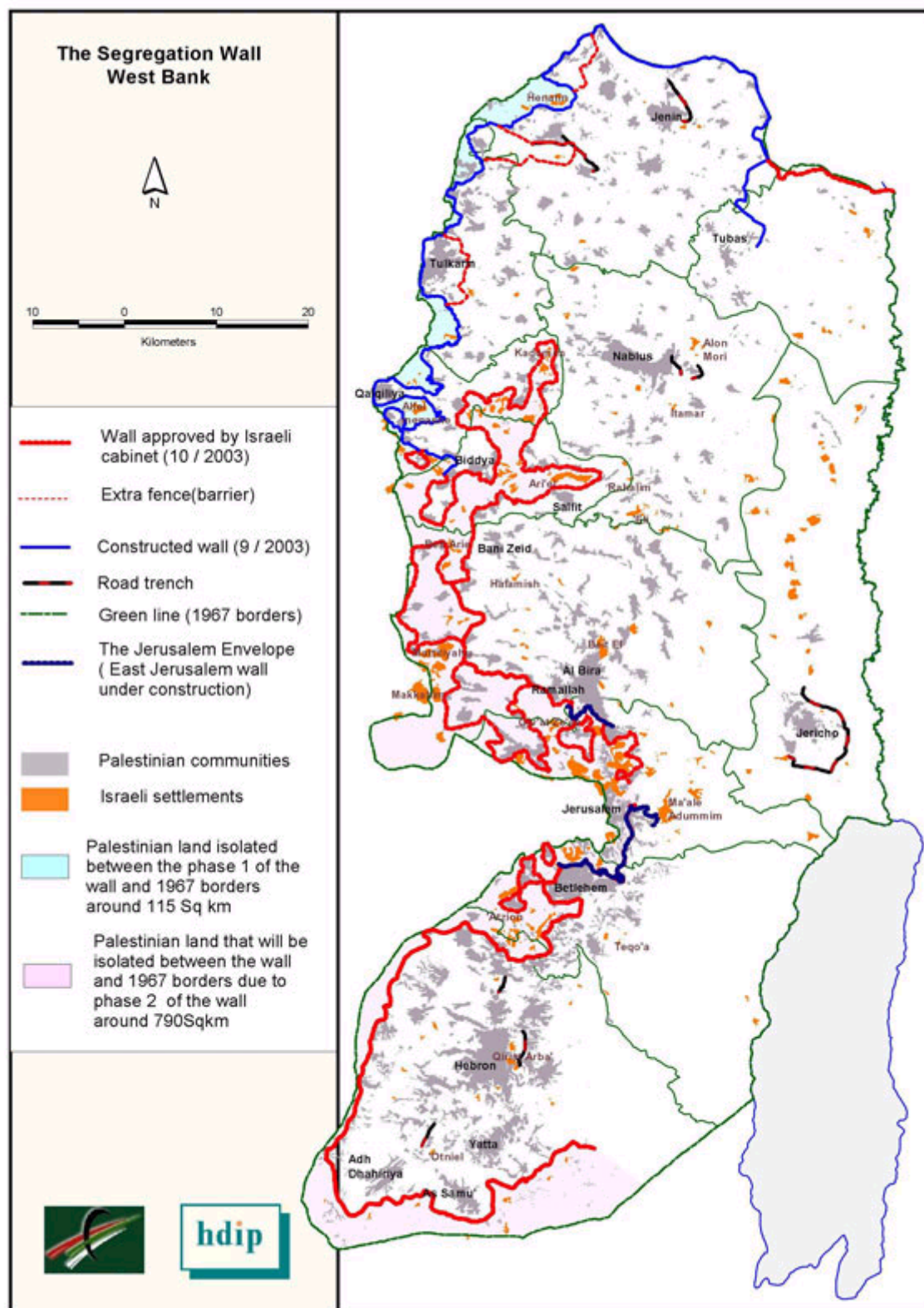
Fonte: Applied Research Institute – Jerusalem

Mapa 11: *Barriers, Military Checkpoints, Policy of Closure* na Cisjordânia



Fonte: Palestine Monitor
(http://www.palestinemonitor.org/maps/maps_of_israeli_military_checkpo.htm)

Mapa 12: *Segregation Wall/Apartheid Wall ou Security Fence*



Fonte: Palestine Monitor

(http://www.palestinemonitor.org/nueva_web/infos_materials/maps/map_1.jpg)

Mapa 13: Pedreiras Israelenses na Cisjordânia



Fonte: Applied Research Institute – Jerusalem
<http://www.arij.org/paleve/waditeen/map4.gif>

Mapa 14: Recursos de água de Israel, Cisjordânia e Gaza



Fonte: PASSIA (Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs)

ANEXO B: Discurso do Presidente Bush

Discurso do Presidente George W. Bush sobre o Estado Palestino⁶¹

24 de Junho de 2002

Por muito tempo, os cidadãos do Oriente Médio têm convivido com a morte e o medo. O ódio de poucos domina as esperanças da maioria refém. As forças do extremismo e do terror estão tentando matar o progresso e a paz matando o inocente. E isso projeta uma sombra escura sobre toda a região. Para o bem de toda a humanidade, as coisas devem mudar no Oriente Médio.

É insustentável para os cidadãos Israelenses viverem sob o terror. É insustentável para os Palestinos viverem sob a ocupação e a sordidez. E a situação vigente não oferece nenhuma perspectiva de que a vida irá melhorar. Os cidadãos israelenses continuarão sendo perseguidos pelos terroristas e então Israel continuará a se defender. Nesta situação os Palestinos vão crescer cada vez mais miseráveis. Minha visão é a de dois estados vivendo lado a lado em paz e com segurança. Não existe simplesmente nenhuma maneira de atingir essa paz até que as partes combatam o terror. Ademais, nesse momento crítico, se todas as partes esquecerem (romperem com) o passado e seguirem por um novo caminho, nós podemos superar a escuridão com a luz da esperança. A paz requer uma nova e diferente liderança Palestina para que o estado Palestino possa nascer.

⁶¹ Presidente George W. Bush's speech on Palestinian Statehood, June, 24, 2002. Disponível em: The White House online: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/06/20020624-3.html#>. Acesso em: 01 de março de 2005. "Tradução Nossa"

Eu clamo o povo Palestino a eleger novos líderes, líderes que não estejam comprometidos com o terror. Eu os convoco a construir uma democracia prática, baseada em tolerância e liberdade. Se o povo Palestino perseguir ativamente essas metas, a América e o mundo irão apoiar ativamente seus esforços. Se o povo Palestino for ao encontro desses objetivos, eles estarão aptos a alcançar acordos com Israel, o Egito e a Jordânia sobre segurança e demais acordos para a independência. E quando o povo palestino tiver novos líderes, novas instituições e novos acordos sobre segurança com seus vizinhos, os Estados Unidos da América irão apoiar a criação de um estado palestino cujas fronteiras e certos aspectos de sua soberania serão provisórios até que sejam resolvidos como parte de um acordo final no Oriente Médio.

No trabalho seguinte, todos temos responsabilidades. O povo Palestino é “dotado” e capaz e eu estou confiante de que eles podem atingir um “nascimento novo para sua nação”. Um estado Palestino nunca vai ser criado pelo terror – ela vai ser construído através de reformas. E as reformas devem estar além de mudanças superficiais ou de tentativas veladas de preservar o *status quo*. Uma verdadeira reforma irá requerer instituições políticas e econômicas inteiramente novas, baseadas na democracia, na economia de mercado e na ação contra o terror. Hoje, o corpo legislativo eleito não tem autoridade e o poder está concentrado nas mãos de uns poucos que não prestam contas de nada. Um estado Palestino só pode servir a seus cidadãos com uma nova constituição que separe os poderes de governo. O parlamento Palestino deveria ter a autoridade total de um corpo legislativo. Oficiais locais e ministros de governo necessitam de autoridade para si próprios e independência para governar efetivamente.

Os Estado Unidos, juntamente com a União Européia e com os estados Árabes, irão trabalhar com os líderes Palestinos para criar uma nova estrutura constitucional, uma democracia funcional para o povo Palestino. E os Estados Unidos, juntamente com outros e

com a comunidade internacional ajudarão os Palestinos a organizar e a monitorar eleições locais justas e multi-partidária no final do ano e eleições nacionais em seguida.

Hoje, o povo Palestino vive numa estagnação econômica, que piorou em função da corrupção oficial. Um estado Palestino necessita de uma economia vibrante, em que sejam incentivados empreendimentos honestos por governos honestos. Os Estados Unidos, a comunidade internacional (*the donor one*), e o Banco Mundial estão prontos para trabalhar com os Palestinos num grande projeto de reforma e desenvolvimento econômico. Os Estados Unidos, a União Européia, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional estão dispostos a supervisionar as reformas nas finanças, incentivando a transparência e a independência na auditoria.

E os Estados Unidos, juntamente com nossos parceiros do mundo desenvolvido, aumentarão nossa assistência humanitária para aliviar o sofrimento Palestino. Hoje, o povo Palestino tem falta de uma corte de justiça eficiente e não possui meios de defender e reivindicar seus direitos. Um estado Palestino irá requerer um sistema de justiça confiável para punir aqueles que atormentarem o inocente. Os Estados Unidos e os membros da comunidade internacional permanecem prontos para trabalharem com os líderes Palestinos para estabelecer as finanças e monitorar um judiciário verdadeiramente independente.

Atualmente, as autoridades Palestinas estão incentivando e não se opondo ao terrorismo. Isto é inaceitável. E os Estados Unidos não apoiarão o estabelecimento de um estado Palestino até que seus líderes se lancem numa luta contínua contra os terroristas e desmantelem suas infra-estruturas. Isto irá requerer um esforço externamente supervisionado para reconstruir e reformar os serviços de segurança Palestinos. O sistema de segurança deve ter linhas claras de autoridade e responsabilidade e uma cadeia unificada de comando.

A América está perseguindo esta reforma juntamente com estados regionais chave. O mundo está preparado para ajudar, porém, no fundo, estes passos em direção ao estado

dependem do povo palestino e de seus líderes. Se eles energicamente tomarem os passos para a reforma, as recompensas poderão vir rapidamente. Se os Palestinos adotarem a democracia, confrontarem a corrupção e rejeitarem o terror firmemente, eles podem contar com o apoio Americano para a criação de um estado Palestino provisório.

Com um esforço dedicado, este estado pode nascer rapidamente, assim como ele pode chegar a um acordo com Israel, com o Egito e com a Jordânia a respeito de questões práticas, tais como segurança. As fronteiras finais, a capital e outros aspectos da soberania do estado serão negociados entre as partes, como parte de um acordo final. Os estados Árabes têm oferecido sua ajuda nesse processo e a ajuda deles é necessária.

Eu disse no passado que ou as nações estão conosco ou elas estão contra nós na guerra contra o terror. Para ser considerado como ao lado da paz, as nações devem agir. Todo líder realmente comprometido com a paz cessará o incitamento à violência na mídia oficial e denunciará publicamente os *homicide bombing*. Toda nação realmente comprometida com a paz irá cessar o fluxo de dinheiro, equipamentos e recrutas para os grupos terroristas que buscam a destruição de Israel - incluindo *Hamas, Islamic Jihad, Hezbollah*. Toda nação realmente comprometida com a paz deve bloquear embarque iraniano de suprimentos para esse grupos, e se opor a regimes que promovem o terror, como o Iraque. E a Síria deve escolher o lado certo na guerra contra o terror fechando os campos terroristas e expulsando as organizações terroristas.

Líderes que querem ser incluídos no processo de paz devem mostrar por seus atos um apoio indivisível à paz. E como nós caminhamos em direção a uma solução pacífica, será esperado dos estados árabes construir laços estreitos de diplomacia e comércio com Israel, levando à normalização completa das relações entre Israel e todo o Mundo Árabe.

Israel também tem um grande interesse no sucesso de uma Palestina democrática. A ocupação permanente ameaça a identidade e a democracia de Israel. Um estado Palestino

estável, pacífico é necessário para atingir a segurança que Israel tanto anseia. Então eu estimo Israel a tomar passos concretos para apoiar a emergência de um estado Palestino viável e crível.

Assim que nós fizermos progresso com relação à segurança, as forças israelenses necessitam ser retiradas completamente para as posições que elas tinham antes de 28 de setembro do ano de 2000. E em consonância com as recomendações do *Mitchell Committee*, a atividade de assentamentos israelenses nos territórios ocupados devem parar.

O desenvolvimento da economia Palestina deve ser permitido. Quando a violência abrandar, a liberdade de movimento deverá ser restaurada, permitindo Palestinos inocentes retomar o trabalho e a vida normal. Os legisladores e oficiais Palestinos, os trabalhadores humanitários internacionais, devem conseguir ir adiante com seus projetos de construção de um futuro melhor. E Israel deveria liberar os rendimentos palestinos congelados em mãos honestas e responsáveis.

Eu pedi a Powell para trabalhar intensamente com o Oriente Médio e aos líderes internacionais para perceberem a visão do estado Palestino, focando-os num plano vasto para apoiar a reforma e a construção da instituição Palestina.

Finalmente, Israelenses e Palestinos devem se dirigir ao âmago das questões que os dividem se for para ser uma paz real, resolvendo todas as reivindicações e finalizando o conflito entre eles. Isto significa que a ocupação Israelense que começou em 1967 será finalizada através de um acordo negociado entre as partes, baseado nas Resoluções das Nações Unidas 242 e 338, com a retirada Israelense para assegurar e reconhecer as fronteiras.

Nós devemos também resolver questões com relação à Jerusalém, à triste situação e o futuro dos refugiados palestinos e com relação a uma paz final entre Israel e o Líbano, entre Israel e a Síria que apoie a paz e lute contra o terror.

Todos que são familiares com a história do Oriente Médio percebem que podem ocorrer atrasos neste processo. Matadores treinados e determinados, como nós temos visto, querem paralizá-lo. Ainda, os tratados de paz do Egito e da Jordânia com Israel nos lembra que com lideranças determinadas e responsáveis o progresso pode vir rapidamente.

Quando novas instituições e lideranças Palestinas emergirem, demonstrando performance em segurança e reforma, eu espero de Israel responder e trabalhar em direção a um acordo de *status* final. Com esforço intenso de todos, este acordo poderá ser atingido dentro de três anos a contar de agora. E eu e meu país iremos ativamente em direção a este objetivo.

Eu posso entender a profunda raiva e angústia do povo Israelense. Vocês têm vivido durante muito tempo entre medo e funerais, tendo de evitar mercados e transportes públicos, e forçados a colocar guardas armados em jardins de infância. A Autoridade Palestina rejeitou sua oferta à mão e negociou com terroristas. Vocês têm o direito de uma vida normal; vocês têm direito à segurança; e eu acredito profundamente que vocês precisam de um parceiro Palestino reformado e responsável para atingir esta segurança.

Eu posso entender a profunda raiva e desespero do povo Palestino. Por décadas vocês têm sido tratados como joguetes no conflito do Oriente Médio. Seus interesses têm sido colocados como reféns de um acordo de paz mais ampla, o que nunca parece vir, assim como suas vidas pioram ano a ano. Vocês merecem a democracia e as regras de direito. Vocês merecem uma sociedade aberta e uma economia próspera. Vocês merecem uma vida de esperança para suas crianças. Um fim da ocupação e um estado Palestino pacífico e democrático pode parecer distante, mas a América e seus parceiros de todo o mundo permanecem prontos para ajudar, ajudá-los a torná-lo possível o mais breve possível. Se a liberdade puder florescer no solo de pedra da Cisjordânia e da Fixa de Gaza, ela irá inspirar

milhões de homens e mulheres ao redor do globo que estão igualmente fatigados da pobreza e da opressão, tendo direito igualmente aos benefícios do governo democrático.

Eu tenho uma esperança para os povos dos países Muçulmanos. Seu compromisso com a moralidade, com o aprendizado e com a tolerância leva a grandes realizações históricas. E estes valores estão vivos no mundo Islâmico de hoje. Vocês têm uma cultura rica, e vocês compartilham as aspirações dos homens e das mulheres em cada cultura. Prosperidade e liberdade e dignidade não são apenas esperanças Americanas ou Ocidentais. Elas são esperanças universais, humanas. E mesmo com a violência e a desordem no Oriente Médio, a América acredita que essas esperanças têm o poder de transformar as vidas e as nações.

Este momento é tanto uma oportunidade quanto um teste para todas as partes no Oriente Médio: uma oportunidade para armar as fundações para uma paz futura; um teste para mostrar quem é sério a respeito da paz e quem não é. A escolha aqui é severa e simples. A Bíblia diz: “Eu coloquei diante de você a opção da vida e da morte; então, escolha a vida.” Chegou a hora de todos nesse conflito escolherem a paz, a esperança e vida.

Muito obrigado.